

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Psicologia**

Patrícia Meireles Moisés

**O trabalho na economia solidária:
estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de
reciclagem**

Belo Horizonte, 2009

Patrícia Meireles Moisés

**O trabalho na economia solidária:
estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social
Linha de Pesquisa: Trabalho, Sociabilidade e Saúde

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elizabeth Antunes Lima

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG
2009

150 Moisés, Patrícia Meireles
M714t O trabalho na economia solidária [manuscrito] : estudo de caso
2009 sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem / Patrícia
Meireles Moisés. – 2009.

163 f.

Orientador: Maria Elizabeth Antunes Lima.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Psicologia - Teses 2. Economia solidária - Teses. 3. Reciclagem - Indústria - Teses. 4.
Mobilidade de mão-de-obra – Teses. I. Lima, Maria Elizabeth Antunes. II. Universidade Federal
de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título

Patrícia Meireles Moisés

**O trabalho na economia solidária:
estudo de caso sobre a rotatividade em uma associação de reciclagem**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Belo Horizonte, 2009

Profa. Maria Elizabeth Antunes Lima (Orientadora) - UFMG

Prof. Márcio Magera Conceição – FACCAMP

Profa. Magda Maria Bello de Almeida Neves – PUC Minas

À minha querida avó, Wanda, que, principalmente nesses últimos meses, me fez refletir sobre o que realmente é importante nessa vida, tão breve, instável e repleta de surpresas.

Às crianças que enchem minha vida de amor e alegria, Larissa, Letícia, Isabela e Beatriz.

Às trabalhadoras da COMARP, que muito me ensinaram, que buscam construir melhores condições de vida e que, com suas experiências cotidianas, escrevem a história da economia solidária.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, pela vida, pela oportunidade desta formação e pela força, neste difícil desafio de ser estudante e trabalhadora ao mesmo tempo.

Às trabalhadoras e trabalhadores da COMARP, que me receberam em seu espaço de trabalho e compartilharam momentos de suas vidas. Agradeço a atenção, paciência, disposição e confiança. Fazem parte, de forma muito especial, da minha trajetória profissional, do meu amadurecimento e também da minha vida.

À professora Maria Elizabeth Antunes Lima, pela orientação.

Aos professores Benedito Anselmo Martins de Oliveira (carinhosamente, Bené) e Francisco de Paula Antunes Lima, pelas orientações e contribuições durante a etapa da qualificação.

Ao professor Francisco de Paula Antunes Lima e aos alunos da disciplina de Metodologia Qualitativa – Análise Ergonômica do Trabalho do segundo semestre de 2007. Este foi o mais rico espaço de discussão da minha trajetória na pós-graduação.

Às queridas amigas Renata, Bianca, Eliete e Karine, por toda a ajuda que me deram nessa caminhada e pelo constante apoio, cuidado, carinho e incentivo.

À URBEL, pela liberação parcial do trabalho, nos últimos seis meses. Ao meu coordenador Rodrigo, pela compreensão e flexibilidade e aos colegas da URBEL, pelo apoio.

À Agência de Desenvolvimento Solidário ADS/CUT, à UNISOL Brasil, à Escola Sindical 7 de Outubro, ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ao Fórum Mineiro de Economia Solidária e ao Fórum Municipal Lixo e Cidadania, pelas contribuições à minha aprendizagem e ao meu amadurecimento profissional.

Ao meu pai (que, infelizmente, não se encontra mais entre nós) e minha mãe, pelas oportunidades e ensinamentos que sempre me deram, pelo amor e incentivo.

Aos meus queridos irmãos Fábio, Cristiano e Marlon, minhas cunhadas Fernanda, Margareth e Vanessa, e minhas amadas sobrinhas Laís, Larissa, Letícia, Isabela e Beatriz pelo incentivo e pela felicidade que significam na minha vida.

Por fim, meu agradecimento ao querido Marcelo, pela paciência, incentivo e apoio nos momentos mais difíceis. E também pelo carinho e companheirismo.

O 'melhor possível' é impossível, mas se abandonássemos essa idéia, nos contentaríamos com o que existe.
Pedro Demo

Minha mãe achava estudo a coisa mais fina do mundo. Não é. A coisa mais fina do mundo é o sentimento.
Adélia Prado

Resumo

Esta dissertação analisa a rotatividade dos associados de um empreendimento econômico solidário do setor da reciclagem, a COMARP, em Belo Horizonte. A partir de observações de cunho ergonômico e de entrevistas semiestruturadas, consolida-se um estudo de caso que enfoca os fatores de permanência e de desligamento dos associados. O estudo constatou uma elevada rotatividade, relacionada à precariedade e fragilidade desse empreendimento, em virtude, dentre outros fatores, de sua posição desprivilegiada na cadeia produtiva da reciclagem. Os índices apurados foram da ordem de 38%, em 2006; 53%, em 2007; 47%, em 2008 e 29%, em 2009. Para a permanência, foram apontados como significativos os seguintes fatores: o desemprego, a necessidade de renda e a falta de opção; a melhoria das condições de trabalho possibilitada pelo trabalho associado; a proximidade do local de trabalho; a possibilidade de melhor rendimento oferecida pela atividade de reciclagem; o pagamento do INSS; o gostar do trabalho da reciclagem, percebido como mais autônomo, com menos cobranças e controles, realizado em ambiente agradável, marcado por relações afetivas e solidárias; a honestidade do trabalho; a contribuição do trabalho para a preservação ambiental, conferindo aos trabalhadores reconhecimento de sua profissão. Para o desligamento da associação contribuem, decisivamente: a baixa retirada; a exposição ao sol; o trabalho aos sábados; o contato com o lixo, que é percebido como desagradável e aviltante; o grande esforço físico requerido e o caráter penoso do trabalho; a necessidade de interrupção do trabalho das mulheres em função da maternidade, agravada pela escassez de serviços públicos de creches; a falta dos direitos trabalhistas; as regras, a centralização das decisões nas mãos da presidente e a baixa participação dos associados na gestão do empreendimento e os conflitos que daí advém; e, por fim, o trabalho por produção e a remuneração variável, que dificultam a construção de um projeto de vida a longo prazo.

Palavras-chave: Economia solidária, reciclagem, rotatividade.

Abstract

The present work analyzes the rotation of the members of COMARP, a Solidarity Economy Enterprise (SEE) of the recycling sector located in Belo Horizonte. A case study is developed based on ergonomic comments and semi-structured interviews, focusing factors of permanence and of disengagement of the members. The study reveals that there is a high rotation, related to the precariousness and fragility of this enterprise. This can be caused by several factors, but specially by its unprivileged position in the recycling productive chain. The rotation indices obtained are about 38% in 2006; 53% in 2007; 47% in 2008 and 29% in 2009. The following factors for the permanence in the enterprise were pointed out as most relevant: the unemployment, need of income and lack of alternatives; the improvement of the working conditions made possible by the associative work; the proximity to the work place; the possibility of achieving better incomes due to the activity of recycling; the payment of the INSS tax (the Brazilian public providence system); the attachment to this kind of work, perceived as being more autonomous – having less pressures or controls – and as having a pleasant environment marked by affective and solidarity relations; to be a honest work; to be a work that contributes for the environment preservation, conferring to the workers a social recognition for their profession. The main factors that contribute to disengagement are decisively the following: low income; the constant exposition to the sun; the work on Saturdays; the contact with garbage, which is perceived as unpleasant and degrading; the great physical effort required and the arduousness of this work; the need of women to interrupt the work because of maternity, aggravated by the scarcity of public day-care centers; the lack of labor rights; the rules, the centralization of the decisions in the hands of the president and the low participation of the associates in the management of the enterprise, as much as the conflicts that happen therefrom; and, finally, the product-based income and the variable remuneration that make it difficult to build a long time life project.

Keywords: Solidarity Economy; recycling; rotation.

Lista de ilustrações

Gráfico 1	Distribuição do período de permanência dos associados – fev/06 a nov/07.	18
Gráfico 2	Distribuição quantitativa por sexo dos associados	68
Gráfico 3	Distribuição quantitativa por níveis de escolaridade	69
Gráfico 4	Distribuição dos associados por faixa etária.....	69
Gráfico 5	Distribuição do tempo de permanência dos atuais associados da COMARP	71
Gráfico 6	Distribuição do período de permanência do total de associados	73

Lista de tabelas

Tabela 1	Rotatividade.....	75
Tabela 2	Média de retirada dos associados da COMARP.....	81
Tabela 3	Percentual de associados que recebem mais que um salário mínimo.....	82
Tabela 4	Queda dos preços dos materiais.....	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		14
CAPÍTULO 1		
AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES		
		21
1.1	As transformações do mundo do trabalho	21
1.2	O ressurgimento da associação produtiva dos trabalhadores: Economia Solidária como alternativa.....	27
CAPÍTULO 2		
A RECICLAGEM COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE E A EXPERIÊNCIA DA COMARP ...		
		41
2.1	Caracterização geral do problema	41
2.2	O aumento da produção de resíduos e a reciclagem	43
2.3	A mobilização social e a reciclagem como política pública: o papel fundamental dos catadores	49
2.4	A coleta seletiva	51
2.5	Os impactos da Associação: o reconhecimento de si enquanto sujeito e da categoria enquanto ator social	55
2.6	O mercado da reciclagem e o lugar desprivilegiado dos catadores na cadeia produtiva	58
2.7	A COMARP: Histórico e forma de funcionamento.....	63
2.8	O perfil dos associados	67
2.8.1	Sexo	67
2.8.2	Escolaridade	68
2.8.3	Faixa etária	69
2.9	O período de permanência na COMARP	71

CAPÍTULO 3

	OS RESULTADOS DA PESQUISA: A ROTATIVIDADE E OS FATORES PARA A PERMANÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO ...	74
3.1	A rotatividade	74
3.2	Os fatores para a permanência na Associação	75
3.2.1	O desemprego, a necessidade de renda e a falta de alternativa	75
3.2.2	A melhoria das condições de trabalho	79
3.2.3	A proximidade do local de trabalho	80
3.2.4	A possibilidade de melhorar o rendimento	81
3.2.5	A complementação da aposentadoria	84
3.2.6	O pagamento do INSS	84
3.2.7	O gostar do trabalho da Reciclagem e da COMARP	85
3.2.8	O trabalho como “distração para a cabeça”, como forma de não ficar em depressão, como “terapia”	89
3.2.9	O trabalho honesto	93
3.2.10	O trabalho como fator de preservação ambiental	94
3.2.11	Os objetos e valores achados no lixo	96

CAPÍTULO 4

	OS FATORES PARA A DESISTÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO	97
4.1	A baixa retirada	97
4.1.1	A dificuldade inicial de agilidade na triagem	97
4.1.2	A queda de preços no mercado	100
4.1.3	A falta de condições adequadas para a realização da triagem	102
4.2	As condições de trabalho: as diferenças na estrutura física dos galpões e a exposição ao sol	103
4.3	O trabalho ao sábado	104
4.4	O contato com o lixo	105
4.5	O serviço pesado	108
4.6	A interrupção do trabalho em função da maternidade	112
4.7	A falta dos direitos trabalhistas	113
4.8	Algumas implicações das relações de gênero	115
4.9	O trabalho por produção e a remuneração variável	117

4.10	As regras, os processos de exclusão, a centralização: os desafios da autogestão	118
CAPÍTULO 5		
	ANÁLISE DOS DADOS	127
5.1	Fatores de permanência na Associação	127
5.2	Fatores de desistência da Associação	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS		149
REFERÊNCIAS		156
ANEXOS		160

INTRODUÇÃO

A melhor estruturação e o fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária são uma preocupação constante, sobretudo entre aqueles que acreditam no potencial transformador dessas práticas. Isso é importante para que possam enfrentar suas dificuldades e conseguir, de fato, alcançar a melhoria das condições de vida dos seus integrantes.

É nesse sentido que se insere esta pesquisa, que, juntamente com os integrantes de uma associação de reciclagem do município de Belo Horizonte, a Comunidade Associada para a Reciclagem de Materiais da Região da Pampulha – COMARP buscaram compreender alguns dos fatores que limitam o crescimento desse tipo de empreendimento, bem como pensar em ações que pudessem contribuir para a minimização ou provocar o desaparecimento desses fatores.

O interesse da autora pelo tema deveu-se à sua atuação profissional como assessora técnica, durante o período de janeiro de 2002 a dezembro de 2007, em duas organizações da Economia Solidária: a Agência de Desenvolvimento Solidário¹ e a UNISOL Brasil², nas quais desenvolveu atividades de formação, incubação e assessoria aos empreendimentos econômicos solidários. Nesse sentido, acompanhou, desde a constituição, alguns empreendimentos do setor da reciclagem, em Belo Horizonte, dentre eles a COMARP. Desta experiência prática, surgiu seu interesse em compreender, a partir de um embasamento teórico, alguns aspectos: por que algumas pessoas permanecem ali e esforçavam-se pelo sucesso do empreendimento, enquanto que outras ficavam apenas com o objetivo de conseguir uma renda ao final do mês? Por que a participação nas atividades mais gerais do empreendimento não interessa, da mesma forma, a todos os associados? Como entender os graus diferenciados de engajamento dos sujeitos? Estas eram algumas das questões gerais que motivaram o retorno da autora ao meio acadêmico. Essas indagações foram se modificando com o tempo, como se verá adiante, até que a questão da rotatividade veio a ser privilegiada.

A opção pela COMARP, dentre outros possíveis empreendimentos, se deveu ao fato de já ter sido desenvolvida nesta associação, uma primeira pesquisa, a título de Trabalho de Conclusão

¹ A Agência de Desenvolvimento Solidário é uma entidade constituída em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores para fomentar a economia solidária. Maiores informações no site <http://www.ads.org.br>

² Central de Cooperativas e Empreendimentos da Economia Solidária – uma central de representação política dos empreendimentos solidários, constituída em 1999, ampliada para o âmbito nacional, em 2004. Maiores informações no site <http://www.unisolbrasil.org.br>

de Curso da Pós-graduação Lato Sensu em Cooperativismo, concluída em 2006, na Universidade Federal de Viçosa.

A COMARP é uma associação, constituída legalmente em 09/06/2004, com o incentivo da Prefeitura de Belo Horizonte por meio de políticas públicas de geração de renda, cujo trabalho realizado é o de triagem e comercialização de materiais recicláveis (plástico, metal, papel e vidro). Atualmente³, é composta de 35 associados, sendo sete homens e vinte e oito mulheres.⁴

Percurso Metodológico

Tomamos como referência metodológica para o desenvolvimento da pesquisa algumas contribuições da Análise Ergonômica do Trabalho (AET), que partem do pressuposto de que a atividade do trabalho não pode ser reduzida à prescrição de tarefas e consideram os trabalhadores, individual e coletivamente, como atores de seu trabalho. A AET tem o triplo objetivo de contribuir para a melhoria das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores, para um melhor funcionamento da empresa e para o enriquecimento do diálogo social (GUÉRIN, 2001).

Embora não tenhamos realizado uma Análise Ergonômica do Trabalho propriamente dita, as primeiras imersões no campo podem ser consideradas de cunho ergonômico: basearam-se no levantamento, pelos próprios associados, dos problemas da associação, e nas observações das situações reais de trabalho. Buscou-se, juntamente com os associados, compreender o que esta atividade lhes solicita; as dificuldades que enfrentam; as estratégias que desenvolvem; o relacionamento com os demais associados e com a direção da associação; sua participação na gestão do empreendimento; os fatores positivos e negativos que percebiam na sua atividade. As observações do trabalho dos associados foram realizadas em diferentes horários e contemplaram diversas etapas (recebimento de material, triagem, prensagem, pesagem, estocagem, assembleias, horários de lanche e almoço).

No período de setembro a novembro de 2007, iniciamos uma série de observações na Associação, em função do desenvolvimento da parte prática da disciplina Metodologia

³ Dados referentes a março de 2009.

⁴ Maiores detalhes serão dados no capítulo 2.

Qualitativa – Análise Ergonômica do Trabalho⁵. Além das observações, também realizamos entrevistas semiestruturadas com seis associadas (a diretora financeira, uma conselheira fiscal e quatro associadas) e três ex-associadas.

Iniciamos as observações com o levantamento, junto à direção da COMARP, dos principais problemas enfrentados por ela, que poderiam se constituir nas demandas para a análise de cunho ergonômico. Como demanda inicial, foram levantados os seguintes pontos: a necessidade de aumento da renda *per capita*; os problemas relacionados ao espaço reduzido para o desenvolvimento do trabalho; o excesso de conflitos ocasionados pela indefinição do espaço de cada equipe; o controle de entrada e saída do material e os problemas de relacionamento interpessoal. Outro ponto que gerava conflito era a forma de efetuar a triagem do material. Cada associado desenvolvia um jeito próprio de trabalhar, que julgava ser apropriado e que lhe permitia a maior produtividade possível. Através das observações preliminares, pôde-se observar que a maneira de cada indivíduo desenvolver seu trabalho estava associada à forma de trabalhar da pessoa que o treinou. Como existem diferentes maneiras de triar, essas diferenças eram objeto de conflito quando as pessoas mudavam de equipe e iam para outra que procedia a triagem de uma forma diferente. Outros problemas citados foram: a falta de definição das atribuições de cada órgão, COMARP, Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH); a centralização e sobrecarga dos membros da direção; a dificuldade de fazer cumprir o regimento interno e de aplicar as punições.

Ao longo das observações realizadas em 2007, a demanda da direção da COMARP vai sendo alterada, principalmente, em função do aumento do espaço, ocorrido em outubro daquele ano. Somou-se a isso o aumento de material entregue pela SLU em função da ampliação da coleta seletiva na cidade. Com o espaço mais extenso, passava a ser possível receber mais material e uma questão se tornou relevante: o aumento do número de associados a fim de garantir maior produtividade.

Assim, a demanda foi redefinida no sentido de propor diretrizes para o aumento do número de associados. Iniciamos um processo de investigação para averiguar a forma de seleção e treinamento desenvolvida na COMARP. Embora houvesse uma lista de espera com fichas de candidatos interessados em ingressar na associação, priorizavam-se as pessoas indicadas pelos

⁵ Disciplina cursada na Pós-graduação da Engenharia de Produção, cujo professor foi o Dr. Francisco de Paula Antunes Lima.

associados. Esta opção baseia-se na crença de que os associados se responsabilizam pelas pessoas que indicam e têm “mais paciência” em treinar quem conhecem.

Ao longo das observações realizadas em 2007, pôde-se perceber, por meio de verbalizações, que a presença de novatos na equipe não era bem-vista pela maioria dos associados. Embora existisse uma consciência de que era necessário o aumento do número de trabalhadores, a rejeição era muito grande por se tratar de um trabalhador que demoraria algum tempo para tornar-se hábil no desenvolvimento da atividade, necessitando de treinamento por parte da equipe na qual se inserisse. A explícita rejeição pelos novatos devia-se ao fato de a retirada mensal dos associados ser baseada na produtividade da sua equipe. Como um novato não produz o mesmo que um veterano, o rendimento da equipe ficava prejudicado e, conseqüentemente, a retirada mensal de todos os integrantes era reduzida. Diante disso, vários associados tendiam a ser rudes com os novatos e a COMARP acabava, com frequência, perdendo novos membros.

Desde janeiro de 2008, houve uma mudança substancial na organização do trabalho na COMARP, quando a triagem passou a ser realizada individualmente. A retirada financeira passava, então, a ser balizada pela produção individual. A grande maioria dos associados disse preferir esta forma de triagem já que podia gerir melhor o próprio trabalho. As cobranças sobre seu rendimento, pelo conjunto dos trabalhadores, eram menores. Se um trabalhador precisasse faltar, não prejudicaria ninguém e, principalmente, o empenho de cada um na triagem seria maior, pois sabia que sua produção geraria sua renda. Havia, anteriormente, o sentimento de que a triagem em grupo fazia com que algumas pessoas se aproveitassem do trabalho do outro. Diminuíam o ritmo, ou, nas palavras dos próprios associados “morcegavam”, pois sabiam que, no final, tudo que fosse triado seria dividido igualmente entre os membros do grupo.

Com essa mudança, o treinamento dos novatos também sofreu alterações. O novato passou a receber pelo que conseguia produzir na triagem. Os responsáveis pelo seu treinamento tinham sua produtividade reduzida, uma vez que precisam explicar o processo e, por vezes, parar seu trabalho. Mas sua retirada no final do mês dependia apenas do seu trabalho, não tendo que ser dividida com o novato.

A necessidade de maior produtividade estava estreitamente relacionada ao aumento do número de associados. No entanto, o problema não parecia ser a dificuldade de ingresso na associação, mas sim a alta rotatividade, conforme os próprios associados expuseram na investigação de 2007. Para averiguar se a impressão dos associados sobre a alta rotatividade

condizia com a realidade fizemos um levantamento. Utilizamos as folhas de retirada como critério para verificar o mês de entrada e o mês de saída de cada associado. Constatamos que, no período de fevereiro de 2006 a novembro de 2007, um grande número de pessoas ficou menos de três meses na associação, ou seja, apenas durante o tempo da experiência⁶, como pode ser observado pelo gráfico abaixo. (GRAF.1)

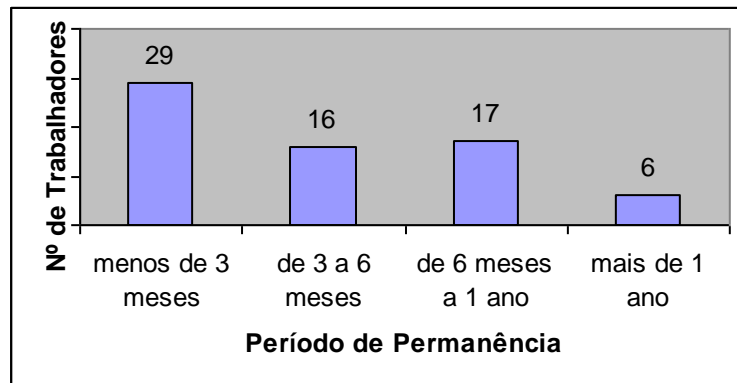


GRÁFICO 1: Distribuição do período de permanência dos associados – fev/06 a nov/07

Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

Durante as entrevistas realizadas nessa ocasião, três fatores foram elencados, pelos associados e pelos ex-associados, como os principais motivos que os levaram à evasão da COMARP: a baixa retirada, a ausência de direitos trabalhistas, principalmente o INSS, e a sobrecarga de trabalho.

Por outro lado, um motivo citado como responsável pela permanência na COMARP foi o envolvimento com a associação. Ou seja, ao mesmo tempo em que havia pessoas que estavam no grupo por falta de opção, havia também associados que disseram gostar do trabalho, não apresentando o desejo de sair. Apostavam na COMARP e se viam reconhecidos ali. Desses associados que gostam de estar na COMARP, a ausência de chefe, foi apontada como principal causa dessa satisfação.

Algumas mudanças significativas ocorreram no intervalo entre as primeiras observações, no final de 2007, e a realização da pesquisa de campo propriamente dita, no período de novembro de 2008 a março de 2009. Assim, tentamos compreender, dentro das novas

⁶ Todo associado que ingressa na COMARP permanece em período de experiência, por 3 meses. Nesse período, passará pelo treinamento que envolve tanto a própria triagem quanto os princípios do cooperativismo, o disposto no estatuto e no regimento interno e os direitos e deveres enquanto associado. Além disso, participa das assembleias, mas não tem direito a voto. Após os três meses é realizada uma avaliação e, caso ele seja aprovado pela assembleia, torna-se um associado, com todos os direitos e deveres.

condições da COMARP, os fatores que contribuem para a permanência dos associados e os que concorrem para seu desligamento da associação.

A fim de obter informações sobre a rotatividade, concomitantemente às observações da atividade de trabalho, foram realizadas 44 entrevistas semiestruturadas com 40 associados. Analisamos também as folhas de retirada e as fichas de associados. Nas entrevistas individuais, procuramos investigar o percurso profissional dos associados, seus motivos de ingresso na economia solidária, suas percepções a respeito do trabalho na associação, destacando vantagens e desvantagens e os aspectos que julgavam ter influência na permanência e no desligamento das pessoas.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, embasada em um estudo de caso.

O estudo de caso é um meio de se fazer ciência, principalmente quando a natureza do fenômeno observado é multideterminada e interessa conhecer de modo profundo e abrangente a singularidade de dada situação, mesmo que em última instância, se busque um conhecimento que, de alguma maneira ou em alguns aspectos, possa ser generalizável (CAPITÃO e AMARAL, 2007, p. 238).

O objetivo geral desta pesquisa é compreender o fenômeno da rotatividade em uma associação de reciclagem, a COMARP, entendendo suas causas, efeitos e buscar construir, com os associados, medidas eficazes para sua diminuição.

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro busca realizar uma breve análise das significativas transformações econômicas, sociais e políticas, ocorridas no mundo do trabalho, principalmente, nas últimas duas décadas do século XX. Explicita algumas das consequências da globalização e da reestruturação produtiva, enfatiza o aumento do desemprego, a desregulamentação das legislações trabalhistas, a flexibilização do uso da mão de obra e a presença da precarização do trabalho. Aponta para a perda de direitos históricos da classe trabalhadora, além das perdas de força tanto do movimento sindical quanto do Estado.

Aponta também para o ressurgimento das iniciativas coletivas de organização do trabalho, tais como as cooperativas, associações e grupos produtivos. Na tentativa de manutenção do trabalho, os indivíduos, apoiados por organizações ligadas à Igreja, ao movimento sindical, ao movimento social e às universidades colocam em prática experiências produtivas baseadas na propriedade coletiva dos meios de produção e na gestão coletiva e compartilhada, características dos empreendimentos econômicos solidários.

O segundo capítulo trata, inicialmente, dos problemas ambientais que o atual padrão de produção e consumo apresenta: utilização intensa dos recursos naturais; o aumento da produção de lixo e ampliação das desigualdades sociais. A reciclagem aparece como uma

estratégia de enfrentamento de tais problemas. Faz-se, em seguida, uma breve retrospectiva do papel dos catadores na implementação da coleta seletiva no município de Belo Horizonte e analisam-se os impactos da associação, tanto para o indivíduo quanto para a conformação de atores sociais. Em seguida, é feita a exposição do objeto de análise: a COMARP. É exposto seu histórico, sua atual forma de funcionamento e o perfil dos associados.

O capítulo três trata dos dados da pesquisa, em especial da rotatividade e dos motivos elencados pelos associados para a permanência.

O quarto capítulo, também de dados da pesquisa, apresenta os motivos de desistência da associação.

No quinto capítulo, é feita uma análise dos dados encontrados à luz de teóricos que trataram do tema.

Por último, apresentamos as considerações finais.

CAPÍTULO 1 AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E O SURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

1.1 As transformações do mundo do trabalho

Não pretendemos aqui realizar uma profunda análise do conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas em curso em função da globalização e da reestruturação produtiva do capital, por não ser este o foco do presente trabalho. Apenas traremos alguns elementos na tentativa de contextualização do surgimento da economia solidária.

A desigualdade, a exploração e o desemprego são problemas inerentes ao modo de produção capitalista (DEMO, 2005; NEVES 2001; POCHMANN 2002). Para Singer (1998), o desemprego não seria um mal, mas um efeito funcional de políticas de estabilização da economia exitosas. A fim de impedir que a economia se aqueça em demasia, que a oferta se torne maior que a demanda e, por isso, haja o aumento da inflação é que a demanda por mercadorias é contida. E assim sendo, as empresas vendem menos, produzem menos e, conseqüentemente, empregam menos. De forma que é bastante funcional para que um país seja competitivo no mercado a existência de um exército industrial de reserva, pois ele cumpre o papel de rebaixamento dos salários. Nesse sentido, desde seus primórdios o capitalismo engendra certo grau de exclusão social.

No entanto, na primeira metade do século XX, as políticas keynesianas, que redefiniram o papel do Estado em relação à regulação econômica, promoveram maior segurança socioeconômica aos trabalhadores e, assim, menor grau de exclusão social. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, esse padrão de integração social se difundiu e os níveis de pobreza foram reduzidos assim como houve uma melhora na distribuição da renda.

Esse padrão promoveu um conjunto de condições favoráveis ao mundo do trabalho, por meio da presença de um quase pleno emprego, do desenvolvimento do estado de bem-estar social e da forte atuação dos sindicatos e partidos políticos comprometidos com os trabalhadores (POCHMANN, 2002, p.13).

Em uma breve retrospectiva da conjuntura econômica brasileira, podemos perceber que o Brasil viveu um processo de estruturação do mercado de trabalho, em função do projeto de industrialização, entre as décadas de 1940 e 1970 (POCHMANN, 2002), marcado pela difusão do emprego assalariado. Embora o vínculo formal salarial nunca tenha se firmado como dominante no Brasil (DOWBOR, 2002; LIMA 2002; POCHMANN, 2002), bem como

nunca tenhamos vivenciado o Estado de Bem-estar Social como os países centrais o fizeram, nesse período, houve um crescimento do trabalho formal e uma série de avanços no que se refere à garantia de direitos.

A expansão dos empregos regulares registrados e das ocupações nos segmentos organizados da economia brasileira indicou o movimento geral de estruturação do mercado de trabalho, que ocorreu em grande medida, por força da implementação e consolidação do projeto de industrialização nacional, bem como devido à institucionalização das relações de trabalho, compartilhada pelo conjunto de normas legais difundidas a partir de um código de trabalho no país (CLT) (POCHMANN, 2002, p.70).

Apesar do incontestável aumento do emprego formal por meio da estruturação do mercado de trabalho, ressaltamos que nossos índices são bem distintos dos níveis atingidos pelos países desenvolvidos, onde a taxa de assalariamento urbana supera os 4/5 da População Economicamente Ativa (PEA), enquanto que, no Brasil, a mesma passou de 42%, em 1940, para 62%, em 1980 (POCHMANN, 2002). Percebe-se assim, que mesmo no auge da estruturação do mercado de trabalho aproximadamente 38% da PEA não era assalariada, segundo Pochmann (2002). Esta característica do mercado de trabalho brasileiro também é ressaltada por Lima (2002).

No Brasil, desemprego, subemprego, trabalho informal sempre compuseram o cenário precário das relações de trabalho, mesmo antes dos processos de reestruturação industrial. [...] A formalização das relações de trabalho no país sempre atingiu parcela minoritária dos trabalhadores, agora afetados pelo novo contexto econômico (LIMA, 2002, p. 22).

O cenário de melhorias ocorridas no contexto das economias mais sólidas sofreu profundas transformações a partir dos anos 1970, quando se aprofundou a crise econômica por meio da fragilização do Sistema Monetário Internacional (fim da paridade ouro-dólar e instabilidade das taxas de juros) e do esgotamento do padrão de industrialização norte-americano (POCHMANN, 2002).

Segundo Lima (2002), os fatores mais importantes foram a eclosão da crise energética, em função da alta do petróleo, a crise fiscal nos países centrais, ameaçados pela transferência de indústrias dos países desenvolvidos para os países com mão-de-obra mais barata, e a industrialização de parte da periferia. A partir de então, ganham espaço as políticas neoliberais, implementadas pelos diversos governos de direita que se instauraram no poder (Thatcher, na Inglaterra em 1979; Reagan, nos EUA em 1980; Kohl, na Alemanha em 1982 e Schlüter, na Dinamarca em 1983). Tais orientações políticas, de cunho neoliberal, foram rapidamente disseminadas e seu receituário seguido, em grande medida, em nosso país.

As políticas econômicas implementadas desde a década de 1970 buscaram contrair a emissão monetária, elevar os juros, diminuir os impostos sobre as rendas mais

altas, desregular o mercado de trabalho, o comércio externo e o mercado financeiro, alterar o papel do estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social, restringir a ação sindical, entre outras (POCHMANN, 2002, p.15).

O combate à inflação foi bem-sucedido, no entanto, paradoxalmente não resultou em significativas taxas de investimento, nem na retomada sustentada do crescimento econômico (POCHMANN, 2002). A década de 1980 foi um período de baixo crescimento econômico acompanhado da abertura dos mercados e da globalização, além da reestruturação produtiva. De fato, o que ocorreu, em consequência da desregulamentação financeira, foi uma maior valorização financeira do capital em detrimento dos investimentos produtivos (POCHMANN, 2002).

Ainda que o capitalismo caracterize-se, desde seus primórdios, pela tendência a constituir-se como um mercado mundial, há algumas décadas acelerou-se significativamente o processo de globalização, ocorrendo uma

[...] nova configuração assumida pela economia mundial e que resulta, essencialmente, dos movimentos apresentados pelo capital (tanto industrial quanto financeiro), após os anos 80, que passa a controlar, com uma força até então desconhecida, aquelas regiões do mundo onde encontra os mercados e os recursos de que necessita (LIMA e LIMA, 1997, p. 2).

Esse fenômeno tem como determinantes a predominância do capital financeiro; a diminuição do poder dos estados-nações; a desregulamentação dos mercados e a liberalização da economia; a substituição da tecnologia de base eletromecânica pela automação flexível, de base microeletrônica; o fim da regulação fordista e o predomínio da produção flexível; o desaparecimento ou a redução das barreiras espaciais; o predomínio das empresas transnacionais na regulação econômica (empresas estas organizadas em grupos ou empresas-rede); o novo perfil da mão-de-obra (mais qualificada, polivalente e capaz de tomar decisões e assumir responsabilidades) e a formação de blocos econômicos (LIMA e LIMA, 1997).

O quadro que se consolidara nos países centrais após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pelo Estado de Bem-estar Social, a organização do trabalho fordista com o objetivo da produção em massa, consumo em massa e pleno emprego, bem como o papel primordial do estado na implementação de políticas públicas e sociais, aos poucos, foi se transformando. A partir de então, se delineia um novo padrão de acumulação, qual seja, o da acumulação flexível, que teve como consequência uma radical alteração na relação capital-trabalho, por meio da utilização de novas tecnologias informacionais.

A chamada terceira revolução industrial, a revolução informacional, trouxe consigo novos métodos de racionalização e gestão do trabalho. Consolida-se, assim, um novo paradigma

tecnológico possibilitado pela revolução microeletrônica que traz como consequência profundas mudanças na base técnica da produção. Nos anos 80, surgem novas tecnologias gerenciais, tais como a qualidade total e a reengenharia. Há então, o enxugamento das grandes empresas, que passam a produzir mais com as novas tecnologias, com cada vez menos trabalhadores, além das estratégias de divisão de unidades, concentrando-se em alguns processos centrais ou estratégicos do negócio, terceirizando os demais. Passam a ser estruturadas as redes produtivas e o processo produtivo faz-se fragmentado espacialmente, com a finalidade de redução de custos. A rede é composta por empresas subcontratadas que se situam em países e regiões periféricas e, nesse processo, a empresa primeira pode externalizar o ônus da gestão da mão-de-obra. A partir dos anos 1980, a subcontratação tem se tornado uma prática bastante utilizada que resulta em ganhos de produtividade e redução da força de trabalho utilizada.

Essa mobilidade do capital por meio da transferência de unidades produtivas foi motivada pela isenção fiscal e pelos níveis mais baixos de remuneração da mão-de-obra, aliada ao excesso de oferta de mão-de-obra e a pouca organização sindical e política.

Nesse contexto, houve uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, gerando uma informalização contratual. É nesse cenário que se instaura também o conceito de trabalhador polivalente, muito diferente do trabalhador da empresa taylorista e fordista, altamente especializado. O trabalho multifuncional, na realidade, expressa a enorme intensificação dos ritmos, tempos e processos de trabalho (ANTUNES, 2007).

Uma das principais consequências desta reorganização sociotécnica da produção são as inúmeras formas de precarização do trabalho: a terceirização, a subcontratação que assume variadas formas, tais como os trabalhadores a tempo parcial, contratos temporários, postos de serviços, trabalho em domicílio, as faccionistas, o trabalho autônomo, o estágio, os contratos de treinamento e as “cooperativas”.

A redução quantitativa e as transformações qualitativas no mercado de trabalho interno nas grandes empresas (redução de hierarquias, novas formas de gestão de pessoal e de relações de trabalho) contribuem ainda mais para tornar abundante a força de trabalho. No mercado geral de trabalho, a inserção dos trabalhadores torna-se crescentemente precária e instável (POCHMANN, 2002, p.18).

Assim, como um fruto do processo de globalização, das inovações tecnológicas e da reestruturação produtiva, os níveis de desemprego aumentaram significativamente nas duas últimas décadas do século XX atingindo, inclusive, as economias centrais. A mobilidade do

capital permite-lhe escolher os locais que garantem maior lucratividade, ocasionando a exclusão que se evidencia, tanto no desemprego, quanto na precarização do trabalho e no agravamento da miséria. Em função das inovações tecnológicas e gerenciais, é possível produzir cada vez mais com menos trabalhadores o que significa que o alto índice de desemprego não é um problema conjuntural, mas sim estrutural.

Essas transformações pelas quais o mundo do trabalho vem passando nas últimas décadas permitem identificar, segundo Antunes (2007), um duplo movimento que caracteriza a classe trabalhadora: um, por um lado, constituído por um número cada vez menor de homens e mulheres que trabalham mais e mais intensamente, muitas vezes, em condições semelhantes às presenciadas no início da Revolução Industrial, e, por outro, os homens e mulheres que cada vez mais encontram menos trabalho, submetendo-se a qualquer tipo de ocupação, seguindo a tendência crescente da precarização. Ainda para este autor, quase um terço da força de trabalho mundial disponível ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou encontra-se desempregada.

Tais transformações devem ser entendidas, ainda segundo o mesmo autor, como a nova morfologia do trabalho que se caracteriza pela retração do operariado industrial de base tayloriano-fordista e a ampliação, a partir da lógica da flexibilidade-toyotizada dos trabalhadores assalariados do setor de serviços, bem como dos homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários, etc.

Assim,

[...] o emprego, sinônimo de trabalho assalariado, carteira profissional e direitos sociais, aparece cada vez mais como coisa de um passado remoto. Trabalho temporário, subcontratado, em tempo parcial, informalizado e versões similares apontam para o futuro num contexto dominado pelo desemprego estrutural e questionamento crescente da sociedade salarial, com multidões de desfilados: sem-emprego, sem-teto, sem-direitos sociais, enfim sem-nada (LIMA, 2002, p. 21).

O fato é que a flexibilização em curso atinge a todos os trabalhadores, pois

[...] aqueles que têm um trabalho regular, com contrato por tempo indeterminado sofrem, cada vez mais, a intensificação do trabalho, a flexibilidade no uso de sua força de trabalho (bancos de horas, horários flexíveis, maiores cargas de trabalho). Aqueles submetidos à flexibilização das relações de trabalho – precarização do trabalho – permanecem cada vez mais à deriva, na insegurança quanto à continuidade do trabalho, sem direitos trabalhistas ou garantias de sobrevivência (aposentadoria e saúde ou seguro-desemprego) (BUONFIGLIO, 2001, p. 51).

Nesse quadro de desemprego estrutural, os sindicatos se desorganizaram e perderam associados com a redução do número de trabalhadores. Assistimos, assim, ao desmonte dos direitos adquiridos pela mobilização política dos trabalhadores. O novo, na precarização do

trabalho, para Lima (2002), dar-se-ia também pela perda de direitos antes garantidos e por uma espécie de retorno ao capitalismo original acompanhado da ideologia do darwinismo social, por meio do qual os melhores sobrevivem ao mercado e, assim sendo, o trabalhador se torna responsável por sua empregabilidade. Para Buonfiglio (2001), a precarização seria mais nefasta para os trabalhadores do que o próprio desemprego, uma vez que implica no desmonte de conquistas que foram construídas ao longo de um século e meio de lutas e por poder atingir, em algum momento, a todos.

Dessa forma,

[...] o trabalho estável torna-se então (quase) virtual. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de 'empreendedorismo', 'cooperativismo', 'trabalho voluntário', 'trabalho atípico' (ANTUNES, 2007 p. 17).

Nesse quadro de precarização e flexibilização, um fator que chama a atenção é o aumento significativo do trabalho feminino, em função do nível de remuneração feminina ser, via de regra, menor do que a masculina. Com o desenvolvimento da telemática (ou teleinformática), nascida da convergência entre os sistemas de telecomunicações, juntamente com as novas tecnologias de informação, assistimos também ao crescimento do trabalho em domicílio. Tais inovações agilizam as atividades das empresas transnacionais, que agora podem desconcentrar o processo de produção, fomentando a criação de pequenas e médias unidades produtivas. Esta forma de trabalho, por mesclar o trabalho produtivo em domicílio com o trabalho reprodutivo doméstico, aumenta as formas de exploração do contingente feminino (ANTUNES, 2007).

Nesse cenário, dois segmentos têm sido particularmente penalizados com o processo de reestruturação produtiva, segundo Antunes (2007): os jovens que atingem a idade de ingresso no mercado de trabalho e os trabalhadores considerados velhos, ou seja, com idade próxima aos 40 anos. Sem perspectivas de ingresso ou retorno ao trabalho formal, eles engrossam as fileiras dos trabalhos precários, trabalhos informais ou até mesmo as fileiras dos desempregados.

Concentração de renda, desemprego, precarização, desregulamentação do mercado de trabalho, com a conseqüente flexibilização no uso da força de trabalho compõem o cenário político, econômico e social das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Na tentativa de enfrentar esta situação, os que trabalhadores desenvolvem algumas alternativas de sobrevivência sendo, uma delas, a retomada das formas coletivas de geração de renda dentro da perspectiva da economia solidária.

1.2 O ressurgimento da associação produtiva dos trabalhadores: Economia Solidária como alternativa

Neste cenário descrito anteriormente são que proliferaram no Brasil, timidamente na década de 1980 e com maior intensidade na década de 1990, as iniciativas da Economia Solidária, como uma estratégia dos trabalhadores para o enfrentamento do desemprego e da pobreza. O debate sobre a temática da economia solidária realizado por teóricos latino-americanos, conforme Culti (2006), está ligado ao contexto da crise econômica e da exclusão social.

Não faremos aqui, para não nos estendermos desnecessariamente, uma retomada do histórico do cooperativismo, no entanto, cabe lembrar que essa forma de organização dos trabalhadores, por meio do trabalho associado, remonta ao século XVIII, sendo que a mais antiga cooperativa de que se tem registro data de 1760 (SINGER, 1998b). Seus antecedentes, segundo Singer (2003) remontam ao cooperativismo operário e às lutas de resistência contra a Revolução Industrial, iniciadas por Robert Owen (1771-1859); às experiências de comunas como, por exemplo, os Kibbutzim em Israel, nas quais o igualitarismo é premissa básica; e à experiência cooperativista pioneira de Rochdale, em 1844. Esta última teve o mérito de adotar princípios de funcionamento que serviram de modelo a partir de então e que definem o que é uma cooperativa autogestionária: “igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativista” (SINGER, 2003, p.119). Outro princípio importante para o sucesso da experiência foi o da repartição das sobras, sendo que, alguns princípios tais como vender somente à vista e apenas produtos não-adulterados, conforme o mesmo autor, ficaram obsoletos com o tempo.

Após um intenso crescimento do movimento cooperativista e sua expansão para outras modalidades, tais como o cooperativismo de crédito e de produção, o movimento passou por um período de letargia, marcado pelo desinteresse pela autogestão, a partir dos anos 1870, quando uma série de conquistas foi alcançada, marcando, segundo Singer (2003), a reconciliação do proletariado com sua situação de assalariado. Estas conquistas diziam respeito ao aumento dos salários, ao reconhecimento do direito à organização sindical e à greve e à aprovação das primeiras bases do estado de bem-estar. Para Culti (2006), além dos motivos acima listados, este movimento teria enfrentado o desafio da garantia da autogestão nos empreendimentos que atingiam grande êxito econômico.

No Brasil, as primeiras cooperativas de consumo surgiram por volta de 1887, segundo Culti (2006), e foram um instrumento da elite política e econômica agrária, não tendo sido um movimento da classe trabalhadora, como os casos europeus, e nem reconhecidas como autogestionárias (SINGER, 2002). Apenas na década de 1980, é que foram retomadas, essas experiências, desta vez, pelos próprios trabalhadores com o apoio de diversos agentes, tais como organismos internacionais, governos, organizações não-governamentais, universidades, sindicatos e igrejas. Para Singer (2003), a retomada do cooperativismo autogestionário só se tornou possível, no Brasil, pelo apoio de instituições governamentais e da sociedade civil. Ressalta, entre estes órgãos, os ligados à Igreja (Cáritas e FASE), os movimentos pela reforma agrária (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), as agências formadas pelo movimento sindical urbano (Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão, Agência de Desenvolvimento Solidário) além das Universidades (Rede Unitrabalho e Rede ITCP).

Foi somente com o agravamento do desemprego e da exclusão social, a partir de 1980, em função da implementação de políticas neoliberais, da perda do papel regulador do estado, aliado à disseminação do toyotismo e do processo de acumulação flexível, é que assistimos ao ressurgimento destas iniciativas, que hoje denominamos economia solidária. Embora seja difícil precisar a data desse retorno, em âmbito mundial, Singer (2003) aponta a constituição da cooperativa de produção que foi a semente do Complexo Cooperativo de Mondragón, no país Basco, na Espanha em 1956, como um marco possível. O termo economia solidária teria sido utilizado pela primeira vez, na França, no início dos anos 1990 e sua introdução no Brasil é atribuída ao professor Paul Singer, em artigo de 11/07/1996, segundo Pinto (2006).

Talvez pelos exemplos dados pela história, as cooperativas sejam a forma mais conhecida de organização econômica coletiva dos trabalhadores, contudo, a organização jurídica dessas organizações que compõem a economia solidária, pode assumir formas variadas, tais como associações, grupos informais e empresas coletivas, importando mais os princípios pelos quais elas são regidas, do que sua formalização jurídica propriamente dita. Com relação à forma de funcionamento, uma ideia fortemente vinculada à economia solidária, base mesmo das experiências produtivas, é a autogestão. Em que pese a ambiguidade e a imprecisão do conceito, tomaremos a referência de Albuquerque (2003).

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um 'coletivo'. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo

das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (p. 20).

Assim, para nós, os empreendimentos autogestionários seriam aqueles nos quais a propriedade dos meios de produção é, em graus variados, compartilhada, a gestão e todas as decisões de relevância são tomadas pelo conjunto dos participantes e, por fim, que o resultado do trabalho é também distribuído a todos, segundo critérios definidos coletivamente. As concepções do que venha a ser a economia solidária, longe de serem homogêneas e acabadas, encontram-se em construção e possuem diferentes nuances. Apresentaremos, a seguir, as construções teóricas de alguns autores. A partir da nossa empiria, desenvolveremos, no capítulo cinco, um diálogo com as teorias que se mostraram mais coerentes com os resultados alcançados. Apesar das diferenças teóricas, as práticas da economia solidária guardam a característica comum de instauração de uma lógica diversa à da exploração e acumulação privada, garantindo centralidade ao trabalho (GAIGER, 2004; PINTO, 2006). Santos e Rodrigues (2002, p. 31) apontam a retomada ou a criação de alternativas que se baseiam em “práticas e formas de sociabilidade anticapitalistas”, representadas por formas de organização econômica baseadas na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente. Para eles, estas iniciativas “não representam novos modos de produção que substituam o modo capitalista. Contudo, isso não lhes retira relevância nem potencial emancipador”.

Para Singer (2000), a economia solidária surge como modo de produção alternativo ao capitalismo, colocado em prática pelos excluídos do mercado de trabalho, ou sujeitos a tal exclusão. Os princípios organizativos das cooperativas de produção, que para ele são unidades típicas da economia solidária, são a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática da empresa (por participação direta ou por representação), a repartição da receita líquida entre os cooperados através de critérios previamente discutidos e negociados coletivamente, assim como ocorre com a destinação do excedente anual. Ele entende que a economia solidária é um processo contínuo de luta dos trabalhadores contra o capitalismo. E, nesse embate travado pelos trabalhadores na expectativa de superação do capitalismo, o exercício da autogestão é fundamental, exercício este que exige um aprendizado que apenas a prática proporciona.

A gestão democrática, a transparência e a divisão equânime dos resultados econômicos da atividade são colocadas por ele como importantes elementos na configuração das formas produtivas organizadas dentro dos princípios da economia solidária. Além disso, considera que a atuação isolada das iniciativas de economia solidária em mercados dominados por

empresas capitalistas seria um fator de debilidade delas. O autor também evidencia que é necessário garantir as bases de sustentação à economia solidária, sendo o acesso às fontes de financiamento, às redes de comercialização, à assessoria técnico-científica, à formação continuada dos trabalhadores e ao apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais as mais importantes.

Para Gaiger (2004), são razões do renascimento da economia solidária a crise do trabalho assalariado cujas conseqüências são o desemprego e a exclusão social; a derrocada da experiência socialista, que abre caminho a novas experiências sociais; a chegada ao poder, no caso do Brasil, de forças de esquerda que se viram compelidas a dar respostas à sua base social; e, por fim, a evolução das experiências existentes, atestando sua viabilidade e sua capacidade de gerar benefícios para seus membros e seu entorno, despertando a sensibilidade de intelectuais e ativistas, gerando um clima otimista e vindo a multiplicar as forças de promoção desse tipo de economia. Entende também a economia solidária como estratégia de resistência dos trabalhadores, segundo ele,

[...] trata-se da associação produtiva entre trabalhadores, que visa a colocar em seu benefício a capacidade de trabalho que possuem, em lugar de aliená-la como instrumento do seu próprio jugo, assim, instaurando as bases de uma economia do trabalho que subverte a lógica de produção de mercadorias e converte a economia, de imperativo absoluto, em meio de realização de necessidades, de fruição e de bem-estar (id., 2004, p. 7).

As elaborações teóricas apresentadas pelo autor são fruto de estudos empíricos, sendo uma das mais importantes a primeira pesquisa nacional sobre economia solidária, realizada pela UNITRABALHO concluída em 2003, em 9 estados do país. Por meio deste estudo, os pesquisadores formularam o conceito de empreendimento econômico solidário (EES), como uma espécie de conceito-modelo, ou seja, que reúne características ideais. Segundo o autor, as propriedades dos EES se referem a oito princípios, quais sejam: o da autogestão, da democracia, da participação, do igualitarismo, da cooperação, da autosustentação, do desenvolvimento humano e da responsabilidade social. A cooperação seria um fator da viabilização dos empreendimentos, que se pautam em uma nova racionalidade, ou nas palavras do autor:

A força desses empreendimentos residiria em sua capacidade de conciliar, simbioticamente, as relações de trabalho que lhe são próprias com os imperativos de eficiência, de modo que a própria cooperação torna-se viga-mestre de uma nova racionalidade socioeconômica (Id., p.11).

Entendendo as possibilidades que ela engendra sem deixar de considerar as contradições e ambiguidades que a cercam, o autor reflete sobre o sentido histórico da economia solidária.

Esse sentido, [...] reside primordialmente numa experiência essencial, de emancipação do trabalho desumanizado e desprovido de sentido, na restituição do trabalhador à condição de sujeito de sua existência, restituição por certo incompleta e passível de retrocessos, mas assim mesmo efetiva e, por isso, decisiva como experiência humana (Id., p. 372).

Atentando-se apenas para a história mais recente, entende que o surgimento dos EESs não se deve apenas à falta de oportunidades e ao desemprego, ao contrário, ocorre proporcionalmente à conjunção de algumas circunstâncias que descreveremos a seguir. Primeiro, a presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe, no âmbito da memória ou da experiência viva, que constituíram uma identidade comum, criaram laços de confiança e desenvolveram competências para sua organização e para a defesa de seus interesses. A existência de organizações e lideranças populares genuínas, que tendem a assegurar a interlocução com agentes externos. Chances favoráveis para que práticas econômicas associativas sejam compatíveis com a economia popular⁷ dos trabalhadores, conformando-se aos arranjos individuais, familiares e semicoletivos que lhes asseguram a subsistência e que estão inscritos em sua experiência e nos seus círculos de relação e de influência. A presença de entidades e grupos de mediação, aptos a canalizar as demandas dos trabalhadores para alternativas associativas e autogestionárias. A incidência concreta sobre os trabalhadores dos efeitos da redução das modalidades convencionais de subsistência. A formação de um cenário político e ideológico que reconheça a relevância dessas demandas sociais e das alternativas que apontam (GAIGER, 2004).

Assim, a economia solidária não se define necessariamente em oposição à economia capitalista, que por sua vez tampouco determina invariavelmente ou esgota o sentido da economia popular, mas representa outra economia, antagônica ao caráter e ao lugar histórico subalternos que ambas, por razões diversas, reservam a quem vive do trabalho (Id., p. 375).

O surgimento dessas experiências, segundo o mesmo autor, nada tem de corriqueiro ou previsível. Não refletem a crise do mercado de trabalho. São experiências que, para ocorrerem, exigiram que várias condições fossem verificadas. Haveria assim os fatores

⁷ Não faremos aqui um aprofundamento sobre a economia popular e suas características. Aos interessados neste tema sugerimos as seguintes leituras:

CORAGGIO, José Luis. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (Org.). *Economia dos setores Populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE; UCSAL, 2000.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003, p. 101-109 e Silva

SILVA, Laurenicio Mendes. *Economia Popular Solidária: os processos formativos populares e a construção de uma nova cultura do trabalho*. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. Ano de Obtenção: 2007, p. 37-44

negativos, que eliminam ou reduzem as opções de sobrevivência costumeiras e que levam os trabalhadores a apostarem em alternativas incomuns, entretanto, outras condições são necessárias para o surgimento de um empreendimento da economia solidária, entre elas, “particularmente um tecido popular constituído ou altamente propenso a interagir e encetar experimentos coletivos” (Id., p. 378).

De um lado, *forças negativas*, a saber, mudanças objetivas que virtualmente eliminam as opções de vida econômica, normalmente, utilizadas pelos trabalhadores, às quais podem somar-se ainda razões subjetivas, na consciência dos mesmos, que os levam a rejeitar aquelas soluções habituais e somente a suportá-las na falta de outras. De outro lado, *forças positivas*, que favorecem a adesão dos trabalhadores às propostas associativas, em razão das vantagens materiais que apresentam ou porque formam e sedimentam convicções subjetivas nessa direção. Sua presença fortalece o futuro empreendimento diante de adversidades e tende a enlaçar iniciativas, expandindo seu efeito irradiador e multiplicador (Id. p. 380).

A pesquisa acima citada evidenciou uma grande variedade de empreendimentos, do ponto de vista dos seus protagonistas, suas razões de ser, suas soluções organizativas, seu modo de inserção na economia, sua irradiação local e seu grau de engajamento com o movimento sociopolítico da economia solidária. Gaiger (ibid.) considera que se trata de uma nova forma social de produção, baseada em uma nova racionalidade, uma vez que,

[...] em tais experiências as práticas características do solidarismo empreendedor aparecem de modo mais pleno, estabelecendo relações mútuas simétricas e horizontais, no que respeita à posição de cada sócio-trabalhador diante dos meios de produção, da mesma forma que instituem uma simbiose entre interesses individuais e coletivos, no plano da gestão e da organização do trabalho. No lugar de serem um óbice ou representarem um custo para a eficiência econômica, as práticas democráticas e cooperativas passam a exercer um efeito positivo sobre o desempenho das atividades, como parte de uma nova racionalidade a um só tempo social e econômica, que se introduz na vida do empreendimento, gerando por outro lado maior satisfação das expectativas pessoais, que por sua vez tendem em boa medida a serem compartilhadas e a perderem o seu caráter individual (id. p. 387).

De qualquer modo, tais empreendimentos apresentam desvantagens em função de sua defasagem tecnológica e do seu despreparo técnico-profissional. Este último refere-se à necessidade de abandono da cultura de firma e do desafio de lidar não apenas com a produção, mas também com o mundo desconhecido da administração cotidiana e da gestão a longo prazo.

Mesmo quando modestos, Gaiger (id.) reconhece que se podem apreciar benefícios importantes nestas iniciativas, que as colocam em posição vantajosa, tanto em relação à economia popular, com seus formatos individuais ou familiares e com suas características de informalidade, quanto em relação às ofertas de trabalho assalariado de fato acessíveis para aqueles trabalhadores, ou seja, empregos sem prestígio, pouco qualificados, mal remunerados e instáveis. Além disso, acrescenta outros benefícios, como a indiscriminação de jovens,

velhos, mulheres e negros, bem como os ganhos sociais mais amplos, que se referem à estruturação de elos comunitários, capazes de “frenagem da degradação do tecido social” (GAIGER, 2004. p. 393).

O isolamento, já referido por Singer (2002) como fragilizador das experiências, também foi constatado por Gaiger (2004), sendo que esta falta de vínculos econômicos entre os empreendimentos deixava-os sujeitos aos ditames do mercado, impondo sacrifícios, renúncias e compromissos que, por vezes, comprometem os valores da produção solidária. Por outro lado, os empreendimentos econômicos solidários seriam, para Gaiger (2004), capazes de reverter a separação entre o trabalhador, os meios de trabalho e o seu produto. Segundo o autor,

[...] do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, as empresas de economia solidária superam suas concorrentes capitalistas, não porque representem invariavelmente a sua antítese e ameacem sua supremacia, mas porque oferecem outras condições históricas aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Esse conteúdo provém da experiência concreta da autonomia no e pelo trabalho (GAIGER, 2004, p. 395).

No entanto, o autor não acredita na replicação progressiva e contínua dos empreendimentos solidários, a ponto de um dia predominarem e depois dominarem globalmente a economia, pois o surgimento e a consolidação das experiências decorrem de um conjunto de condições específicas, não generalizáveis. Tampouco acredita na conversão geral das práticas econômicas para os princípios solidários.

A partir da realização de uma pesquisa em 13 empreendimentos de diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul de diferentes ramos de atividades, Pinto (2006) ressalta que, por se tratar de um contexto de crise, as experiências da economia solidária são permeadas por risco e possibilidade, velho e novo, e que estas ambivalências estão presentes nos comportamentos dos trabalhadores. De modo bastante sumário, aponta, a partir do universo pesquisado, que ao iniciar a implantação de um empreendimento associado, os trabalhadores têm poucas informações sobre o que este novo regime institucional representa; que se trata de uma experiência recente no país, o que faz com que os empreendimentos se encontrem em situação de fragilidade econômica e organizativa. Esta fragilidade é evidente na diminuição de clientes e fornecedores nos casos de empresas advindas de falência, recuperadas pelos trabalhadores, bem como na restrição de capital de giro a que estão submetidas. Destaca também que a renda obtida no empreendimento, mostra-se essencial na composição da renda familiar, constituindo, para a maioria, a única fonte de renda. E, por fim, constata a deficiência, em

termos de instrução formal, ou seja, trabalhadores com baixa escolaridade e qualificação, o que impõe dificuldades para seu envolvimento na gestão do empreendimento.

O mesmo autor indica que as mudanças institucionais observadas, tendem a produzir comportamentos participativos e cooperativos. Comumente, a origem das empresas advindas de massas falidas está relacionada à iniciativa de um grupo de antigos empregados que, por vezes, contam com apoio de sindicatos ou associações. E mesmo contando com apenas uma parcela dos trabalhadores, a criação de uma cooperativa já indica a participação e cooperação entre os trabalhadores, reforçando uma postura coletiva, ainda que a motivação para a adesão seja assegurar o trabalho.

Nesses empreendimentos, com a frequente saída do pessoal da administração e da gerência, há a desarticulação dos papéis hierárquicos e a possibilidade de afrouxarem-se as relações verticais. O regime de copropriedade, ou seja, a possibilidade de vir a ser ou o fato de já ser dono, parece desempenhar um papel importante na mudança de comportamento dos trabalhadores. Também a distribuição entre os cooperados das sobras⁸ contribui para o sentimento de “ser igualmente dono”, além de reduzir o peso do papel da hierarquia. A percepção de que se trabalha para si seria uma condição que iguala os trabalhadores e o reconhecimento da integração entre o interesse individual e coletivo, parece ser a motivação fundamental que inclina o trabalhador para a cooperação e participação. Para que o associado tenha um comportamento verdadeiramente participativo e cooperativo, faz-se necessário que haja um “compartilhamento efetivo do poder decisório e de seus frutos” (PINTO, 2006), ou seja, quando as relações se pautam pela horizontalidade e igualdade. Pinto (2006) é bastante esclarecedor ao afirmar que, muitas vezes, a antiga divisão do trabalho ainda está presente e superá-la é o maior desafio em termos organizativos e comportamentais. Por este motivo, e pelo fato de a divisão anterior de papéis e funções permanecer como referência para os trabalhadores, é que o comportamento deles oscila entre a disposição para tomar parte da gestão e cooperar na produção e a postura de “empregado”.

Por outro lado, a participação frequentemente é vista como um custo. Além do desenvolvimento da sua atividade original, o associado, ao participar da gestão do empreendimento, vai assumir outras responsabilidades, que antes não tinha. Muitas vezes, é necessário apropriar-se de novos conhecimentos para atuar na gestão, o que intensifica a percepção do custo da participação.

⁸ A diferença entre o faturamento e as despesas.

A participação prossegue muitas vezes sendo vista como um custo em função das responsabilidades nela implicadas. Isso devido (...) ao fato de que a gestão nunca fora até então compartilhada com os trabalhadores, que, portanto, tendem a ignorá-la como um aspecto intrínseco ao trabalho. Daí decorre, ainda, o custo de se apropriar de novos conhecimentos para se atuar na gestão (PINTO, 2006, p. 154).

O risco é recair na subordinação à chefia, no personalismo, ou atribuir a um líder a condução da organização. A baixa diferença entre as retiradas reflete também uma distribuição de poder mais equânime e concorre para aumentar o sentimento de participação no negócio. Há também uma tendência à descentralização das informações e ao compartilhamento das decisões, que propicia um ambiente favorável à troca de conhecimentos e saberes sobre a gestão e estratégias de produção.

No processo de produção há um claro aumento da cooperação pela possibilidade de um retorno do resultado do trabalho. No entanto, contradições tais como a segmentação entre a produção e a gestão, ainda persistem. De todo modo,

[...] a repartição mais equânime dos benefícios gerados pela ação coletiva tende (...) a favorecer a circulação de informações via mecanismos formais e informais de participação na gestão, além de induzir a uma cooperação voluntária no processo de produção (PINTO, 2006, p. 159).

Para deixarmos claro a que nos referimos quando nos reportamos aos empreendimentos que compõem a economia solidária, recorreremos à definição proposta pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, SENAES/MTE, constante do Atlas da Economia Solidária no Brasil⁹. Acreditamos ser uma boa referência teórica por se tratar de fruto da discussão no interior do Grupo de Trabalho do Mapeamento¹⁰ da economia solidária, que contou com a participação, tanto de importantes intelectuais e teóricos ligados ao tema, quanto de representantes do movimento de economia solidária, por meio dos Fóruns Estaduais. De forma bastante resumida, o Atlas define a economia solidária como sendo:

O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária (BRASIL, Atlas da Economia Solidária no Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, 2006, p. 11).

Consideramos assim, que a unidade básica da economia solidária são os Empreendimentos Econômicos Solidários, assim definidos:

⁹ BRASIL, *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

¹⁰ Referimos ao Mapeamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - Ministério do Trabalho e Emprego em 2005, divulgado em 2006, no qual foram pesquisados 14.954 empreendimentos em todo o país. Foi realizada a segunda etapa do mapeamento em 2007, cujos dados também estão disponíveis no site <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>

Considera-se como empreendimento de economia solidária a organização que possua as seguintes características: a) são organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias grupos de produção; clubes de troca, etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados; b) São organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica; c) são organizações que podem dispor ou não do registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização; d) são organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios trabalhadores), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a ‘razão de ser’ da organização;) são organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associações ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares (SENAES/MTE, 2004 apud Pinto, 2006, p.36).

O rápido crescimento dos empreendimentos solidários nas últimas duas décadas não pode ser entendido, no entanto, como uma mudança de postura da classe trabalhadora que teria optado por uma forma mais autônoma e emancipadora da organização do trabalho, uma vez que a maioria daqueles que se engajam nesses empreendimentos o fazem por uma falta de opção de acesso ao trabalho formal, de carteira assinada, com garantias, ainda que subordinado. Isso ficou evidente nos dados obtidos pelo Mapeamento de 2005 no qual os três principais motivos para a criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários apontados foram alternativas ao desemprego (45%), complemento de renda (44%) e obtenção de maiores ganhos (41%).

Considerando-se que mesmo se tratando de iniciativas autênticas de economia solidária, ou seja, aquelas surgidas de iniciativas dos trabalhadores, tais experiências estão inseridas, de certa forma, em um contexto de precarização. No entanto, há outros aspectos que envolvem as experiências de economia solidária que merecem destaque. Mesmo que a geração de renda seja primordial, os trabalhadores associados “compreendem que o desenvolvimento humano não é resultado apenas de ganhos monetários, mas também diz respeito a necessidades humanas, como a socialização e ampliação do saber e da cultura” (TIRIBA, 2000, p. 228).

Em pesquisa realizada em 1999, com 61 empreendimentos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com um enfoque de maior profundidade em 5 empreendimentos, Tiriba (2000) constatou que, na imensa maioria dos casos, as unidades estudadas iam além da geração de renda, combinando a atividade econômica com outras de caráter social, educacional e cultural. O objetivo fundamental da pesquisa era perceber os elementos materiais e imateriais da

cultura do trabalho nas experiências associativas estudadas. Assim, mesmo reconhecendo que “seria uma ilusão imaginar que é possível encontrar no interior da sociedade capitalista uma organização econômica que, mesmo gerida pelos próprios trabalhadores, pudesse se caracterizar em seu conjunto, como ‘cultura de novo tipo” (TIRIBA, 2000, p. 224), ela percebe que a cultura que se forja no interior destas iniciativas não pode ser entendida de maneira linear, como se resultasse da soma de elementos positivos e negativos. Nesse sentido, mesmo não sendo possível perceber uma nova cultura do trabalho, é possível detectar “elementos que vão se plasmando num processo contraditório, que ora afirma e ora nega um determinado aspecto das relações sociais e econômicas que ali se desenvolvem e/ou são hegemônicas na sociedade” (TIRIBA, 2000, p. 232).

Tiriba aponta que, pouco a pouco, os integrantes das iniciativas associativas vão se dando conta de que não querem voltar à forma assalariada de trabalho. Primeiramente, movidos pela necessidade e depois pela esperança de viabilidade econômica do empreendimento. Diversos são os significados dessa forma de produção: provar que mesmo sem estudo são capazes de gerir um empreendimento, trabalhar perto de casa e assim eliminar o custo e tempo perdido no deslocamento, conciliar a atividade produtiva com a atividade doméstica (principalmente no caso das mulheres, que desta forma podem cuidar de seus filhos).

Indubitavelmente, uma série de direitos e conquistas dos trabalhadores tais como férias remuneradas, aposentadoria, licença-maternidade e licença por motivo de doença são benefícios que poucos empreendimentos conseguem oferecer a seus sócios. Ressaltamos apenas, que para grande parte dos indivíduos envolvidos nas experiências de economia solidária, essas condições nunca estiveram presentes, em função do tipo de inserção que tais pessoas conseguem, ou seja, em trabalhos informais e precários. E, para muitas pessoas, significa a única possibilidade de renda que, em alguns casos, traz benefícios não-monetários de inserção e inclusão que de outra forma estes indivíduos não teriam.

Pinto (2006) entende que por meio da economia solidária, não se averigua apenas a geração de trabalho e renda, mas:

Assiste-se também como possibilidade a emergência, a partir de relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo, e das trocas. A realização desses vínculos implica, também, a produção de novas identidades pessoais, modos distintos de autopercepção (PINTO, 2006, p. 16).

A possibilidade de reconstituição do laço social e das identidades socioprofissionais, para além das modificações dos processos produtivos que ocorrem nas práticas associativas da

economia solidária é apontada por Kemp (2008) como um grande mérito dessa proposta. Ao estudar uma associação de reciclagem no município de Belo Horizonte, a autora pôde constatar que os trabalhadores envolvidos na experiência associativa vivenciaram também a reconstituição do pertencimento social, a possibilidade de participação efetiva e a recuperação do sentido de coletividade. Para ela:

O econômico como projeto e atividade passa a ser suporte de algo mais essencial, que é a participação efetiva, o exercício de uma solidariedade pública, o engajamento expressivo e a recriação do laço social. Nesse cenário, o que se coloca é a capacidade de cada um tornar-se ator e contribuir para a produção de um bem e de um sentido comum (KEMP, 2008, p. 32).

Assim, para pessoas colocadas à margem da sociedade, como é o caso dos catadores, o ingresso nos empreendimentos da economia solidária, pode resgatar o sentido de ser ator social por meio da participação ativa no coletivo organizado. Seguindo a linha defendida por Laville¹¹, a autora aponta que a economia solidária é portadora de uma lógica que

[...] tem buscado rearticular, de maneira inovadora, as esferas social, econômica e política, libertando-se de lógicas de programa preestabelecidas, que restringem sua ação a simples paliativos das deficiências da economia mercantil e não mercantil (KEMP, 2008, p. 47).

Também Barros e Pinto (2008) ao estudarem o segmento dos catadores, apontam que:

Participar do movimento associativo constrói uma identidade política e cria sociabilidades baseadas na solidariedade e na existência de um projeto comum de transformação das relações de exploração e opressão, em substituição ao individualismo que operava nesses grupos antes de seu processo organizativo (p.76).

Defendem os autores que a organização coletiva proporcionou melhoria das condições gerais de vida das pessoas que realizam o trabalho da catação e foi fundamental tanto nas conquistas da categoria, quanto na mudança da autoimagem dos catadores, que agora é mais valorizada. Esse fortalecimento identitário que, além da mudança substancial na autoimagem dos catadores, envolve também uma mudança da visão que a sociedade tem sobre eles, retirando-os do lugar de assistidos e conferindo-lhes o lugar de protagonistas e parceiros fundamentais na questão ambiental.

No trabalho de catação e em seus movimentos associativos vemos a construção de sociabilidades solidárias e de inclusão. Aqui, o trabalho aparece como possibilidade de implicação espontânea, de busca de autonomia, de transgressões, de engenhosidades, de defesas, de mobilizações subjetivas e políticas, mesmo em um espaço limitado de ação, construindo um 'espaço de liberdade' (LIMA, 2002) e de reconhecimento social (BARROS E PINTO, 2008, p. 76)

¹¹ Não abordaremos neste trabalho a concepção desenvolvida por Laville sobre a economia solidária. Aos interessados em aprofundar sugerimos a leitura de FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Ficam, assim, claros alguns dos benefícios não-monetários que as experiências da economia solidária possibilitam. Não queremos aqui dar a entender que apenas estes benefícios devem ser observados, ou que somente eles bastariam, e que de outra forma não seria necessário que o trabalho dos associados lhes possibilitasse ganhos financeiros que lhes permitissem melhorias concretas das condições de vida. Apenas ressaltamos que tão importante quanto ter acesso à renda por meio do trabalho é poder fazer desse trabalho um caminho, não desimpedido de obstáculos, para uma maior autonomia.

Não podemos deixar de mencionar, por outro lado, que foi muito comum o incentivo, por parte das próprias empresas, para a constituição de cooperativas, as chamadas “cooperfraudes” ou “coopergatos”, como forma de precarização do trabalho. Tais cooperativas são uma estratégia do próprio capital, nesta nova fase de acumulação, de redução de custos e aumento da lucratividade (BUONFIGLIO, 2001; LIMA, 2002; ORGANISTA, 2006;). Nestes casos, as empresas demitem funcionários contratados formalmente e passam parte ou todo o processo produtivo para as cooperativas, muitas vezes, contando com apoio do Estado, por meio de isenções fiscais. Muitos exemplos contundentes são apontados por Lima (2002) ao analisar a política de industrialização desenvolvida pelo governo cearense nos anos 90 tendo na organização de cooperativas de produção o elemento diferenciador¹².

Nesses casos, as cooperativas funcionam, claramente:

Como elemento de desregulamentação do trabalho, onde este nunca foi efetivamente regulamentado; como forma de institucionalização da informalidade a partir da recuperação do conceito de trabalho associado, organizado pelo capital, com a eliminação dos direitos trabalhistas presentes na relação salarial. Tudo ao contrário do que representaria a cooperativa. Através de formas pretensamente autônomas teríamos formas de assalariamento disfarçado e trabalho subordinado, desonerando os custos do trabalho para o capital (LIMA, 2002, p. 14).

No entanto, entendemos que existe uma diferenciação, nem sempre tão simples, entre as cooperativas autênticas e as cooperativas fraudulentas, ou “coopergatos”, sendo claro o papel dessas últimas na precarização do trabalho. Como já expusemos acima, tratamos na economia solidária de iniciativas de trabalhadores que se organizam de forma autogestionária, ainda que no interior do sistema capitalista, algumas vezes, de forma bastante funcional. Este parece ser o caso, por exemplo, das cooperativas de reciclagem que dão capilaridade à coleta seletiva, sendo importantes agentes desde mercado, mas não usufruem dos benefícios financeiros na mesma proporção, sendo úteis para a lucratividade das grandes indústrias.

¹² Pesquisa desenvolvida entre 1997 e 1999 no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, com 11 cooperativas dos setores de confecção e calçados.

Entendemos que benefícios, monetários e não-monetários, estão presentes nessas experiências e acreditamos, como Santos e Rodrigues (2002), que as experiências da economia solidária são frágeis e incipientes. No entanto, seguindo a linha de raciocínio do pensamento crítico, na qual a realidade não pode ser reduzida ao que existe, mas é um “campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que nem sequer foram tentadas” (SANTOS e RODRIGUES, 2002, p. 25), o autor analisa as experiências de economia solidária a partir da perspectiva da “hermenêutica das emergências”, ou seja, uma perspectiva de interpretação abrangente da forma como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e se engajam em alternativas econômicas fundadas em princípios não-capitalistas.

Esta perspectiva amplia e desenvolve as características emancipatórias dessas alternativas para torná-las mais visíveis e credíveis. Isso não implica que a hermenêutica das emergências renuncie à análise rigorosa e à crítica das alternativas analisadas. Todavia, a análise e a crítica procuram fortalecer as alternativas, e não propriamente diminuir seu potencial (SANTOS e RODRIGUES, 2002, p. 26).

CAPÍTULO 2 A RECICLAGEM COMO ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE E A EXPERIÊNCIA DA COMARP

2.1 Caracterização geral do problema

A ação humana sobre o meio sempre gerou, de uma forma ou de outra, impactos ambientais. No entanto, após a Revolução Industrial no Século XVIII, quando há uma intensificação no processo produtivo com a ajuda de máquinas, é que tais impactos ficam mais em evidência, já que os recursos naturais passam a ser consumidos de uma forma e a uma velocidade sem precedentes na história da humanidade. Conseqüentemente, diversos resíduos são gerados pelo processo produtivo com grande potencial poluidor. Aliado a esta questão soma-se o aumento populacional e seu crescente deslocamento para os centros urbanos¹³, mais contundente nas últimas décadas do século XX. O processo de industrialização, que por meio de inovações tecnológicas possibilitou crescente produtividade também foi responsável pela atração de muitos indivíduos, do campo para a cidade, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Com maior produção, é necessário que se venda cada vez mais e se estabelece, assim, um padrão de consumo intenso. O ciclo de vida dos produtos torna-se cada vez menor e assistimos à obsolescência programada, ou seja, produtos que são concebidos para tornarem-se ultrapassados em curtíssimo tempo, a fim de manter um elevado nível de consumo, contribuindo para a lucratividade de quem os produz. Nas palavras de Conceição (2005, p. 27):

Nesse novo cenário (capitalista de produção), a ordem é produzir cada vez mais e vender sempre, propiciando, assim, um dinamismo no sistema de produção mundial que necessita desse ‘combustível’ para não entrar em colapso.

Sabe-se que o uso que faz a espécie humana dos recursos naturais do planeta não diz respeito apenas à satisfação de suas necessidades básicas, estando intimamente relacionado com os padrões de consumo ditados por este modelo de desenvolvimento que coloca a humanidade diante do risco de um colapso, em função de sua insustentabilidade. Segundo Dias (2002, p. 15):

¹³ Segundo Dias (2002), “os seres humanos agora constituem uma espécie majoritariamente urbana. Mais de 70% das populações de Estados Unidos, Canadá, Europa Ocidental e Japão são urbanas. Cerca de 74% dos latino-americanos vivem em cidades. No Brasil, o IBGE (2001) anuncia que 81% dos brasileiros vivem em cidade.”

O desafio evolucionário humano está ocorrendo nos centros urbanos. As cidades são pontos emanadores de indução de alterações ambientais globais. Quase todo crescimento está ocorrendo nas cidades. Elas ocupam apenas 2% da superfície da Terra, mas consomem 75% dos seus recursos. As cidades tendem a ocupar o mesmo nicho global dentro da biosfera e explorar os recursos da mesma maneira. Esse modelo suicida está sendo replicado em quase todo mundo, gerando pressões cada vez mais fortes.

Para Conceição (2005, p. 80), “a sociedade torna-se a cada ano, mais urbana e consome, cada vez com mais ‘fome’ os recursos naturais como se fossem infinitos”. As conseqüências da adoção desse modelo são níveis alarmantes de poluição atmosférica, contaminação dos recursos hídricos, a destruição da cobertura vegetal da terra, ocasionando intensos processos de destruição de *habitats*, pressões crescentes sobre a biodiversidade, erosão, perda de fertilidade do solo, desertificação, assoreamento dos rios, inundações, destruição da camada de ozônio, chuva ácida, aquecimento global dentre outros.

Além disso, temos o processo de concentração de renda e exclusão de significativa parcela da população dos meios para consumir ou mesmo para manter um padrão de vida razoável. Os indivíduos que migram do meio rural para a cidade em busca de uma vida melhor, muitas vezes não conseguem emprego, e, quando o fazem, são empregos cuja renda não lhes garante qualidade mínima de vida. Resta-lhes habitar em locais inadequados, trabalhar muito e, ainda assim, ter renda muito baixa e, por vezes, estar também excluído do mercado de consumo. A insustentabilidade se revela assim também na sua dimensão econômico-social por meio da injusta distribuição dos bens produzidos.

A destruição dos recursos naturais e outras mazelas tais como a crescente exclusão social, duas faces do mesmo problema, têm repercutido e sensibilizado a população mundial para a urgência de se pensar em estratégias de preservação do planeta. A constatação de que o modelo atual de produção e distribuição não atende a todos homoganeamente, bem como exaure os recursos naturais e resulta na produção de volumes exorbitantes de resíduos, leva à necessidade de se adotar uma nova concepção de produção e de consumo.

Estas são as questões que a luta ambientalista da sociedade civil organizada, iniciada na década de 1960, vem denunciar e pretende combater. Percebendo as incompatibilidades do atual modelo de desenvolvimento, ganha força a necessidade de implementação de um desenvolvimento capaz de garantir a existência dos recursos naturais para além da geração atual, bem como assegurar uma justa e equitativa distribuição da riqueza. Nasce assim, a noção de desenvolvimento sustentável. Embora alguns autores entendam que “desenvolvimento sustentável não pode existir no capitalismo, porque a regra do lucro e da

concentração do capital não deixa de pé, sequer as pessoas” (DEMO, 2005, p. 6), o desenvolvimento sustentável pode ser definido como:

Aquele que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção da equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. (Relatório de Brundtland, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987, *apud* CONCEIÇÃO, 2005 p. 19).

A preocupação com esse quadro nefasto levou governos e instituições a iniciarem a discussão do tema em grandes encontros mundiais, inaugurado pela Conferência de Copenhagem, em 1945, seguida de outros igualmente importantes, dos quais podemos citar a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano (ou Conferência de Estocolmo) em 1972, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (mais conhecida como Rio 92) e a Conferência de Kyoto, realizada no Japão em 1997. Tais eventos ora assumem caráter de tornar público os efeitos do atual modelo de produção e consumo, apontando a necessidade de mudanças, ora apresentam propostas de ações concretas para obtê-las, como por exemplo, a elaboração da Agenda 21, e ora tentam estabelecer restrições como a redução da emissão de gases poluidores na atmosfera, contida no Protocolo de Kyoto. Embora a preocupação com a preservação ambiental tenha reverberado pelo mundo e tenha sido tema de discussões com representantes de centenas de países em encontros importantes os resultados concretos obtidos ainda são muito tímidos. Referem-se principalmente à adoção de medidas, digamos, de redução de danos. Ainda que não coloquem em questão o modo de produção, tentam apenas minimizar seus efeitos.

Fica claro que a preocupação manifesta se dá em torno de como reduzir os níveis de poluição, depredação, pobreza e superpopulação, sem tocar na forma social de produção, ou seja, no capitalismo. Em que medida essas melhorias que vão, aparentemente, contra a lógica da própria dinâmica capitalista, conseguem ser suficientemente eficazes, é algo que somente dentro de algumas décadas poderemos saber (FOLADORI, 2001, *apud* CONCEIÇÃO, 2005, p. 94).

2.2 O aumento da produção de resíduos e a reciclagem

Concentraremos agora a atenção em uma das consequências do atual modelo de desenvolvimento que é o aumento da produção de resíduos sólidos domésticos, comerciais e industriais. Segundo dados do IBGE/PNSB 2002, citados por Conceição (2005) são produzidos, no Brasil, 125.281 t diárias de lixo. Cabe ao poder público executivo municipal o

serviço de coleta e destinação correta dos resíduos do município, embora esta gestão deva ser compartilhada. Do total de lixo gerado no país, apenas 15% têm como destino os aterros sanitários. Os aterros sanitários são medida mais avançada. Neles, são depositadas camadas de lixo e camadas de terra alternadamente e são adotadas algumas medidas de controle de contaminação dos cursos de água. Do total do lixo, 13% são destinados aos aterros controlados e 67% vão para lugares a céu aberto, os conhecidos lixões, nos quais são depositados os resíduos, sem nenhuma medida de controle, comprometendo a saúde pública, contaminando o ar e os lençóis de água.

O volume de lixo gerado pela população, pelas indústrias e pelo comércio é muito grande, comprometendo em um curto período de tempo os aterros sanitários. O tratamento dos resíduos sólidos apresenta-se como um dos grandes desafios dos gestores, uma vez que os aterros sanitários, que são de longe a medida mais eficaz de tratamento, detêm capacidade limitada. A reciclagem diante disso ganha espaço como estratégia de diminuição do volume de lixo a ser encaminhado ao aterro sanitário.

A definição conceitual do que seja reciclagem apresentada pelos órgãos técnicos competentes contém alguns problemas, como aponta Eigenheer (2005), onde algumas vezes é entendida apenas como processo de separação e outras vezes não deixa claro se se trata da transformação de materiais orgânicos e inorgânicos ou se a compostagem¹⁴ seria assim uma forma de reciclagem. Para o autor, o mais importante é entendermos o sentido cíclico da reciclagem, que comporta tanto a reutilização, como por exemplo, o mero reuso de garrafas PET para venda de sabão líquido, quanto a transformação com a utilização para a mesma finalidade. É, por exemplo, o caso dos cacos de vidro oriundos de garrafas que se transformam em outros objetos de vidro, ou a transformação com o reuso para finalidade diferente, que seria o de garrafas PET transformadas em vassouras. Toma como referência uma definição alemã do termo, na qual “reciclagem é a reutilização ou reaproveitamento de produtos ou parte deles seguindo o modelo circular.” (EIGENHEER, 2005, p. 21)

Já Conceição utiliza-se da definição de Duston (1993), segundo a qual a reciclagem:

É um processo através do qual qualquer produto ou material que tenha servido para os propósitos a que se destinava e tenha sido separado do lixo é reintroduzido no processo produtivo e transformado em um novo produto, seja igual ou semelhante ao anterior, seja assumindo características diversas das iniciais (CONCEIÇÃO, 2005 p. 39).

¹⁴ Compostagem é o processo biológico de decomposição da matéria orgânica animal ou vegetal. Seu produto, o composto orgânico, pode ser aplicado ao solo para melhorar suas características. (Manual de Resíduos Sólidos apud EIGENHEER, 2005, p. 17)

A reciclagem aparece, então, inserida na perspectiva da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, como uma estratégia para combater a pressão sobre os recursos naturais, permitir economia de energia no processo produtivo, ampliar a vida útil dos aterros e gerar trabalho e renda. Vejamos em maior detalhe alguns dos seus benefícios.

Os resíduos quando jogados nos lixões levam um tempo variado para se decompor decorrente do tipo do material. Vejamos, o papel que se decompõem rapidamente, em 2 a 4 semanas; as cascas de frutas, 3 meses; as latas de alumínio cujo processo apresenta duração maior, 100 anos; os sacos e copos plásticos que levam o tempo de 200 a 450 anos e pilhas que se decompõem em longos 500 anos. Esse fator aliado ao crescente volume de lixo produzido faz com que não haja no planeta local disponível para tamanha deposição. Além disso, a disposição inadequada, por meio dos lixões, ocasiona problemas de contaminação de cursos d'água e do ar, além de produzir vetores causadores de doenças.

Outro aspecto relevante é a economia de recursos naturais e de energia gerada no processo de reciclagem. Apenas para citar alguns dados, informamos: uma tonelada de aparas (nome genérico dado aos resíduos de papel) pode evitar o corte de 10 a 20 árvores provenientes de plantações comerciais reflorestadas; a redução do gasto de energia na remanufatura de vidro é da ordem de 20% e do alumínio 95%; a redução do gasto com água na fabricação de papel a partir de aparas é de 10 a 50 vezes a do processo fabril com a celulose virgem¹⁵. A fabricação de latinha de alumínio a partir de material reciclado apresenta uma redução de 90% do componente bauxita e cria 5 vezes mais empregos do que os gerados pela extração da matéria prima virgem (CONCEIÇÃO, 2005).

Por fim, há o benefício da geração de emprego, trabalho e renda que se torna possível por meio da reciclagem. Em 2006, a RAIS apurou 229.568 catadores estimados por meio da PNAD-2006 e 11.781 catadores com vínculos formais de trabalho (CRIVELLARI, DIAS E PENA, 2008). Retomaremos mais adiante, em profundidade, a discussão do aspecto da geração de renda. Gostaríamos apenas de evidenciar o importante papel que desempenha a reciclagem na perspectiva do desenvolvimento sustentável:

A reciclagem vem se apresentando como uma alternativa social e econômica à geração e concentração de milhões de toneladas de lixo produzidos diariamente pelos grandes centros urbanos espalhados pelo mundo; entretanto sua maior importância se dá no campo do desenvolvimento sustentável, visto que proporciona uma economia de recursos naturais do planeta, com 74% a menos de poluição do

¹⁵ Fonte: Pesquisa de Mercado do Setor da Reciclagem. Agência de Desenvolvimento Solidário e SEBRAE MG, 2004.

ar, 35% a menos de poluição da água, um ganho de energia de 64% (CONCEIÇÃO, 2005, p.102).

No entanto, embora apontada como solução interessante, a reciclagem é muito pouco adotada no Brasil. Sabe-se que a composição do lixo brasileiro é de 60% de material orgânico, 30% de resíduos secos e 10% de material inaproveitável, mas não chega a 5% o que é reciclado e apenas 8% dos municípios têm coleta seletiva. O alto custo¹⁶ (quando se considera apenas o custo financeiro) é apontado como um fator que dificulta sua disseminação (CONCEIÇÃO, 2005). Por outro lado, esta diferença poderia ser relativizada com outros benefícios da própria reciclagem tais como a economia de água, de energia e de recursos naturais e o fomento dos processos de inclusão social, que raramente são levados em conta pela lógica economicista. Este mesmo autor, ao realizar um estudo de viabilidade da reciclagem para o município de Sorocaba-SP chegou à conclusão de que a economia possível, caso todo o lixo passível de ser reciclado realmente o fosse, chegaria a 18% do orçamento municipal, de modo que ao invés de despesa, a reciclagem seria fonte de receita para o município. Apesar disso, há para Conceição (2005) interesses contrários que impedem o desenvolvimento da reciclagem. São poucas as empresas especializadas no recolhimento do lixo e seu faturamento se dá pela quantidade de lixo coletado. Não haveria, por parte delas, interesse na ampliação da coleta seletiva e da reciclagem, pois cada quilo de material reciclado seria um quilo a menos de material coletado e aterrado pelas empresas, o que implicaria redução de seus lucros. Sendo tais empresas as grandes financiadoras de campanhas políticas fica fácil entender a força do *lobby* que elas têm e porque, mesmo sendo viável, a reciclagem não se expande. Parece haver, no Brasil, uma relação política de bastidor, na qual alguns interesses econômicos se sobrepõem aos interesses coletivos.

Embora a temática da reciclagem tenha adquirido maior visibilidade a partir do último quartel do século XX, vale ressaltar que a coleta seletiva de materiais ou catação é, antes de tudo, um processo forjado pela necessidade, e seu sucesso no Brasil se deve a esta condição, muito mais do que ao desenvolvimento de uma consciência ambiental ou da implementação de políticas de gestão de resíduos sólidos. Na ponta da exclusão, quando todas as possibilidades se esgotaram os trabalhadores começaram, há algumas décadas, a coletar resíduos e a comercializá-los. O que antes era descartado no lixo passou a constituir fonte de renda para inúmeras pessoas.

¹⁶ Legaspe (*apud* CONCEIÇÃO, 2005) aponta que o custo da coleta seletiva é da ordem de US\$ 391,00 enquanto a coleta convencional e deposição nos aterros é de apenas US\$ 20,00.

Assim, o que chamamos de reciclagem e atividades de reutilização são uma atividade econômica que se impôs originalmente a partir de primados econômicos e sociais, notadamente de escassez, e não como premissa da limpeza urbana ou de proteção ambiental. Recolher materiais para vender sempre foi atividade de pessoas necessitadas (EIGENHEER, 2005, p. 10).

Ao se tornar um tema atual, às vezes, até mesmo um modismo, o tratamento do tema da reciclagem está permeado, segundo Eigenheer (2005) por alguns equívocos. Dentre eles, a disseminação da idéia de que um bom programa de reciclagem, consolidado a partir de uma coleta seletiva eficiente seria capaz de dar conta de todo o lixo de uma cidade, substituindo os sistemas essenciais de destinação final do lixo, como os aterros sanitários. Outro problema se refere ao desconhecimento da capacidade de absorção das indústrias de reciclagem e a falsa idéia de que basta separar que a indústria absorve. Ocorre também a difusão da idéia, enganosa, de que o artesanato com material reciclável teria papel significativo na gestão de resíduos de uma cidade. Mesmo quando se trata da preocupação ambiental, um cuidado especial deve ser tomado, ainda segundo o autor, pois, muitas vezes, o processo de reciclagem realizado pelas indústrias e a utilização em casa da água tratada para lavagem dos materiais a serem reciclados, antes do acondicionamento, podem significar que os custos ambientais da reciclagem podem prejudicar seus benefícios. Ele alerta, assim, para os altos custos da gestão integrada de resíduos que precisam ser distribuídos entre os geradores. Ou seja, os geradores de resíduos, como por exemplo, as indústrias, deveriam ser responsáveis, juntamente com o poder público e os consumidores finais, pelo gerenciamento dos resíduos sólidos, arcando com parte de seus custos.

Embora a reciclagem tenha importância ambiental ao preservar recursos naturais, importância econômica ao apresentar benefícios financeiros para o processo produtivo e importância social, ao gerar renda para setores excluídos da sociedade, há algumas críticas trazidas por Conceição (2005). Segundo o autor, a reciclagem tal qual a vivemos no Brasil é a “mais pura construção capitalista”, que sob o manto da legalidade e, supostamente, da defesa do meio ambiente, alimenta as “formas mais predatórias do capitalismo.” A utilização dos materiais recicláveis no processo produtivo é extremamente atrativa para o capitalista estando em total conformidade com a lógica da redução de custo e maximização dos lucros. E isso se deve ao baixo custo de coleta, uma vez que quem faz esta etapa fundamental está trabalhando em condições precárias, na total informalidade e sendo explorado. Sendo assim, o preço pago pelo material reciclável é muito mais barato que o pago na matéria prima virgem. Além disso, no processo de reciclagem ainda há redução do consumo de água e energia, baixando ainda

mais o custo de produção. As associações e cooperativas seriam apenas, segundo ele, uma peça, em condições de produção muito desfavoráveis dessa engrenagem.

As cooperativas de reciclagem de lixo apresentam-se como fonte de produtos, serviços e mão-de-obra barata aos setores modernos da economia, facilitando a exploração dos catadores de lixo pelo modelo de produção e reprodução capitalista. (CONCEIÇÃO, 2005, p. 107)

Sem condições de concorrer com o capital transnacional, as associações e cooperativas, permanecem à margem da economia, configurando-se como um meio de sobrevivência de seus membros o que reafirma a lógica do modelo vigente.

Conceição (2005) argumenta ainda que, são, os catadores de rua responsáveis pelo grande volume de material reciclado no Brasil, estando as cooperativas ainda em posição muito inferior quanto ao volume coletado, não representando uma alternativa socioeconômica à geração dos resíduos e estando muito aquém das reais necessidades da oferta do mercado. A falta de infraestrutura e de uma política ambiental têm sido um fator determinante dessa ineficiência. Sem elas, estando numa cadeia produtiva em que a exploração se dá em todos os níveis, a reciclagem não representaria nem alternativa econômica, nem ambiental, apenas

[...] ameniza momentaneamente as pressões sociais sobre o desemprego dos excluídos e propicia um ganho pelas indústrias, por meio da redução de seus custos; e estas utilizando-se dos sucateiros, os grandes “senhores do lixo”, controlam o mercado de produtos reciclados. Este é o desenvolvimento sustentável ‘pró-capitalista’ de nosso país (CONCEIÇÃO, 2005, p. 108).

A falta de uma política pública adequada, pautada pelo bem comum e não por interesses privados parece-nos um dos maiores entraves à possibilidade de efetivação da reciclagem, enquanto uma estratégia de desenvolvimento sustentável, capaz de promover uma melhor distribuição de recursos no interior da cadeia produtiva e colocar os trabalhadores em outro patamar. Mas como se verá adiante, a história mostra exatamente o inverso. Foram esses catadores que, numa luta diária pela sobrevivência e pelo seu reconhecimento enquanto trabalhadores, aqueles que pressionaram e contribuíram para a construção dessa política no município de Belo Horizonte.

2.3 A mobilização social e a reciclagem como política pública: o papel fundamental dos catadores

Nos grandes centros urbanos, se gestam duas condições, visceralmente articuladas, frutos do modo capitalista de produção: a produção de uma grande quantidade de resíduos e, ao mesmo tempo, a produção de indivíduos também considerados descartáveis, desempregados e não-empregáveis, segregados aos novos guetos. A sobrevivência por meio da catação de materiais recicláveis, principalmente, no hipercentro do município de Belo Horizonte, já ultrapassa meio século (BARROS e PINTO, 2008; FREITAS e NEVES, 2008) evidenciando, dessa forma, que os catadores fizeram (e fazem) parte, ainda que de forma marginal, do cenário urbano. Isso ocorreu de forma marginal, porque há uma delimitação bastante evidente de espaços distintos e desiguais para diferentes grupos sociais, ou, nas palavras de Freitas e Neves (2008, p. 86):

Demarca-se, claramente, o lugar dos que têm poder aquisitivo e se beneficiam dos mais diversos recursos que o ambiente de uma grande metrópole oferece; e o lugar de quem ‘atrevidamente’, tenta aproximar-se para, ainda que na clandestinidade, beneficiar-se marginalmente dos insumos desses recursos.

Foi em função dessa segregação, que esses trabalhadores tiveram que, por meio de sua organização e mobilização, lutar pelo direito ao trabalho neste espaço “planejado”, o centro da capital do estado. Por longo período, seu trabalho era realizado de forma individual, ou no máximo, por uma determinada família, e o material coletado vendido diretamente para os depósitos. Faziam da catação sua fonte de renda pessoas excluídas do mercado de trabalho àquela época ou aquelas submetidas a condições de trabalho extremamente precárias. Além disso, a representação social da figura do catador era carregada de valores negativos. A história desse ator social, o catador, e a realização da atividade de catação, até o início dos anos 1990, eram permeadas pela discriminação, desvalorização e preconceito. Muitas vezes considerados, tanto pela sociedade quanto pelo poder público executivo municipal, como vagabundos, mendigos, ladrões, “lixeiros” e bandidos causadores de bagunça e sujeira ao “revirarem” o lixo nas ruas. Foram alvo de perseguição policial, perseguição e fiscalização do poder público que, frequentemente, promoviam a “limpeza” da cidade. Viviam submetidos a condições extremamente precárias de vida, correndo riscos, ao trafegarem com seus carrinhos nas vias juntamente com carros e ônibus. Embora a maioria desses trabalhadores, não tivesse uma trajetória de rua (BARROS e PINTO, 2008), a maneira de realização do trabalho e seus parcos rendimentos os obrigavam a dormir mais nas ruas que em suas casas, para onde se

dirigiam somente aos finais de semana, o que os aproximava, de certa forma, dos moradores de rua.

A precariedade da própria condição de realização do trabalho era gritante, com extensas jornadas de trabalho, longas distâncias percorridas e extrema penosidade. A própria dinâmica do trabalho impedia que seus filhos frequentassem a escola. Muitos acompanhavam os pais no dia-a-dia da catação e, além das dificuldades acima apontadas, havia outra, que marcava ainda mais as crianças: a estigmatização sofrida pelo trabalho levava-as a dizer aos pais que “não queriam mais ir à escola porque outras crianças as chamavam de ‘lixeiros’” (BARROS e PINTO, 2008, p. 72).

Como é de se esperar, sendo discriminadas e não tendo o reconhecimento enquanto trabalhadores, tanto pela população quanto pelo poder público, tais pessoas também não se reconheciam como sujeitos, o que contribuía para sua baixa autoestima. No caso aqui estudado, na COMARP, no início das atividades de formação, em 2003, muitas pessoas não se atreviam a levantar a cabeça e dirigir o olhar aos outros, num ato explícito de subalternidade. A fala também era difícil e essa “dificuldade de expressão é uma face da dificuldade de tomar seu destino nas mãos e desenvolver autonomia” (DEMO, 2005, p. 112).

A concepção segundo a qual a cidade de Belo Horizonte foi planejada, com seus traços de modernidade e de aparente integração e coesão, não previam um lugar para essas pessoas. E desde a construção desta cidade, feita pelas mãos de muitas delas, os espaços lhes eram negados. Foi assim que as favelas surgiram concomitantemente à construção da cidade, como o lugar (ou seria o não-lugar?) destinado a estas pessoas.

Muitos foram excluídos dos espaços formalmente construídos, morando e vivendo em lugares extremamente precários. Com o agravamento da miséria, a crescente dificuldade de obter trabalho e sem conseguir sobreviver nas favelas, estas pessoas passaram a ocupar as ruas do centro, como catadores, pedintes e mais tarde como camelôs (FREITAS e NEVES, 2008). Importante ressaltar que muitos vivenciaram também um processo migratório, saindo do interior do estado para a capital, na esperança de construção de uma vida melhor, reforçando a ideia, muito frequente no imaginário das pessoas, de que as grandes cidades oferecem maiores possibilidades.

No final da década de 1980, a Pastoral de Rua iniciou um processo de acompanhamento dessa população com o intuito de “estar junto aos moradores de rua, discutindo, refletindo sobre sua realidade e promovendo a organização e a construção de outras possibilidades de vida” (BARROS e PINTO, 2008, pág. 71). Dessa mobilização, surgiu, em 1º de maio de 1990, a

criação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte, a ASMARE, com o intuito de “garantir o direito de trabalhar na cidade e de conquistar visibilidade e reconhecimento social” (FREITAS e NEVES, 2008, pág. 98). A articulação entre essa associação e a Pastoral de Rua também teve como objetivo sensibilizar o poder público e obter apoio à iniciativa. Em 1993, com a eleição de um governo popular, teve início o estreitamento dessa relação e foi assinado, ainda na transição entre os governos, em 29 de dezembro de 1992, um convênio entre a prefeitura e a ASMARE (FREITAS e NEVES, 2008). Este novo governo que iniciava sua gestão no município assumiu o compromisso de criar condições de funcionamento da ASMARE bem como de procurar adequar a coleta seletiva ao disposto na Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, em vigor desde 1990. Essa lei garantia a prioridade do destino dos materiais recicláveis para as associações e cooperativas de trabalhadores da reciclagem ou catadores, conforme consta em seu artigo 151º:

- I – a coleta de lixo será seletiva
- VII – a coleta e a comercialização dos materiais recicláveis serão feitas preferencialmente por meio de cooperativas de trabalho.

Importante ressaltar que a presença desses três atores – os trabalhadores organizados, a sociedade civil por meio de grupos e entidades não-governamentais e o poder público – se faz essencial ao sucesso da implantação de projetos de coleta seletiva, que pretendam garantir processos de consciência ambiental, geração de renda e inclusão social (KEMP, 2008; BARROS e PINTO 2008). Somente quando há a convergência desses três segmentos é que se inicia a construção da política de coleta seletiva municipal. É inegável, dessa forma, o papel dos catadores na gênese da política de coleta seletiva do município, muito antes desta vir a se tornar política pública. A mobilização desse ator social e a decorrente pressão exercida, numa conjunção política mais favorável, criaram as bases para a implementação da Política de Coleta Seletiva.

2.4 A coleta seletiva

Iniciada em 1993, pela Prefeitura Municipal, por meio da SLU, a Coleta Seletiva vem sendo desenvolvida tendo como princípio a cogestão do poder público com a sociedade, priorizando os trabalhadores da reciclagem como agentes ambientais, destinando para suas organizações o material proveniente da coleta seletiva. Uma das ações do Programa é o projeto de

Comunicação e Mobilização Social, que visa ao processo de educação ambiental e a consequente sensibilização da população para adesão ao programa. A participação da população consiste em separar os resíduos e depositá-los nos Locais de Entrega Voluntária - LEVs. Há também o processo de coleta pública Porta a Porta em 30 bairros¹⁷.

Inicialmente, foi implantada na região Centro-Sul, por meio da instalação dos Locais de Entrega Voluntária – LEVs devido não apenas à grande concentração de atividade comercial e, conseqüentemente, maior geração de recicláveis, mas, principalmente pela existência de grande número de catadores trabalhando na região. Esta estratégia pressupõe que os cidadãos já sensibilizados, separarão seus resíduos e os levarão até um destes equipamentos, geralmente, instalados em praças, escolas e locais de maior circulação.

No entanto, há alguns problemas com a implantação dos LEVs. Um deles diz respeito à depredação e vandalismo que sofrem. O que aumenta seu custo de manutenção. Outro complicador são os catadores individuais que quebram a estrutura dos LEVs para retirarem os materiais depositados ali pela população. Além disso, em alguns locais, o material proveniente dos LEVs é de baixa qualidade, pois a população não coloca em seu interior apenas o material reciclável. Isso contamina o material reciclável existente, além de ser um problema para a saúde dos trabalhadores das associações e cooperativas. De modo que é necessária uma permanente ação de mobilização e educação ambiental para que a população deposite apenas os materiais recicláveis. Segundo reportagem do caderno Gerais do Jornal Estado de Minas de 31/05/06, há um alto nível de rejeição dos LEVs por parte da população, mesmo daqueles que participam da coleta seletiva, separando seu lixo. Isso porque, algumas pessoas jogam indevidamente lixo orgânico nos contêineres, o que gera mau cheiro e atrai insetos e ratos; outras quebram os equipamentos para retirar o material de dentro, deixando toda uma sujeira espalhada. Alguns vândalos depredam e ateam fogo nos equipamentos, o que deixa o local com um aspecto ruim, além do barulho que ocasionam com a quebra dos vidros. Algumas vezes, os equipamentos também são usados como banheiro público.

Na estratégia da Coleta Porta a Porta, os materiais recicláveis são recolhidos por caminhão baú, nas residências, como já acontece com o lixo convencional, nos dias estabelecidos. A população é mobilizada e é realizado um trabalho de sensibilização para a separação do resíduo na fonte geradora.

¹⁷ Fonte:

http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=slu&tax=16506&lang=pt_BR&pg=5600&taxp=0&consultado em 10/07/09.

O programa de coleta seletiva vem sendo regionalizado gradativamente, desde 2003, ou seja, ações de mobilização e coleta seletiva vêm sendo desenvolvidas em algumas das nove Regionais do Município. A ampliação da coleta seletiva para outras áreas da cidade visa a garantir a sustentabilidade do programa de coleta seletiva e, nesta perspectiva, há algum tempo vem sendo discutida a instalação de pólos de reciclagem em algumas regiões da cidade face à distância geográfica em relação à área central e aos altos custos do transporte que tal distância representa, além da possibilidade de ampliação de postos de trabalho. É nessa perspectiva que, desde 2003, tem sido fomentada, pelo poder público municipal, a criação de novas associações e cooperativas de reciclagem. Tal projeto foi desenvolvido pela extinta Gerência de Desenvolvimento Econômico (GEDE/PBH) e promoveu a constituição de 5 cooperativas no município, distribuídas entre as regionais: a COOPERSOLI (no Barreiro), a COMARP (na Pampulha), COOPERSOL VENDA NOVA, COOPERSOL NOROESTE e a COOPERSOL LESTE. Interessante notar que cada uma delas teve uma trajetória peculiar. O empenho e parceria das administrações regionais foram decisivos, sendo assim, algumas contaram com maior apoio do poder público, outras, não tiveram qualquer apoio após sua constituição, tendo permanecido sem operar por longos anos. Houve também o surgimento de outras iniciativas, tais como a Coopemar, na região Oeste, a Associrecycle na região Centro-Sul e a Astemarp, na região da Pampulha.

Ao destinar os resíduos para as associações e cooperativas o Programa de Coleta Seletiva de Belo Horizonte incorpora os trabalhadores – catadores e trabalhadores desempregados como parceiros prioritários, dando assim, um fim socioambiental aos resíduos recicláveis. Há, entretanto, uma série de condições que tais empreendimentos precisam cumprir para que seja oficializada a parceria, com a assinatura do Convênio de Cooperação Mútua, entre eles e a SLU. É preciso a apresentação de um espaço de funcionamento adequado, o projeto de prevenção de incêndio, a formalização e a regularização do empreendimento e o acesso a equipamentos, tais como prensas e balanças. De toda forma, a condição de funcionamento dos empreendimentos é bastante precária, principalmente, dos que não contaram com nenhum ou pouquíssimo apoio, dificultando o acesso ao material.¹⁸

Embora o poder público destine o material da coleta seletiva aos empreendimentos, além de oferecer alguns subsídios, tais como a cessão de espaço para funcionamento e o custeio de algumas despesas (energia elétrica, água e serviço de vigilância), há uma reivindicação histórica por parte dos catadores de que o serviço de coleta desse material bem como a

¹⁸ Este é o caso, até a presente data, da Coopersol Noroeste e Coopersol Leste.

sensibilização e a educação ambiental da população, que é realizado por eles, sejam pagos pelo poder público, da mesma forma como ele paga às empresas que realizam a coleta convencional. Esse pagamento daria autonomia aos empreendimentos, marcando o fim de posturas de assistência e de tutela por parte da prefeitura.

Atualmente, é evidente, principalmente nos países periféricos, que o desinteresse do grande capital por atividades vinculadas aos resíduos faz parte do passado. Hoje,

[...] o processo de globalização por parte do capitalismo global estende-se a atividades econômicas (por exemplo, a reciclagem de lixo) e a zonas geográficas que até o momento tinham permanecido à margem (RODRIGUEZ, 2002, p. 337).

Como a reciclagem ganha espaço, tanto em função dos apelos ambientais quanto da sua lucratividade, desperta interesse também das grandes empresas. O mercado da reciclagem será detalhado a seguir, mas aqui cabe uma importante constatação de inversão de prioridades da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, quando decide terceirizar a coleta de resíduos sólidos, incluindo a coleta seletiva de recicláveis¹⁹. A PBH argumenta que, dessa forma, foi possível o aumento da abrangência da coleta seletiva para um número maior de bairros. No entanto, este fato tem provocado insegurança nos catadores que temem perder o acesso aos materiais de maior valor de mercado, com a terceirização. Além disso, eles não foram considerados, pela PBH, como agentes capazes de realizar a coleta seletiva e receber por ela. É evidente que as associações e cooperativas de catadores não estavam aptas a prestar o serviço de coleta, tal qual exigido no edital, não podendo participar, em pé de igualdade, em processo licitatório com tais empresas, pela própria condição peculiar de exclusão histórica de seus membros, pela falta de capital financeiro que caracteriza tais empreendimentos solidários de reciclagem e pela falta de apoio de toda sorte. Mas é nesse sentido de maior organização que caminham, mesmo que a passos lentos, estas iniciativas. Sobre este aspecto, Rech (2008) chama a atenção para a função social dos contratos, presente na Constituição de 1988 e consolidada pelo Novo Código Civil de 2002, que se refere à supremacia do interesse público sobre o privado e a prioridade do proveito coletivo em detrimento do individual no estabelecimento de contratos, assim como a necessidade do reconhecimento dos catadores enquanto agentes da ação pública. Tendo essas duas premissas, caberia ao poder público a responsabilidade de garantir que:

Os mais fracos sejam tutelados por normas jurídicas distintas tendentes a conferir-lhes isonomia e a realizar o que determina a Constituição quando diz que todos são iguais perante a lei. A igualdade pressupõe um tratamento diferenciado que leve em conta posições desiguais para torná-las iguais, porque não há liberdade e

¹⁹ Por meio do edital de Licitação SMURBE-006/06 – SLU, publicado no DOM de 29 de março de 2006.

possibilidade iguais de contratar quando há uma parte mais fraca ou tão economicamente mais vulnerável que não dispõe nem de liberdade de escolha e nem de garantir as condições mínimas que preservem seus interesses (RECH, 2008, p. 273).

Embora esta não tenha sido a linha de ação do poder público, registra-se que, segundo dados de um estudo de caracterização de resíduos realizado em 2003 pela SLU/PBH, o atendimento pelos serviços de coleta seletiva correspondia a apenas 1%²⁰ da quantidade dos resíduos domésticos e comerciais destinados ao aterro, o que significa um potencial de crescimento enorme para a reciclagem. Em função dessa potencialidade e da posição desprivilegiada dos catadores na cadeia produtiva é que se fazem necessárias novas estratégias de organização e integração dos empreendimentos da reciclagem.

2.5 Os impactos da associação: o reconhecimento de si enquanto sujeito e da categoria enquanto ator social

Em um primeiro momento, trabalhando de forma isolada, ou em pequenos grupos, e em associações e cooperativas após o apoio da igreja, por meio da Pastoral de Rua, ONGs, tais como a ADS e a UNISOL, e do poder público, os trabalhadores da reciclagem²¹ e catadores de todo o Brasil vêm nas últimas décadas se organizando no intuito de obterem melhores condições de trabalho e renda.

Assim, após 1990, o cenário altera-se favoravelmente para os catadores, pois, a partir de então, vêm se organizando coletivamente em associações e cooperativas. Primeiramente, através da ASMARE e, posteriormente, nos demais empreendimentos que foram constituídos no município (COMARP, COOPERSOLI, COOPERSOL VENDA NOVA, COOPERSOL LESTE, COOPERSOL NOROESTE, COPEMAR, ASTEMARP, ASSOCIRECICLE). Dessa forma, a coleta seletiva e a comercialização dos materiais recicláveis vêm se constituindo como fonte de renda para algumas centenas de trabalhadores.

A organização dos catadores em associações e cooperativas significa uma mudança fundamental vivenciada por estes trabalhadores. Começamos pela mudança concreta de terem

²⁰ Avaliação preliminar das associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis de Belo Horizonte, Superintendência de Limpeza Urbana - Departamento de Projetos Especiais pág. 3.

²¹ Cabe ressaltar que embora se denominem trabalhadores da reciclagem no atual estágio desses empreendimentos o que é realmente realizado é a coleta, triagem e no máximo a prensagem dos materiais e sua comercialização para os intermediários. Assim, ainda não é realizada a transformação dos materiais propriamente dita.

acesso a um espaço de trabalho, que, embora nem sempre seja o ideal, oferece abrigo do sol e da chuva. Há espaços tais como o banheiro e a cozinha, que permitem satisfazer suas necessidades básicas e tomar banho após um dia de trabalho, além do acondicionamento da comida e seu aquecimento na hora das refeições. Ter um lugar de trabalho, fora da rua, também lhes confere maior reconhecimento social. Há a possibilidade de obtenção de melhores preços no material, seja por vender para os depósitos que pagam melhor, seja pelo aumento do valor agregado pela prensagem, que é possível pelo acesso aos equipamentos tais como prensas e balanças.

Mas, além dessas mudanças objetivas, há também o impacto dessa organização na subjetividade desses trabalhadores. A subjetividade, enquanto modo singular de apropriação do mundo social e material se constrói a partir de uma materialidade, de um contexto, uma história, um espaço, e o faz por meio, essencialmente, do trabalho. Pelo fato de a atividade do sujeito não estar voltada somente para seu objeto, mas também para as atividades dos outros sobre esse objeto, o trabalho é essencialmente encontro e troca com os outros (BARROS e PINTO, 2008).

Entendido em seu sentido genérico, o trabalho é a expressão da relação do ser com a natureza, em sua dupla dimensão: transformar a natureza e, ao mesmo tempo, autotransformar o ser que trabalha, por meio da relação com a cultura, da identificação com um grupo, da autorealização e do sentimento de autoestima. Ou seja, o trabalho se apresenta como elemento constituinte da essência humana, da experiência, do saber/aprender fazer de cada um (BARROS e PINTO, 2008, p. 68).

Ou seja, o trabalho é um meio essencial de acesso ao reconhecimento de si e do outro e está “situado no cerne da vida social e pessoal dos sujeitos, constituindo-se em atividade principal no processo de constituição identitária dos sujeitos” (BARROS e PINTO, 2008, p.69).

Os autores acima ressaltam que não é todo tipo de trabalho que leva a uma identidade reconhecida. Os trabalhos precários, temporários e os “bicos” não configuram uma vida valorizada. Quando os indivíduos, após buscarem trabalho sem sucesso, aceitam atividades marginais, não-valorizadas e mesmo desprezadas em termos econômicos e sociais, assiste-se à sua fragilização identitária. Esta parece ser a condição dos catadores não-organizados, já que o processo de organização coletiva parece ter-lhes proporcionado uma maior consciência do valor do trabalho e de si mesmo.

Participar do movimento associativo constrói uma identidade política e cria sociabilidades baseadas na solidariedade e na existência de um projeto comum de transformação das relações de exploração e opressão, em substituição ao individualismo que operava nesses grupos antes de seu processo organizativo (BARROS e PINTO, 2008, p. 76).

Barros e Pinto (2008) apontam para o caráter inclusivo do trabalho de coleta seletiva operado pelas associações e cooperativas, uma vez que estas significam uma oportunidade de trabalho e renda para pessoas com baixa escolaridade (55% nunca foram à escola, segundo dados da Pesquisa realizada pelo Fórum Estadual Lixo e Cidadania em abril e maio de 2007), para as mulheres (57% dos catadores são mulheres segundo a mesma pesquisa) e negros (36% dos catadores são negros e 89% são não-brancos), ou seja, sujeitos que possuem características que os colocam em situações de maior vulnerabilidade, se considerarmos os preconceitos históricos.

Também Lima e Oliveira (2008) apontam as Associações de Catadores como espaços de inclusão pelo trabalho de grupos em condições fragilizadas, tais como os negros²², analfabetos²³, mulheres²⁴, idosos, pessoas com saúde precária, portadores de deficiências mentais, dependentes de drogas e egressos do sistema prisional. Ao lado dos benefícios econômicos e ambientais, teríamos nesses dados o que pode ser chamado de produtos sociais da reciclagem (LIMA e OLIVEIRA, 2008).

Também Kemp (2008) assinala o benefício da organização coletiva, baseada nos princípios da economia solidária quando afirma que, por meio dessas práticas, têm-se identificado possibilidades e mesmo concretizações de novos contratos sociais e, conseqüentemente, de constituição de laços sociais regulados sobre outras bases. Entende a autora, que o caráter econômico de tais projetos, passa a ser suporte de algo mais fundamental, que é a participação efetiva, o exercício de uma solidariedade pública, o engajamento expressivo e a recriação do laço social, ou seja, a capacidade de cada um tornar-se ator e contribuir com a produção de um bem e de um sentido comum. Nesse sentido, a participação em projetos de economia solidária, é susceptível de despertar um sentimento de pertencimento social e permitir a recuperação do sentido de coletividade, transformando pessoas excluídas em atores sociais.

Um marco desse reconhecimento social foi a inclusão da categoria Catador de Material Reciclável na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), em 2002. Ter nomeada e reconhecida formalmente a profissão, reafirma a identidade profissional, além de permitir ao

²² Mais de 84% dos associados da Cataunidos (Rede de Empreendimentos Metropolitana) designam-se pardos e negros, contra 55,7% da população negra ocupada na RMBH, segundo dados da FJP 2007 *apud* LIMA e OLIVEIRA (2008).

²³ Comparando os dados da Pesquisa do FELC 2007 e dos dados da FJP 2007, as associações de Catadores têm capacidade de inclusão dos analfabetos 12 vezes maior que o mercado como um todo, como apontam Lima e Oliveira (2008).

²⁴ Há mais mulheres trabalhando nas associações (56%) do que entre os catadores não-organizados (46%), sugerindo que a organização do processo cria condições mais favoráveis para a inserção de mulheres no processo produtivo (LIMA e OLIVEIRA, 2008).

catador passar a fazer parte das estatísticas oficiais tais como a RAIS, a PNAD e o Censo, ganhando, portanto, uma visibilidade que não possuíam antes. Importante citar também a criação, em 2003, do Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores e o Decreto Presidencial nº. 5940, de 2006. Este último obriga os órgãos públicos federais a realizarem a coleta seletiva e destinarem os materiais recicláveis às cooperativas e associações de catadores.

Gostaríamos de ressaltar que os resultados econômicos propriamente ditos também são dignos de atenção. A renda média obtida pelos catadores por intermédio dos trabalhos coletivos é, segundo dados da Pesquisa do FELC de 2007, de 1,5 salários mínimos, valor superior ao piso salarial mediano dos trabalhadores assalariados brasileiros. Segundo pesquisa do DIEESE, *apud* Lima e Oliveira (2008), referente ao ano de 2006, 72,6% dos pisos salariais pagos no país são inferiores a 1,5 salários mínimos.

É fato que para a pessoa com uma história de vida marcada por processos contínuos de exclusão, as melhorias conquistadas ainda estão longe de significar uma mudança substancial nas condições gerais de vida, como afirmam Carneiro e Corrêa (2008):

Apesar de passarem a dispor de melhores condições de trabalho e de remuneração, os catadores de material reciclável continuam, em sua maioria, a subsistir em condições socioeconômicas precárias, habitando bairros destituídos de condições básicas de infraestrutura urbana, invisibilizados. (p. 151)

Parece-nos interessante a reflexão de Freitas e Neves (2008) que entendem esta nova identidade do catador e do alcance da cidadania como processos em construção, dado que o período em que viveram sem reconhecimento é muito maior do que o tempo de reconhecimento, configurando assim um movimento de exclusão-inclusão, ora com avanços, ora com retrocessos.

Também não podemos perder de vista alguns fatores condicionantes e limitadores desta atividade que fazem com que os benefícios obtidos sejam menores do que poderiam ser, caso os catadores não estivessem em situação tão inferior na cadeia produtiva.

2.6 O mercado da reciclagem e o lugar desprivilegiado dos catadores na cadeia produtiva

A reciclagem de resíduos sólidos é um passo fundamental no ciclo produtivo de numerosas indústrias cujos impactos econômicos e ambientais são decisivos. Este setor movimenta recursos consideráveis. Na Colômbia, em 1990, o montante gerado pelo conjunto das

atividades de recolhimento, transformação e transporte foi de 22 milhões de dólares (RODRIGUEZ, 2002). No Brasil, em 2007, foram recicladas 817 000 t de papel branco e 230 mil toneladas de PET. No mesmo ano, o setor de vidro reciclável faturou cerca de 1,5 bilhões de reais e somente a etapa de coleta (a compra das latas usadas) injetou anualmente R\$ 523 milhões na economia nacional²⁵. Segundo reportagem da Revista Digital de 10/05/07, de acordo com a FIESP, a reciclagem movimenta R\$ 4 bilhões por ano, o que equivale a menos da metade do seu potencial estimado em R\$ 10 bilhões²⁶.

Segundo o Mapeamento da SENAES, o setor da reciclagem é o sétimo serviço ou produto mais citado como sendo a atividade desenvolvida pelos empreendimentos econômicos solidários. No entanto, apesar desses resultados, esse setor possui uma dinâmica altamente excludente.

O mercado da reciclagem divide-se em três níveis: o primeiro é a recuperação dos materiais por parte dos recicladores, atividade da qual participam muitas pessoas e, por isto mesmo, é caracterizada pela grande concorrência. O segundo são os intermediários formais ou informais, que compram os materiais dos recicladores e vendem para as indústrias, com as quais possuem vínculos estreitos, podendo por vezes ser por elas financiados. O último nível são as indústrias, que adquirem o material recuperado, transformam-no e reutilizam-no nos seus processos produtivos (RODRIGUEZ, 2002).

A compra dos materiais é altamente concentrada em um número muito reduzido de compradores, que impõem condições e preços aos recicladores, ou seja, trata-se de um mercado oligopsônio²⁷ (RODRIGUEZ, 2002). Estrutura semelhante de organização do mercado também é apontada por Conceição (2005): há, na base, os mendigos e xepeiros que coletam na rua e vendem para os carroceiros. Os carroceiros, por não possuírem volume substancial, vendem para os coletores fixos ou para as cooperativas. Os coletores fixos e as cooperativas vendem para o sucateiro, que vende diretamente para a indústria.

As empresas de grande porte possuem infraestrutura e alta tecnologia, realizando processos de revitalização/transformação propriamente ditos, assemelhando-se às empresas em operação nos países centrais. Os trabalhadores dessas empresas de grande porte, estimados em 11.781, possuem vínculos formais de trabalho, e uma escolaridade mais elevada que os catadores,

²⁵ Fonte: www.cempre.org.br consultado em 05/07/09.

²⁶ Fonte: http://www.revistadigital.com.br/caderno_especial.asp?NumEdicao=399, consultado em 21/05/09

²⁷ Mercado com poucos compradores e muitos vendedores.

predominando os que estudaram até a 8ª série do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio (CRIVELLARI et al., 2008).

Os depósitos ou intermediários, que compram dos catadores e revendem para as indústrias, geralmente fixam os preços e, algumas vezes, fornecem equipamentos, tais como carrinhos, balança e prensa e, em troca, exigem exclusividade da venda. Por vezes, emprestam dinheiro aos empreendimentos, como forma de adiantamento de pagamento de futuras vendas. Também arcam com os custos de transporte do material, tanto da associação para seus depósitos, quanto para a entrega à indústria. Ressalta-se que há uma hierarquia entre esses depósitos, sendo que alguns eles, de menor porte, revendem para outros depósitos mais bem estruturados. Há registros de manipulação desleal da balança, desfavorecendo o catador, bem como de pagamento do material com bebidas e drogas, nos casos de catadores individuais.

Por fim, encontramos os coletores/catadores, que são as pessoas que recolhem, com carrinhos, ou bags²⁸, os materiais descartados nas residências e nos estabelecimentos comerciais. Após catarem o material, separam-no por tipo e o revendem aos depósitos. Muitos trabalham isoladamente estando, assim, ainda mais sujeitos à exploração. Não cabe aqui uma discussão pormenorizada dos motivos da não-associação, que são complexos e merecem estudo à parte, contudo Conceição (2005) aponta que muitos catadores teriam, na associação, poucas melhoras na condição de trabalho e na relação de exploração. Rodriguez (2002), afirma que a liberdade enquanto valor é muito apreciada, contribuindo para um comportamento altamente individualizado e Kemp (2008) aponta para a dificuldade de seguir as regras, mesmo que construídas coletivamente.

A estrutura de mercado é responsável pela maior apropriação dos resultados financeiros pelas indústrias e, em menor grau, os intermediários, ficando os recicladores com a menor parcela. Alguns materiais chegam a apresentar uma agregação de valor de 100%, como o papel e outros materiais, como o ferro 133%. Essa diferença se dá apenas no percurso entre a comercialização da cooperativa e a indústria (CONCEIÇÃO, 2002).

No Brasil, é estimado um universo de 229.568 catadores, visivelmente concentrados em São Paulo (79.036). O Estado de Minas Gerais ocupa o quinto lugar com 14.029 catadores.²⁹ Do total nacional, 67% são homens e 33% são mulheres. Cerca de 40% estão na faixa etária entre 30 e 49 anos, mas, infelizmente, foram encontradas 23.216 crianças com até 16 anos, trabalhando como catadores, evidenciando a urgente necessidade de se intensificar o processo

²⁸ Do inglês bag, sacola. São grandes sacos nos quais são colocados os materiais recicláveis.

²⁹ Fonte PNAD/IBGE 2006 *apud* CRIVELLARI et al. (2008).

de erradicação do trabalho infantil no lixo, por meio da atuação do Ministério Público. Há, igualmente, a presença de 56.722 catadores entre 50 e 64 anos e 460 idosos com 97 anos. Somente 11,55% dos catadores frequentam a escola (CRIVELLARI et al., 2008).

Excetuando-se a proporção entre homens e mulheres, perfil muito semelhante foi detectado por Rodríguez (2002), na Colômbia. Segundo a pesquisa realizada pelo autor, os recicladores colombianos são homens e mulheres, na mesma proporção. Há a predominância da faixa etária de 20 a 40 anos, mas incluem-se também crianças e idosos. Trata-se de uma atividade desenvolvida, geralmente, pela família e não individualmente, e as diversas tarefas que a compõem são divididas entre os membros da família. A maioria possui baixa escolaridade, sendo que 73% não completaram as séries iniciais do Ensino Fundamental e 15% são analfabetos. Com o agravamento do desemprego, inserem-se pessoas com escolaridade mais elevada (instrução de nível médio e até superior). São frequentes os casos de pessoas que trabalhavam em outros empregos informais, como os de domésticas. Geralmente, as pessoas que começam a catar o fazem pela falta de outra oportunidade de trabalho, e mesmo que tenham a expectativa de que esse ingresso seja algo temporário, não é o que se evidencia.

Apesar das duras condições de trabalho, dos baixos rendimentos e do estigma social que o acompanha, o ofício de reciclador em geral não é uma ocupação temporária. São muito frequentes os casos de recicladores que desempenham a profissão durante boa parte ou toda a vida (RODRIGUEZ, 2002, p. 337).

Para Rodriguez (2002), isso se dá pelo fato de a reciclagem ser uma das poucas opções de trabalho para pessoas com poucos anos de escolaridade e, ao mesmo tempo, conjugar um atrativo não-econômico muito valorizado pelos que desempenham essa profissão, ou seja, a independência e a liberdade de quem trabalha por conta própria. Mas da mesma forma, esse

[...] valor supremo da liberdade na cultura dos recicladores [...] contribui para uma conduta individualista e concorrencial que perpetua a estrutura de exploração do mercado da reciclagem, e torna especialmente difíceis – meritórios – os esforços desenvolvidos para organizar a população recicladora em relação aos valores da cooperação e solidariedade. (RODRIGUEZ, 2002, p. 344)

Quanto mais isolados estiverem, mais facilmente explorados são pela estrutura de mercado da reciclagem, pois, o suporte de uma associação consegue proporcionar algumas melhoras nas condições de trabalho.

A inexistência de uma política efetiva de apoio aos catadores, o não-acesso ao crédito, a falta de infraestrutura adequada ao trabalho, a falta de equipamentos e tecnologia capazes de permitir o processamento do material, a falta de capital de giro, do espaço de depósito para a

estocagem do material, do acesso à capacitação para a gestão são algumas das grandes necessidades dessas cooperativas e associações. Por meio do acesso a esses elementos é que poderão se fortalecer e conseguir melhores remunerações e condições de trabalho. Caso contrário, perpetua-se o círculo vicioso que mantém empobrecidos os recicladores, como alerta Rodriguez (2002, p. 345).

A exploração econômica cria as condições de indigência que provocam a exclusão social dos recicladores, exclusão social que, por sua vez, confina os recicladores a espaços urbanos e a nichos econômicos que permitem que o mercado explorador se perpetue.

Por este motivo o autor ressalta que a articulação das organizações econômicas com o Estado e entidades nacionais e internacionais é uma estratégia essencial para a inserção gradual no mercado nacional e global e no processo político. A necessidade desta articulação e integração é apontada como razão das iniciativas deverem ir além do local, inserindo-se em redes de colaboração e apoio mútuos.

Avançar os elos da cadeia produtiva, por meio da constituição de cooperativas de segundo grau, ou Redes, que permitam um maior volume a ser comercializado e, desta forma, a possibilidade de acesso direto à indústria, bem como a introdução de processos de beneficiamento dos materiais recicláveis tem sido uma alternativa. Este é o propósito da Cataunidos, uma rede de comercialização que congrega 9 municípios de Minas Gerais (Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Ibirité, Igarapé, Itaúna, Nova Lima e Pará de Minas), que também possui uma Unidade Industrial de Processamento de Plástico, com capacidade para processar cerca de 350 kg de plástico por hora, e fabricar o Pellet, um plástico granulado que dá origem a novos produtos. Outro exemplo é a Rede Solidária dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis em Minas Gerais - REDESOL, composta por 7 empreendimentos do município de Belo Horizonte (COMARP, COOPERSOLI, COOPERSOL LESTE, COOPERSOL NOROESTE, COOPERSOL VENDA NOVA, COPEMAR, ASSOCIRECICLE), 1 do município de Vespasiano (COOPERVESP) e 1 de Raposos (ASCA), ainda em processo de constituição.

Para Rodriguez (2002, p. 349):

As cooperativas de maior sucesso têm diversificado suas atividades econômicas. Incluem não apenas o serviço de limpeza e reciclagem de lixo domiciliário e industrial – e até zonas extensas das grandes cidades – como também se ocupam da transformação do material reciclável, a atividade de maior valor agregado. Além disso, as cooperativas e redes têm tentado comercializar diretamente o material que recolhem através de cooperativas de venda.

Com o que concorda Conceição (2005, p.181):

Outra questão, não menos importante para a cooperativa, será sua inserção em rede de apoio com outras associações, tanto regional como nacionalmente, trocando informações negociando e criando uma rede de interesses comuns.

A estratégia de constituição de redes parece-nos a mais acertada. No entanto, é, no mínimo, curioso que em um mesmo município se gestem duas redes, com os mesmos objetivos, ou seja, obter volume de material para se buscar a comercialização direta com a indústria bem como avançar na cadeia produtiva por meio do beneficiamento. A Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária – Cataunidos, primeira rede em processo de constituição desde 2000, oficializada em janeiro de 2006, não congregou associações e cooperativas no próprio município de Belo Horizonte, mas incorporou outras em municípios distantes até 84 Km da unidade de beneficiamento (como é o caso de Pará de Minas). Seria necessário fazer um estudo pormenorizado sobre os motivos que a levou a tal escolha, mas parece-nos que uma possível explicação esteja na diferenciação, mais ou menos tácita, entre os *catadores históricos* e os *catadores pelo desemprego*. Segundo Crivellarri et al. (2008, p.300), catadores históricos seria o título atribuído pelos técnicos sociais, “àqueles que estão envolvidos na ocupação há mais de uma década, em contraponto aos que nela ingressaram em decorrência do aumento do desemprego no país”. Mas, parece-nos que, tanto os catadores de mais de dez anos, quanto os atuais, o fazem em função do desemprego, por falta de outra opção no mercado de trabalho. Não se operaria dessa forma, uma nova forma de discriminação e marginalização? Não nos parecem tão diferentes os motivos que levam ambos, os catadores históricos e os catadores em decorrência do desemprego, a buscar a reciclagem como estratégia de sobrevivência. Da mesma forma que muitos catadores históricos, os vários catadores em decorrência do desemprego, migraram do interior para a capital, têm suas trajetórias ocupacionais marcadas pela predominância, quando não a exclusividade, de trabalhos informais e precários, são moradores da periferia, com baixa escolaridade e não encontram lugar no mercado de trabalho formal.

2.7 A COMARP: Histórico e forma de funcionamento

A COMARP é uma associação da região da Pampulha, composta atualmente³⁰ por 35 pessoas (7 homens e 28 mulheres) que trabalham com a triagem e comercialização de materiais recicláveis (plástico, metal, papel e vidro). Tem uma estrutura organizacional composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal. O Conselho de

³⁰ Dados referentes a março de 2009.

Administração conta com quatro membros: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor Administrativo e um Conselheiro Vogal. O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e três suplentes. Há também um Conselho de Ética composto por 6 membros. Com o objetivo de constituírem uma Rede de Comercialização, a REDESOL que será uma cooperativa central³¹, a COMARP está em processo de se tornar uma cooperativa.

A motivação para sua constituição veio do poder público executivo municipal que buscava desenvolver ações de geração de trabalho e renda para parte da população mais vulnerável socioeconomicamente. Para isto, foram convidados a participar os moradores da área eleita como prioritária para ações de inclusão produtiva e social do Programa BH Cidadania³² na região da Vila Santa Rosa e adjacências. O início das atividades se deu em março de 2004, com um grupo de aproximadamente 25 pessoas, majoritariamente mulheres. Embora os catadores da região tenham sido convidados a participar, não manifestaram interesse, preferindo continuar com a coleta individual. Assim, foram as pessoas desempregadas que permaneceram na associação, muitas das quais sem nenhuma experiência com a reciclagem. No início de sua trajetória, a associação contou com o apoio do Núcleo de Apoio à Família da Pampulha, NAF Pampulha, que cedeu um espaço para seu funcionamento. Este, contudo, era inapropriado para o desenvolvimento da triagem.

Iniciaram o trabalho debaixo de uma árvore, no pátio do NAF e posteriormente em um pequeno anexo cedido, coberto por uma lona. Sem atender às exigências mínimas do espaço de trabalho e de segurança feitas pela SLU, não podiam receber o material da coleta seletiva, e, por isto, catavam, com carrinhos, os materiais recicláveis das redondezas. Conseguiram, por meio de doação da UNIFENAS, a primeira balança. Não possuíam prensa, o que diminuía o valor de venda dos materiais. Depois da doação da balança, a SLU começou a encaminhar o material para o grupo, mas, em pequena quantidade, em função do pouco espaço. Outra parceria importante, no que se refere aos equipamentos, foi com o Instituto Marista de Solidariedade – IMS, por meio da qual foi possível a compra de uma balança digital, bem como a estruturação mínima do espaço do escritório com mesas, armário, computador, impressora e fax. De 2003 a 2005, receberam assessoria da ADS/CUT e, de 2006 em diante, da UNISOL BRASIL. Por meio da parceria com a Fundação Luterana de Diaconia foi

³¹ Cooperativas centrais ou federação de cooperativas são constituídas de, pelo menos, três cooperativas singulares.

³² Programa da Prefeitura de Belo Horizonte que visa articular as políticas sociais para públicos com elevados níveis de exclusão e pobreza.

adquirida uma prensa, embora a associação também já possuísse duas prensas emprestadas dos compradores de materiais.

A situação da cessão do espaço pelo NAF, que era provisória, perdurou até maio de 2007 quando foi entregue o galpão, situado na Avenida Antônio Carlos, construído pelo poder público, com apoio de verba de emenda parlamentar, que foi cedido em comodato.

Até o mês de outubro de 2007, a COMARP estava instalada em um galpão de 260m² de área construída em um lote de aproximadamente 450m², na Avenida Antônio Carlos. Este galpão é subdividido em dois andares, ficando a área de triagem, vestiários, recepção e *showroom* no primeiro andar e a área da administração, cozinha e refeitório/auditório no mezanino. Ainda que representasse um avanço em relação ao espaço, o galpão possuía pouca área de recebimento, triagem e estocagem de materiais.

Em outubro de 2007, a associação começou a utilizar um edifício abandonado que fica na lateral do galpão da Avenida Antônio Carlos. Foi aberta uma ligação entre esses dois espaços e a área destinada à triagem passou a ser bem maior. Em julho de 2008, em função da ampliação da coleta seletiva e da necessidade de aumento do volume de materiais a ser recebido e triado pela associação, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte alugou, pelo período de 1 ano, outro galpão, situado na Rua Caldas da Rainha. Este galpão, de 1500 m², também com dois pavimentos, é todo coberto por uma estrutura metálica. O segundo andar possui aproximadamente 700 m², porém, não possui um acesso construído. Os associados chegam até ele por meio de uma escada móvel de madeira. Por decisão judicial a COMARP deve desocupar a área do edifício abandonado ao lado do Galpão da Avenida Antônio Carlos em maio de 2009, voltando a ter um espaço muito aquém do necessário neste galpão.

Assim, atualmente, os associados da COMARP desenvolvem a atividade de triagem em dois galpões: o Galpão 1, situado na Avenida Antonio Carlos nº 4070 e o Galpão 2, na Rua Caldas da Rainha nº 2083, ambos no bairro São Francisco. As condições de ambos são bastante diversas, como se verá nas fotos anexas, sendo que o galpão 1 não possui área de triagem coberta, ficando os associados expostos a todo tipo de variação climática. O Galpão 2 é totalmente coberto por estrutura metálica.

A associação recebe material da Coleta Seletiva da SLU, e realiza coleta própria, com uma Kombi e uma caminhonete, nos órgãos doadores. O horário de trabalho é de 8:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00, e cada equipe trabalha dois sábados por mês, alternados. A triagem é

individual, mas são formadas equipes para alguns trabalhos que são realizados coletivamente, tais como a limpeza do galpão e a triagem dos materiais doados por órgãos federais.

O material coletado chega à associação diariamente. Um caminhão despeja o material dentro dos galpões (no meio do galpão 2 e nos boxes do galpão 1) formando montes, ao redor dos quais os trabalhadores realizam a triagem. Alguns triam em pé, outros assentados. Para a triagem, eles abrem os *bags* ao seu redor, aonde vão depositando os materiais separados por tipo.³³ Atualmente, a triagem é realizada em duas etapas. Na primeira, todos os tipos de plásticos, exceto as sacolinhas, são depositados em um único *bag* e, na segunda, retria-se apenas os plásticos.

Após a triagem, cada tipo de material é pesado separadamente e o controle da pesagem é feito em duas vias, uma que segue para a administração e outra que permanece com o associado. Após esse processo, os *bags* são levados pelo prensista até a prensa, onde são feitos fardos dos materiais prensados. Cada fardo é então pesado e o peso é anotado no próprio fardo, bem como num caderno de controle. O material triado ou prensado é recolhido por empresas compradoras que encaminham caminhões aos galpões de onde o material é retirado.

A retirada³⁴ de cada triador se dá pela quantidade de material triado, que varia de preço de acordo com cada tipo de material³⁵. Os prensistas também recebem pela quantidade de material prensado, recebendo dois centavos por quilo, independentemente do tipo de material. Já no caso dos motoristas o procedimento é o seguinte. Do total de material buscado pelos carros, 50% são destinados à equipe que buscou e vai triar, os outros 50% são subdivididos em duas partes: 25% para a manutenção e despesa do veículo e 25% para a retirada do motorista. Do valor total do material triado, são descontados dos associados 20% dos quais 10% são para custear as despesas da associação (telefone, internet, material de escritório, material de limpeza, passagens e alimentação para reuniões e atividades externas) e 10% para o pagamento da diretoria. A presidente gerencia a associação e cada galpão possui uma coordenadora, além disso, há uma associada que realiza o trabalho administrativo. Estas

³³ São cinco tipos de papel: papel branco, papel misto, papelão, jornal, revista. Dez tipos de plásticos: PAD Leitoso, PAD colorido, PAD verde e azul, água mineral, “toddy” e plástico preto, PET, PET óleo, balde e bacia, sacolinha, e o “alimentação” (potes de margarina, manteiga, maionese). Dois tipos de metal: sucata e lata de alumínio. E um tipo de vidro: as garrafas long Neck. Além do Tetra Pack.

³⁴ Na Associação, a retirada é a remuneração ou pró-labore que cada associado recebe.

³⁵ Preços do quilo dos materiais em março de 2009: papel branco R\$ 0,30, papel misto R\$ 0,50, papelão R\$ 0,12, jornal R\$ 0,90 e revista R\$ 0,80, PAD Leitoso R\$ 0,85, PAD colorido R\$ 0,85, PAD verde e azul R\$ 0,85, água mineral R\$ 1,00, “toddy” e plástico preto R\$ 0,55, PET R\$ 0,65, PET óleo R\$ 0,10, balde e bacia R\$ 0,60, sacolinha R\$ 1,20, alimentação R\$ 0,55, sucata R\$ 0,10, lata de alumínio R\$ 1,50, garrafas long Neck R\$0,25, Tetra Pack R\$ 0,13.

quatro pessoas não recebem pelo material triado, mas sim pelas horas trabalhadas. O valor correspondente aos 10% da diretoria de cada mês é dividido da seguinte forma: 5% para a presidente e os outros 5% para as duas coordenadoras de galpão e a secretária administrativa, de acordo com as horas trabalhadas.

São realizadas assembleias mensais, ou sempre que necessário, para discussão de temas importantes. A COMARP participa do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Belo Horizonte e do Fórum Metropolitano de Economia Solidária.

2.8 O perfil dos associados

Segundo dados obtidos por meio de entrevistas e consultas aos dados da COMARP³⁶, os associados são, em sua maioria mulheres (80%), acima de 31 anos (48%), com grau de instrução do Ensino Fundamental incompleto (58%). Quanto ao tempo de permanência há um número maior de pessoas que ingressaram na associação há menos de um ano (55%), conforme os gráficos, a seguir, detalham.

2.8.1. Sexo

A COMARP possui 35 associados dos quais 80% são mulheres e 20% são homens. Essa predominância de mulheres é melhor compreendida se levarmos em conta as desigualdades de gênero, existentes na sociedade brasileira e que serão analisadas no capítulo 5.

³⁶ Os dados do Perfil dos Associados baseiam-se nos dados do mês de março de 2009.



GRÁFICO 2: Distribuição quantitativa por sexo dos associados

Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

2.8.2 Escolaridade

Quanto à escolaridade, 16% dos associados são analfabetos; 58% possuem o Ensino Fundamental incompleto; 3%, o Ensino Fundamental completo; 13%, o Ensino Médio incompleto e 10% o Ensino Médio completo. Verificamos, de modo geral, a baixa escolaridade dos associados. Esta situação tem sido levantada em outros estudos, como os de Conceição (2005), Medeiros e Macedo (2006), Culti (2006) e Costa (2007). Segundo Medeiros e Macedo (2006, p. 67), “a escolaridade é um fator que direciona para a exclusão do mercado formal de trabalho”. E é exatamente esta relação entre baixa escolaridade e acesso limitado ao mercado de trabalho que se evidenciou neste estudo. Os associados, antes de ingressar na COMARP, já ocupavam, na maioria das vezes, postos de trabalho informais e precários. Com o aumento do desemprego e a maior escassez de oportunidades, viram na reciclagem uma das poucas alternativas possíveis.

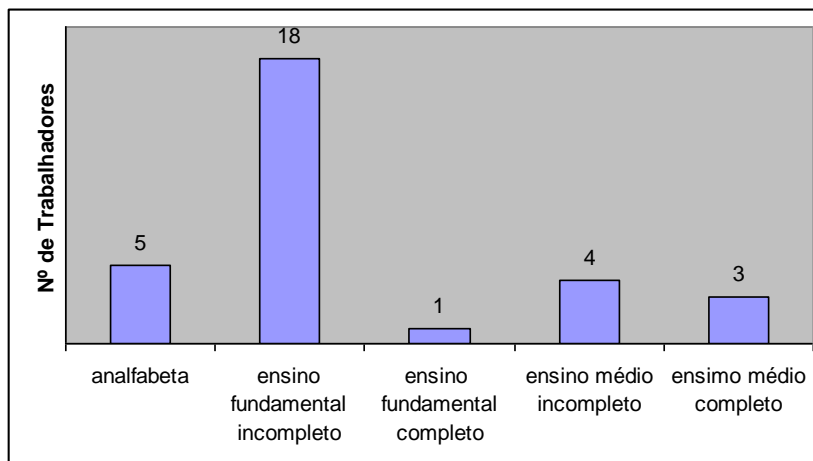


GRÁFICO 3: Distribuição quantitativa por níveis de escolaridade
Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

2. 8. 3 Faixa etária

No que se refere à idade, 48% dos associados estão na faixa etária de 31 a 45 anos; 23%, acima de 46 anos; 16% possuem até 25 anos e 13%, entre 26 a 30 anos. A idade dos associados é bastante elevada, condizente também com os dados encontrados por Medeiros e Macedo (2006), Culti (2006) e Costa (2007) que concluem que a idade elevada é mais um fator agravante para a exclusão do mercado formal.

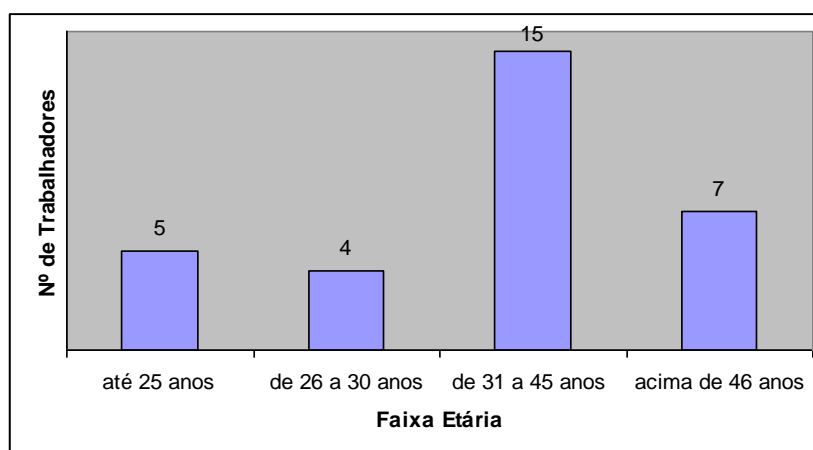


GRÁFICO 4: Distribuição dos associados por faixa etária
Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

Ressaltamos ainda, no que se refere ao perfil dos associados, uma precária inserção no mundo do trabalho. Mesmo quando houve a experiência de trabalho formal, em todo o percurso profissional, o número de empregos com carteira assinada é bem menor que os sem-carteira.

Trata-se, portanto, de um segmento extremamente vulnerável socialmente, que viveu e vive processos de exclusão bastante intensos. As mulheres, geralmente, trabalhavam nos serviços domésticos (empregada doméstica, serviços gerais, cozinheira, babá, cuidadora de idosos, faxineira) e os homens em serviços braçais (chapa de caminhão, ajudante de pedreiro, serviços gerais, ambulantes, vigia de carro, limpador de carro). Mesmo as pessoas que tiveram alguma experiência de trabalho formal, era intermitente, como é o exemplo do associado 36, que nos seus 15 anos de trabalho, trabalhou de carteira assinada apenas em dois locais, totalizando 5 anos. Outro exemplo é o da associada 41, que nos seus 29 anos de trabalho, teve carteira assinada apenas 6 meses. A associada 33, 26 anos trabalhando, apenas 1,6 anos de carteira assinada. O associado 39, 13 anos trabalhando, apenas 2,6 anos com carteira. A associada 5, 47 anos de trabalho, 4,6 anos com carteira assinada. A necessidade da renda fazia com que se submetessem aos trabalhos sem garantias trabalhistas como fica evidente no relato abaixo, da Associada 32:

Eu trabalhava mais sem carteira assinada que com carteira assinada porque eu precisava muito de trabalhar. Aí, chegava lá no restaurante, eles falavam assim que não podia assinar a carteira, eu trabalhava assim mesmo porque eu precisava demais.

As atividades mais citadas de trabalho realizado por meio de contrato formal com carteira assinada foram as de: gari, serviços gerais, domésticas e ajudante de cozinheira. Essas se caracterizam pela não exigência de grande qualificação para o seu desempenho, e que, por isto mesmo, oferecem baixa remuneração, realização em condições precárias e, por vezes, como o trabalho doméstico, com jornadas de trabalho extensas e irregulares.

A grande maioria dos associados entrevistados ingressam na COMARP por meio da indicação de parentes, amigos ou vizinhos, exceto algumas pessoas que passaram no galpão perguntando se havia vagas (2 pessoas), ou que foram convidadas pela diretoria por já realizarem a coleta nas ruas (3 pessoas) ou convidadas pelo NAF, no início da experiência (4 pessoas). Essa forma de recrutamento e seleção é mais barata e, ao mesmo tempo, é uma garantia de que as pessoas que vêm, têm alguma referência, pois quem indica acaba tendo certa responsabilidade pelos indicados. Ao indicar alguém, é como se o associado atestasse tratar-se de uma pessoa trabalhadora e honesta e, em caso de algum problema, será procurado para buscar uma solução.

A grande maioria dos associados reside em vilas, seja no entorno do empreendimento (São Francisco, Nova Cachoeirinha, Vila Real, Vila Santa Rosa) seja mais distante (Taquaril) ou até mesmo em outros municípios (Palmital – Santa Luzia). Este fato, por si só, já é indicativo

do processo de segregação social a que estão submetidos. Suas casas, apesar de contarem com rede de água e esgoto, encontram-se em condições precárias, com infiltrações e vazamentos de água na época das chuvas. Esse processo de exclusão se agrava quando, em função do preconceito, o fato de ser um morador de vila torna-se um dificultador na hora em que estes trabalhadores vão procurar trabalho, como o explicitado a seguir pelo Associado 36:

E a gente que mora em vila também, as pessoas de bairro discrimina também, tudo isso atrapalha (a conseguir emprego).

2.9 O período de permanência na COMARP

Quanto ao tempo de permanência dos atuais associados, 19% estão na COMARP há até 3 meses; 35% estão de 3 meses a 1 ano e 45% estão há mais de 1 ano.

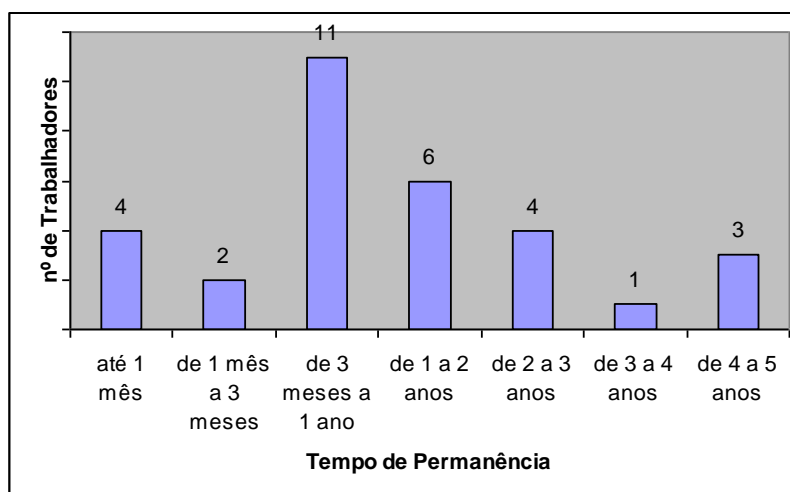


GRÁFICO 5: Distribuição do tempo de permanência dos atuais associados da COMARP

Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

Com o objetivo de averiguar o fato apontado pelos associados de que há uma grande rotatividade dos trabalhadores na COMARP, procedemos ao levantamento dos dados do período de permanência das pessoas na Associação. Como não há registro de frequência e, nas fichas de inscrição, geralmente, anota-se apenas a data de admissão, encontramos certa dificuldade de precisar o tempo de permanência de todos os associados. Assim, optamos por buscar junto às Planilhas de Pagamento de Associados os nomes dos trabalhadores que receberam dinheiro mês a mês a partir de 2006, quando esses dados estavam disponíveis. Consideramos que sempre que houvesse retirada, seria considerado um mês no qual o

trabalhador permanecera na COMARP. Quando o nome não mais constava das Planilhas de Pagamento de Associados, consideramos que o associado havia saído do empreendimento. Outro problema encontrado foi que, nessas planilhas, foi anotado apenas o primeiro nome, e por vezes apelidos, ou nomes pelos quais as pessoas são chamadas, sem serem os nomes reais. Após este levantamento, relativamente precário, devido aos fatores mencionados, reunimo-nos com a presidente da associação que nos esclareceu algumas situações dúbias. Também recorremos às fichas de associados que trabalharam na COMARP, mas cujos nomes não apareciam em nenhuma folha de retirada, seja por terem trabalhado no período anterior a 2006, no qual não há registro sistematizado das retiradas, ou porque eram usados apelidos, ou nomes diferentes dos nomes verdadeiros, ou ainda abreviações dos nomes. Destes associados, que totalizam 77, temos apenas a data de ingresso na associação. De posse desses dados, pudemos averiguar que no período compreendido entre janeiro de 2006 e março de 2009, ou seja, 3 anos e dois meses, 233 pessoas passaram pela COMARP.³⁷

Feitas estas considerações, conseguimos apurar que dos 155 associados que já estiveram trabalhando na COMARP, cujos nomes aparecem nas Planilhas de Pagamento de Associados, 26% permaneceram por até 1 mês; 28%, de 1 a 3 meses; 24%, de 3 a 6 meses; 13%, de 6 meses a 1 ano; 6%, de um a dois anos e 3%, de 2 a 3 anos.

³⁷ Os documentos e dados ainda estão organizados precariamente, pois há poucas pessoas realizando este trabalho administrativo, principalmente por meio do computador. Assim, nem todas as fichas foram encontradas de uma só vez, sendo que muitas delas já tinham sido jogadas fora. Havia mais de uma planilha, com dados diferentes referindo-se ao mesmo mês, bem como planilhas que, embora o arquivo eletrônico tivesse o mesmo nome, internamente os dados se referiam a outros meses. Em alguns casos, recorremos à memória dos associados que, por vezes, também apresentavam algumas dúvidas a respeito dos dados. Ressalva também deve ser feita sobre o fato de não existirem dados referentes aos meses de fevereiro, março, abril e maio de 2008, pois o computador no qual eram arquivados estragou e os dados não foram recuperados. Portanto, apesar do acesso irrestrito às informações, não pudemos contar com todas elas, o que reflete mais uma dificuldade da Associação.

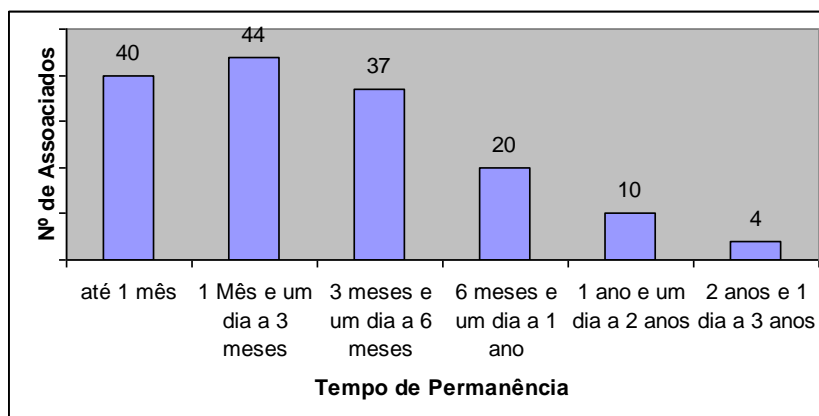


GRÁFICO 6: Distribuição do período de permanência do total de associados

Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

É significativo (54%) o número de pessoas que não permanece após o período de experiência que são de 3 meses. Este percentual sobe para 65% se considerarmos o período de permanência até 1 ano, o que parece confirmar a percepção da diretoria da Associação de que existe uma rotatividade elevada entre os associados.

CAPÍTULO 3 OS RESULTADOS DA PESQUISA: A ROTATIVIDADE E OS FATORES PARA A PERMANÊNCIA NA ASSOCIAÇÃO

3.1 A rotatividade

Rotatividade ou *turnover* é definida como o “fluxo de entrada e saída, isto é, uma flutuação de pessoal entre uma organização e seu ambiente” (NOMURA E GAIDZINSKI, 2005, p.649). Quando seu nível se eleva, há um aumento do custo para a organização, principalmente, os envolvidos na admissão e no treinamento dos novos empregados. Também a produtividade pode ser comprometida, tanto pelo número reduzido de trabalhadores, quanto pela perda de trabalhadores experientes.

A rigor, não há um número que defina o índice ideal, no entanto, Nomura e Gaidzinski (2005) apontam que a literatura internacional indica que taxas de desligamento superiores a 30% constituem níveis de rotatividade pouco aceitáveis e quando ultrapassam 50% são consideradas comprometedoras. Já Campos e Malik (2008) apresentam a seguinte classificação: índice de rotatividade de 0 a 25% ao ano é considerado adequado, de 25% a 50% ao ano é ruim e acima de 50% ao ano é crítico.³⁸

Anselmi, Angerami e Gomes (1997), em seu estudo sobre trabalhadores de enfermagem, encontraram uma taxa de 63% de rotatividade; Campos e Malik (2008) em estudo sobre médicos do Programa de Saúde da Família do município de São Paulo encontraram índice de rotatividade de 37,4% e Conceição (2005) que estudou cinco cooperativas de reciclagem no interior de São Paulo encontrou índices que variaram de 15% a 25%. Constatamos, comparativamente com os dados acima apresentados, sobretudo aqueles referentes ao estudo de Conceição (2005), que a rotatividade na COMARP³⁹ é bastante elevada, conforme os dados abaixo:

³⁸ Ressaltamos que se tratam de valores estabelecidos para empresas privadas. Não existem, ainda, muitos estudos sobre esta questão na economia solidária.

³⁹ Utilizamos para calcular a rotatividade a seguinte fórmula: nº de desligamentos no período/nº total de funcionários no final do período x 100 (CAMPOS e MALIK, 2008). O período considerado em 2006 foi de 12 meses (janeiro a dezembro); em 2007, 11 meses (fevereiro a dezembro); em 2008, 7 meses (junho a dezembro) e em 2009, 3 meses (janeiro a março), em função da disponibilidade de dados.

TABELA 1
Rotatividade

Ano	Rotatividade Total (%)	Rotatividade Feminina (%)	Rotatividade Masculina (%)
2006	38	29	57
2007	53	48	64
2008	47	48	45
2009	29	25	38

Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

Conforme foi dito nas entrevistas, foi confirmado também que a rotatividade masculina é significativamente maior que a feminina, exceto no ano de 2008. Maior rotatividade masculina também foi apontada por Costa (2007)⁴⁰.

Os principais impactos desta elevada rotatividade para a COMARP são:

- A diminuição da capacidade de triagem do material, pois os novatos não têm a mesma eficiência que os veteranos. Dessa forma, o material reciclado se acumula no galpão, piorando as condições de trabalho dos que lá estão e comprometendo o acordo firmado com a SLU quanto à quantidade mensal a ser encaminhada para a associação.
- A diminuição da retirada dos associados, uma vez que, ao treinarem os novatos, têm que parar mais freqüentemente e seu ritmo de trabalho diminui.
- Há também o custo de ensinar o associado a forma de trabalho da COMARP, as diferenças do trabalho em uma associação, direitos e deveres dos associados, as regras do Regimento Interno. Este custo, geralmente, consiste no tempo despendido nessas atividades pela direção.

Após a confirmação da alta rotatividade, passamos a averiguar os motivos que levavam os associados a permanecerem e a deixarem a associação.

3.2 Os fatores para a permanência na associação

3.2.1 O desemprego, a necessidade de renda e a falta de alternativa

O primeiro fator elencado por 31 dos 40 entrevistados para a permanência das pessoas na COMARP foi a necessidade financeira de sobrevivência, ou seja, com o desemprego, a falta

⁴⁰ Estudo que, embora não tenha tido o foco na rotatividade, traz, a partir de uma análise de gênero, informações a respeito da maior rotatividade masculina.

de renda ou a baixa renda familiar, aceitavam esse tipo de trabalho, pois precisavam da renda, ou de sua complementação, para a manutenção da família. Algumas relataram a busca de um trabalho formal, por períodos de até 3 anos, sem sucesso, enquanto outros trabalhavam informalmente principalmente, realizando “bicos”. A catação na rua também foi citada por 15 associados como uma forma de obtenção de renda no período de desemprego, anterior ao ingresso na associação. Dessa forma a falta de alternativa fez com que se inserissem na associação.

“Porque o serviço aqui é assim, pra quem precisa e não tem opção.” (ASSOCIADA 14)

“Primeiro lugar, é a precisão, né? Porque se não precisasse, é lógico que eu tava numa coisa melhor, ou senão, nem aqui eu tinha vindo. Eu fiquei desempregado, com 6 filhos pra cuidar, moro em vila,(...). Muitas vezes, a falta de emprego, a oportunidade, aí fora no mercado, tá muito grande.” (ASSOCIADA 36)

Além da geração da renda propriamente dita, há casos também de pessoas que possuem alguma renda, seja por meio da aposentadoria, seja através de outro membro da família, no caso o cônjuge, mas, ainda assim, em função da baixa renda familiar, necessitam complementar a renda.

“Quem fica, é porque precisa. Eu preciso. Eu tenho minha pensão, graças a Deus, mas o dinheirinho a mais que eu ganho, já ajuda, né?... ajuda em casa.” (ASSOCIADA 32)

Para as mulheres que têm filhos e que são chefes de família, essa questão da necessidade é premente. Elas apontam que, diante da falta de alternativa de trabalho, permanecem na reciclagem, por ser a única forma de sustentar seus filhos. Como a grande maioria não recebe pensão alimentícia dos ex-companheiros, a única renda da casa é a trazida por elas.

“Quem fica aqui, é mais por necessidade mesmo. Porque precisa trabalhar pra sustentar uma casa, porque têm muitas aqui que é assim, é mãe e é pai de família. Tem muitas mulheres aqui que é mãe e é pai de família, então, é a necessidade mesmo de trabalhar. Serviço lá fora tá difícil, então encontraram esse aqui e tem esse recurso aqui é mesmo prá sustentar a família e prá manter. É por isso que a gente fica. Porque precisa do dinheiro pra comer.” (ASSOCIADA 19)

Mesmo quando os filhos já são adultos e constituíram família, o empenho no trabalho por parte das mães para ajudá-los é visível. Há o caso, por exemplo, de uma associada cujo companheiro tem renda, todavia como o filho passa por problemas de saúde e ela trabalha para ajudá-lo:

“Eu hoje eu tô com problema em casa. O problema que eu tô em casa é que o meu filho mais novo tá passando por uma fase difícil, porque tá doente, quase não tá podendo ir trabalhar e ele é muito novo, né? E eu batalho, tô batalhando aqui, não é mais por mim, é pra ajudar ele. Porque ele quase não tá tendo condições de

trabalhar, porque ele tem problema de diabete muito sério. E, infelizmente, já tá atacando os rins dele...(começa a chorar) ...tô muito preocupada com isso... hoje eu tô aqui, ninguém sabe como...e é um problema muito sério. E aí eu tô aqui, com fé em Deus que eu vou ajudar ele a sarar. Meus filhos, minha filha, é a coisa mais preciosa que Deus pôs na minha vida. Quando um adocece, eu fico doida.” (ASSOCIADA 2)

Além da necessidade de melhorar a renda, há a percepção de que a permanência das pessoas na associação seja em virtude da ausência de outras oportunidades no mercado de trabalho e, nesse sentido, a baixa escolaridade e a elevada idade, já apontadas anteriormente, sejam elementos que dificultam ou mesmo impedem o ingresso ou retorno ao mercado de trabalho formal. Assim, antes de ser uma opção de trabalho a associação se torna a única alternativa possível naquele momento para essas pessoas. Sabem que, com o grau de escolaridade que possuem, poucas possibilidades de trabalho se abririam para eles e, na maioria das vezes, seriam, igualmente, o tipo de trabalho marcado pela precarização e informalidade. Isto foi citado pelas mulheres, ao falarem a respeito da opção pelo trabalho doméstico ou as faxinas:

“Casa de família também não tem muito benefício nenhum. Só férias e 13º. Essa é a única diferença. Se fosse numa outra firma, uma outra coisa aí tudo bem, mas casa de família, não faz muita diferença não.” (ASSOCIADA 34)

“Eu não tenho mais idade de fichar numa companhia igual eu fichava quando era mais nova porque a minha vida toda foi fichada. É o primeiro emprego meu que eu nunca fichei, é aqui. Mas eu preciso. Desde que eu preciso, eu tenho que aceitar o que eu arrumo. Eu não tenho mais idade igual eu tinha. Eu tô com 57 anos. Eu tenho 57 anos, eu com essa idade, vou fazer o que lá fora? Ainda tenho problema de saúde. Ninguém me quer assim com problema de saúde, não. Então, se eu gosto de trabalhar eu tenho que optar é por aqui.” (ASSOCIADA 2)

“Tentar (arrumar outro emprego) a gente tenta, mas o problema é que sempre bate nas portas, é estudo, é solicitação de curso, e esses negócios, mais é nessa área mesmo que eu mexo, na reciclagem. Igual, se eu for arrumar emprego, hoje, é de servente ou de ajudante de caminhão, muitos ajudante de caminhão não tá pegando com menos que a 8ª série, têm muitos lugares que, até prá varrer rua, tá pedindo a 8ª série. Aí, é só essa área de reciclagem mesmo.” (ASSOCIADO 36)

Mesmo quem tem o Ensino Médio completo encontra dificuldade no acesso ao mercado formal, como é o caso das 4 pessoas, com este grau de escolaridade e que estão na COMARP por não conseguirem outro tipo de trabalho no momento. Com o grande número de desempregados, o mercado tem selecionado cada vez mais os candidatos, exigindo graus de escolaridade cada vez maiores, mesmo para funções nas quais, em momentos anteriores, pessoas com menor escolaridade conseguiam oportunidades.

“Meus irmãos sempre falavam assim: ‘pra que trabalhar? Vai estudar.’ Estudar eu estudei, né, terminei o 3º ano do 2º grau, mas não cacei nada da vida, né? Não fiz nada assim...” (ASSOCIADA 13)

“Porque a pessoa se tivesse uma oportunidade melhor, capacitação, um curso... estudo talvez ela não tava num lugar desses. Então, muita gente é por precisão que vem parar aqui, o desemprego que tá muito grande. E você pode ver que é o estudo mesmo, tem muita gente que trabalha aí dentro e tem o Segundo Grau completo. Por causa de quê? Porque não tá tendo oportunidade lá fora. É muita concorrência. Tem uma vaga de emprego aí, é dez vagas, vai mil pessoas, aí tem que ser o mais estudado dos mais estudados. Tem que estar bem adaptado pra entrar no mercado.” (ASSOCIADO 36)

O ingresso dos entrevistados no mercado de trabalho era, via de regra, muito precoce, em média aos 12 anos, o que dificultava a continuidade dos estudos. Duas associadas relataram ter sido a distância entre as moradias e a escola, quando crianças, o fator que as levou à desistência dos estudos, sendo que em um dos casos era necessário andar a pé mais de uma hora para chegar à escola. Um associado que estudou em um colégio, em sistema de internato, apontou as constantes brigas e agressões físicas que sofria como fator de desistência.

A necessidade de realizar as tarefas domésticas e cuidar dos irmãos, enquanto a mãe trabalhava, também era uma realidade vivenciada por algumas mulheres, que desde crianças assumiam estas tarefas, o que as impossibilitava de frequentar a escola. Alguns exemplos dessa situação são as vividas pelo o associado 39 que, desde os 9 anos, entregava salgados para a mãe; a da associada 38 que, desde 10 anos, trabalhava na rua, puxando carrinho com a mãe e sua irmã que, iniciou esse trabalho, aos 12 anos; a associada 33 que começou a trabalhar desde os 7 anos com os pais na roça e, aos 14 anos começou a trabalhar em casa de família. A associada 1 que começou a trabalhar aos 8 anos de idade, em casa de família. A associada 22, que iniciou aos 12 anos o trabalho na rua, puxando carrinho com a mãe. O associado 11 que, aos 10 anos, catava com a mãe na rua; e a associada 26 que iniciou o trabalho em casa de família aos 9 anos.

“Não estudei, porque eu perdi meus pais muito cedo. O meu pai, eu perdi tinha 8 anos de idade. ‘Alembro’ disso como se fosse hoje, eles fala que menino não ‘alembra’, mas ‘alembra’ sim. Eu perdi minha mãe, eu tava com 15 anos. Então, por isso eu tive que ir trabalhar muito cedo e não tive oportunidade na vida de estudar. Mal, mal o que eu sei, é assinar o meu nome. Tirando disso, eu não sei fazer mais nada. Aí, eu fui trabalhar em casa de família e na reciclagem.” (ASSOCIADA 1)

“Com 9 anos, eu puxava carrinho no centro da cidade. Minha mãe ia, mas só que quem puxava carrinho era eu e minhas irmãs...era nós tudo, cada um puxava um.” (ASSOCIADA 10)

Essa situação do trabalho infantil se repete, em alguns casos, nas atuais gerações. Duas associadas, falaram explicitamente sobre o trabalho infantil dos seus filhos, anteriormente ao trabalho na associação.

“Aí catava eu e minha menina, que hoje tá com 8 anos. Quando ela tava com 5 anos, nós saía e ela me ajudava a catar, fazer os fardos, amarrar. (ASSOCIADA 22)

Em alguns casos, as pessoas tiveram a chance de ingressar no mercado formal, e como consequência do desemprego e da crescente desestruturação do mercado de trabalho, encontraram na reciclagem a única forma de geração de renda possível. É um exemplo, o caso de um associado que, após 12 anos trabalhando na Telemig, foi demitido e não conseguiu mais colocação no ramo. Podemos citar também os casos de duas outras associadas que trabalhavam em uma peixaria que fechou e de duas ex-cozinheiras.

No entanto, o cenário é composto muito mais por pessoas que nunca tiveram acesso ao mercado de trabalho formal, ou seja, por um grande número de pessoas que nunca tiveram a experiência de ter carteira assinada, trabalhando em serviços bastante precários. Tal é o caso das 6 pessoas que nunca tiveram a carteira de trabalho assinada, sendo que uma delas encontra-se nessa situação há 20 anos e duas outras por volta de 10 anos. Por vezes, há certo conformismo com esta situação, como se percebe na fala abaixo:

“Eu vim lá de Diamantina com o sonho de trabalhar fichada, mas esse sonho nunca chegou em mim. Mas tá bom, a gente não pode ter tudo mesmo.” (ASSOCIADA 24)

3.2.2 A melhoria das condições de trabalho

Para as 15 pessoas que já trabalhavam com a reciclagem, ir para a associação significou ter melhores condições de trabalho. Estas melhorias se referem tanto ao fato de poderem trabalhar sentadas, na sombra, ao abrigo de sol e chuva, ter um lugar para esquentar a comida e ter um banheiro, quanto à redução do caráter penoso do trabalho, pois os carrinhos puxados são muito pesados. Os trajetos realizados na rua são, geralmente, bastante extensos e, quando se encontra material que tem preço de venda melhor, carrega-se o carrinho ao máximo. A quantidade de material reciclável obtido é maior na associação que na rua, e é conseguido sem muito problema. Como eles dizem, “o bom daqui é que o material vem na mão”. Geralmente, o preço conseguido pelos materiais é menor na rua do que o que se auferia na associação, pois é vendido para pequenos depósitos que depois revendem para os depósitos maiores. Já, a associação vende diretamente para os maiores depósitos. Quando se está sozinho na rua e se vende para estes pequenos depósitos, a variedade de materiais comprados também é muito menor do que o que se consegue vender por meio da associação. Outro fator apontado pelos associados é a possibilidade de deixar o dinheiro acumular, pois, na rua, eles recebem diariamente e, portanto não veem o total de dinheiro obtido. Há também a incerteza do acesso

ao material. Vale lembrar que a inconstância do material é um fator que gera a insegurança, pois, apesar de terem seus pontos de coleta, não é sempre que conseguem bons materiais.

No entanto, são apontadas algumas vantagens do trabalho na rua, tal como pegar apenas o material de melhor preço de venda podendo aumentar sua retirada. Na associação, eles têm que triar todo o material recebido independentemente do valor. Em função disso o risco, na rua, parece ser menor, pois eles podem escolher o tipo de material a pegar evitando os sacos que contenham algum material mais sujo, ou com cacos de vidro, por exemplo. Também foi relatado que, na rua, eles recebem objetos, tais como roupas, alimentos, material escolar para os filhos e eletrodomésticos usados.

3.2.3 A proximidade do local de trabalho

A grande maioria dos associados reside em vilas próximas da COMARP, de modo que vão a pé para o trabalho. O custo do transporte é alto e o tempo gasto no deslocamento para o trabalho, geralmente, é grande, de forma que a proximidade entre o galpão e as residências é um fator que facilita a permanência das pessoas. A desistência de outros trabalhos distantes, tanto em outra associação, quanto em empresas, foi citada por alguns associados:

“(Quis sair da gráfica) Porque ganhava salário mínimo e não tava compensando porque pegar ônibus tava ficando muito cansativo. No começo era perto, aí compensava que era pertinho, aí depois foi lá pra Fumec, no centro e lá eu pagava 2 ônibus prá chegar lá. A empresa até que pagava, descontava a porcentagem lá e pagava, mas só que era muito cansativo, gastava muito tempo, uma hora pra ir e pra voltar 1 hora e meia a duas.” (ASSOCIADO 39)

“Saí (da Asmare) porque eu não quis mais trabalhar no centro da cidade, tava ficando muito puxado pra mim, porque os meninos estudam, aí não dava pra trazer, não dava pra chegar e fazer as coisas, tava ficando muito puxado pra mim.” (ASSOCIADA 38)

Tal proximidade facilita, por exemplo, para as mães levarem seus filhos para a escola e poder preparar as refeições para a família, além de ir almoçar em casa. Há 3 associadas que saíram de uma empresa de reciclagem de vidro, pois esta se mudou para longe de suas casas. Teriam que pegar ônibus para chegar ao trabalho e o valor recebido não compensaria mais, já que teriam de arcar com o custo do transporte. O alto custo do transporte também foi relatado pelas 6 associadas que moram distante da COMARP e, portanto, pagam, com a sua própria retirada, as passagens.

3.2.4 A possibilidade de melhor rendimento

A maioria dos entrevistados recebia, nos outros tipos de trabalho que realizavam, aproximadamente um salário mínimo, algumas vezes, menos que isto. A média da retirada do mês de março de 2009 era R\$ 379,82, no entanto, como a triagem era por produção, 12 pessoas receberam acima de um salário mínimo⁴¹. Seguem tabela⁴² (TAB.2) dos demais meses com os dados das retiradas e com o percentual de associados (TAB. 3) que receberam mais do que um salário mínimo:

TABELA 2

Média de retirada dos associados, COMARP, no período de 2006 a 2009

Mês	Média de retirada em R\$
mar/06	54,68
abr/06	115,53
mai/06	76,72
jul/06	94,87
ago/06	117,61
out/06	170,84
nov/06	305,34
dez/06	203,63
fev/07	234,82
mar/07	191,69
abr/07	301,32
mai/07	236,94
jun/07	151,17
ago/07	263,32
set/07	260,39
out/07	243,40
nov/07	227,22
dez/07	256,50
jun/08	385,71
jul/08	328,28
ago/08	52,88
set/08	265,08
jan/09	364,38
fev/09	327,46
mar/09	379,82

Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

⁴¹ O salário mínimo vigente na data é de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

⁴² Esta tabela corresponde aos meses em que obtivemos dados confiáveis a respeito das retiradas.

TABELA 3
 Percentual de associados que recebem mais que um salário mínimo
 COMARP – período de 2006 a 2009

Mês	Associados que recebem mais que salário mínimo (%)
mar/06	0
abr/06	0
mai/06	0
jul/06	0
ago/06	0
out/06	0
nov/06	30
dez/06	0
fev/07	12
mar/07	0
abr/07	17
mai/07	13
jun/07	4
ago/07	19
set/07	11
out/07	19
nov/07	13
dez/07	21
jun/08	34
jul/08	28
ago/08	19
set/08	20
jan/09	36
fev/09	25
mar/09	34

Fonte: Arquivos e Documentos da COMARP

Assim, contrariamente o que se verificou no início da experiência da COMARP, hoje, com a ampliação da coleta seletiva, o acesso ao material reciclável aumentou. A Associação recebe, atualmente, 158 t por mês de material proveniente da SLU e da coleta particular. Dessa forma, a retirada, de maneira geral, também aumentou, embora o preço do material tenha tido uma grande queda no mercado, decorrente da crise mundial. Com as dificuldades de acesso a outros tipos de trabalho este parece ser para um terço dos associados o trabalho mais bem remunerado, dentre as possibilidades que encontram.

“Vê que ganha melhor, então, fica. Ganha melhor, tem uns que tira mais que um salário, tem gente que tira mil reais, outro, tira quinhentos... setecentos. Em outros lugares, recebe um salário, que é o quê? Uns quatrocentos e pouco, né? Ainda tem os descontos, né, porque desconta tudo, e aqui só é descontado o INSS.” (ASSOCIADA 22)

“Isso tudo ajuda a pessoa a ficar, porque no mercado aí, igual eu, tenho a 4ª série, agora me explica, tem muita gente que tem curso, padeiro não ganha isso que nós ganha. Então, tem muita gente que não sai por causa disso. Eu conheço uma dona que trabalhava na Asmare no começo, que tava ‘bombando’, quando tava na época boa, ganhava R\$ 500,00 por semana. Eu conheço. Eu conheço gente que eu e você tem que tirar o sapato prá entrar na casa deles, porque é catador mas dentro de casa é chique. Tem de tudo dentro de casa, come do bom e do melhor. Entendeu? Então, é isso.” (ASSOCIADO 36)

Entretanto, para se ganhar mais é preciso trabalhar intensamente. O ritmo de trabalho é bastante pesado, sendo que as pessoas que possuem as mais altas retiradas chegam a triar de 5 a 6 t por mês. Para ter uma boa retirada, o associado precisa ser bastante ágil na triagem. Pela decisão do grupo, foi estabelecido um período mínimo de permanência diária na associação de 7 horas. O horário de funcionamento da COMARP é de 8:00 às 18:00 e cada associado define seu horário, podendo chegar mais tarde, sair mais cedo ou fazer uma hora de almoço maior. Isso facilita bastante a conciliação do trabalho com as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, pois as mães podem levar e buscar os filhos na escola ou estar em casa na hora do almoço. Há os horários de lanche no período da manhã e da tarde, de meia hora para cada um e uma hora de almoço. Mas para conseguir uma boa retirada, é preciso trabalhar mais que 7 horas. Os de ritmo mais rápido conseguem ter uma boa retirada com as 7 horas e, os que não conseguem, acabam ficando até mais tarde como, relata a associada:

“Geralmente, eu triava dois mil, dois e pouco, eu não sou muito esperta prá triar não. Mas eu faço por onde triar, como eu não sou muito esperta eu fico até mais tarde. Não, (fica só as 7 horas exigidas) eu fico mais, às vezes eu chego aqui 7 horas e saio lá pras 6, 7...8. Lá em cima mesmo, (no galpão 2), tinha dia que eu saía 9 horas, 10, pra poder conseguir um dinheirinho a mais, né? Agora aqui (no galpão 1) não dá não porque aqui não tem luz lá fora, aí não tem como a gente trabalhar mais, não.” (ASSOCIADA 24)

As faltas também são um fator de redução da retirada, de modo que no mês em que o associado falta muito há uma queda na retirada.

“Eu já tirei R\$400,00 esse mês (novembro/08) e faltando. Se eu não ficar faltando muito...ih...aí eu tiro...todo mundo tira bem aqui...se não faltar.” (ASSOCIADA 1)

Há algumas estratégias desenvolvidas pelos associados mais rápidos que são, por exemplo, iniciar a triagem bem cedo, quando a temperatura ainda está amena. De modo geral, as pessoas que têm uma boa retirada são apontadas como as que trabalham mais tempo e

interrompem menos o trabalho, fazendo poucas pausas. A condição de saúde e a idade também influenciam na velocidade da triagem.

3.2.5 A complementação da aposentadoria

Há na associação 3 aposentados. Um deles, mulher, de 66 anos, tem muita dificuldade para conseguir um trabalho fora da COMARP. Os outros também só conseguiriam alguma atividade no mercado informal. Uma das aposentadas afirma permanecer na COMARP em função de, lá, obter maior renda do que aquela que conseguiria com os serviços que teria à disposição, no caso, as faxinas.

3.2.6 O pagamento do INSS

Ainda que a falta dos direitos trabalhistas seja um fator de desistência, como se verá adiante, ressaltamos um importante avanço nesse sentido. Desde setembro de 2008, o INSS vem sendo pago pelos associados. Inicialmente, o associado separava um tipo de material, o plástico leitoso, depois o PET branco para custear o pagamento do INSS. Atualmente, é descontado o valor de cinquenta reais da retirada de cada associado para o pagamento do INSS. Com isso, os afastamentos por motivo de doença, invalidez e a aposentadoria já são algumas das garantias possíveis. Este fato foi indicado, por alguns associados, como um importante motivo para a permanência.

“Minha preocupação antes aqui, e que eu pensava em sair, era porque eu pensava comigo assim: ‘nossa eu tô trabalhando nisso aqui, mas que garantia que eu vou ter do futuro? E se eu chegar a adoecer?’ Aí, Deus abençoou que tá pagando nosso INSS. Agora sim, aqui pelo menos, a gente tem alguma garantia. Porque a gente tem que pensar, né? Depois a gente tá trabalhando, adoecer, vai ganhar o quê? Um trabalhador, que trabalhou quase a vida inteira tem que ter algum sustento. [...] Antes, quando eu iniciei eu até falava, se eu arrumar um trabalho de carteira assinada eu vou, mas hoje se eu arrumar, eu não vou, não. Eu não vou não, porque melhorou bastante, tá pagando nosso INSS, né, que é uma garantia pra gente. A gente ganha o dinheiro honestamente, então, é um serviço como outro qualquer.” (ASSOCIADA 18)

“Aí, eu fico quieta aqui...ainda mais agora que a gente tá pagando o INSS, né? Porque o motivo maior para mim sair era esse, o INSS, mas agora a gente já paga...aí, eu fico quieta aqui.” (ASSOCIADA 25)

3.2.7 O gostar do trabalho da reciclagem e da COMARP

O trabalho com o lixo foi apontado como um dos fatores para a desistência de algumas pessoas, como se verá adiante. Apesar disso, outras afirmam que, além da necessidade financeira e de esta ser a única opção que lhes restou, gostam desse tipo de trabalho, gostam de trabalhar na Comarp, ainda que não consigam explicar bem o motivo:

“Eu já trabalhei de Gari, empregada doméstica, cozinheira, babá...mas o que eu mais gosto de fazer é trabalhar nessa área de reciclagem. Gosto, eu faço porque gosto, fiz o curso de capacitação de reciclagem, e é um serviço que eu gosto. Eu faço porque eu gosto. É o serviço que eu adapto, eu gosto, não tem explicação, eu gosto. Já arrumei vários serviços, já fui gari, empregada doméstica, babá. Em todos eu fiquei uns 6 meses, 7 meses, mas o que eu fico mesmo muito tempo é o de reciclagem” (ASSOCIADA 38)

“Eu nem sei (explicar porque gosta desse trabalho), mas eu costumo ficar o fim de semana em casa e eu fico doida prá vim pra cá. Eu acho que eu aprendi a gostar e eu mesma não sei explicar.” (ASSOCIADA 23)

Algumas das pessoas já tiveram outras oportunidades de trabalho, mas não saíram, como ilustram as falas abaixo:

“Eu falo, não é por convencimento não, eu falo que eu tô aqui porque eu gosto. Porque eu arrumei lá na lavanderia, tem lá também no Posto Fumaça e a Rosalina queria que eu ficasse trabalhando no restaurante. Depois que eu entrei pra cá eu tive muitas oportunidades, só que eu não quis ir.” (ASSOCIADA 16)

“Eu gosto. Trabalho aqui porque gosto, preciso, mas gosto também. Porque mesmo que eu só precisasse eu não ficaria aqui não. Eu já tive várias oportunidades lá fora, mas só que é o serviço que eu gosto de fazer. (ASSOCIADA 38)

Quando indagadas do que gostam neste trabalho as pessoas disseram que acham que o serviço pode ser realizado sem muitas cobranças, preocupações e em ambiente mais tranquilo. O ritmo do trabalho foi apontado por alguns como menor que as antigas ocupações, tais como ajudante de pedreiro, operadora de caixa e doméstica, e possível de ser regulado por si mesmo. Além de ter estabelecido horário de entrada e saída, bem como horário de lanche e almoço, elementos que nem sempre estavam garantidos em outros trabalhos, principalmente o de doméstica. Em suma, na associação eles são seus próprios patrões e, portanto, têm maior autonomia para regular seus ritmos de trabalho:

“Não (quer o serviço de operadora de caixa), mesmo sendo de carteira assinada porque aqui o serviço é mais tranquilo, o trabalho não é muito tumultuado. Operadora de caixa, comércio, é muito ruim. Aqui é um serviço mais tranquilo. Lá, você tem muita preocupação, aqui é mais tranquilo e aqui você trabalha pra você, você é seu patrão, aí é bem melhor.” (ASSOCIADA 19)

“Aqui, trabalha tranquilo, não é correria, é pesado na hora de pesar, mas tirando disso é do jeito que você tá vendo aqui. A gente trabalha sentado, tem horário do almoço e da janta, tem tudo. Aqui, eu trabalho devagar, trabalho calma, dá na

hora d'eu fumar eu vou lá e fumo, faço minhas coisas. Aqui é muito bom!”
(ASSOCIADA 1)

O ambiente de trabalho, no qual as pessoas relatam conviverem entre iguais, onde se estabelecem laços de amizade intensos que, por vezes, fazia com que a COMARP fosse citada como a segunda família dessas pessoas, também é um fator que os leva a gostar e, portanto, a permanecer na associação. Em geral, eles se sentem respeitados e ninguém se sente humilhado ou desprezado. Quando algum associado precisa de ajuda, principalmente, para levar os *bags* pesados para a balança, conta com o apoio dos colegas de trabalho e essa possibilidade do trabalho em equipe, minimiza as dificuldades. Em outros trabalhos esse apoio nem sempre é possível. Além disso, há um clima de descontração em que se brinca com o que se encontra no lixo e se pode conversar à vontade com os demais associados.

“Eu acho que é igual na casa da gente, isso aqui é a família que a gente tem. Meu dia-a-dia é aqui. Esse pessoal aqui é mais família que a minha própria família, porque eu fico semanas sem ver meus filhos, que moram na mesma rua. E aqui não, eu vejo todo dia. Aqui é a família da gente.” (ASSOCIADA 26)

“Muita gente não consegue sair daqui também por causa da amizade que tem, entendeu?” (ASSOCIADO 12)

Dessa forma, o trabalho pode ser realizado com mais liberdade, cada trabalhador desenvolve o seu próprio estilo, tendo uma forma pessoal de trabalhar. Existem coordenadores, mas a ausência do patrão que dita ordens, que exerce um controle excessivo foi citada como algo que faz com que o associado goste do trabalho na COMARP. Poder conversar, ir ao banheiro quando quiser, fazer as pausas sempre que achar necessário, são alguns dos motivos também citados para se gostar da associação. O trabalho por conta própria, no qual se recebe pelo que se produz foi apontado também como um dos fatores de satisfação.

“Eu gosto porque tem a vantagem, que ninguém me manda. Eu trabalho do jeito que eu quero, a hora que eu quero, eu tenho que dar conta do meu serviço, mas não tem ninguém que me manda, não. Eu não gosto de trabalhar com os outros me mandando trabalhar. Eu gosto de fazer o meu serviço e gosto de trabalhar na área que eu gosto. Eu me sinto bem trabalhando na reciclagem.” (ASSOCIADA 38)

Essa liberdade também se refere ao horário de trabalho e à maior flexibilidade quando é preciso faltar. A flexibilidade do horário é apontada, principalmente no caso das mulheres que são mães, que podem, desta forma, cuidar dos filhos, levar ao médico, conciliar o horário do cuidado dos filhos com o das demais pessoas que cuidam de seus filhos, geralmente, outros familiares ou vizinhos. Também foi citado por uma mulher que estuda, o fato de poder sair mais cedo e conseguir conciliar trabalho e escola como o fator que a faz permanecer na

COMARP. Mesmo nos casos de doenças, os associados afirmaram que, em algumas empresas, é necessário apresentar justificativas excessivas para as faltas, como se sempre houvesse uma desconfiança por parte dos patrões em torno da veracidade do motivo da falta, o que não ocorre na Associação.

“Se adoecer, pode faltar, ficar em casa. A família da gente também, se adoecer, igual criança, a gente pode faltar.” (ASSOCIADA 1)

“Só que eu tenho uma menina pequena, ela tá com dois anos e a menina que toma conta dela sai muito de casa. Aí eu preferi trabalhar aqui, porque aqui eu posso largar mais cedo pra poder ficar com ela. No outro trabalho, eu tinha que ficar mais no serviço. Aí tinha que levar ela pro serviço, não era assim bom para as crianças. Aí eu larguei de trabalhar.” (ASSOCIADA 33)

Um aspecto que merece ser destacado, no que tange a questão da liberdade no trabalho, foi que entre as 31 mulheres entrevistadas, 13 foram domésticas e afirmaram não querer mais continuar nesse serviço, preferindo trabalhar com a reciclagem. A possibilidade de realizarem o trabalho sem a constante vigilância e a cobrança dos patrões é apontada como diferencial entre as duas atividades. Segundo elas, na reciclagem, seus rendimentos são maiores e as exigências menores. A falta de horário delimitado para o trabalho também é uma realidade, principalmente, para as domésticas que dormem no trabalho. Além do fato de que não havia um acordo firmado quanto ao trabalho a ser realizado, ou seja, a cada dia, elas se sentiam obrigadas a fazer aquilo que as patroas exigiam, mesmo achando que já tinham trabalhado tempo suficiente, ou terem planejado de fazer determinada tarefa no dia seguinte. Diferentemente do que foi dito sobre a liberdade de realizar seu trabalho, da forma que acham melhor na reciclagem, nas casas de famílias, viam-se obrigadas a fazer as tarefas na sequência solicitada pelas patroas, tendo, por vezes, que interromper uma atividade e iniciar outra. As constantes reclamações e as repreensões das patroas, assim como a desconfiança quanto à realização ou não do trabalho também são fatores que pesam nessa rejeição ao trabalho doméstico. Houve um caso em que a associada, à época empregada doméstica, não podia comer nenhum tipo de alimento da casa, nem sequer tomar café. Sofrer maus tratos, “ter alguém sempre no seu pé” e ter que aguentar humilhação foram aspectos apontados por elas como frequentes nesse tipo de trabalho.

“Eu não aguento encheção de saco dos outros, não, minha filha. De jeito nenhum...Lh meu bem, me zuar eu vou embora. Você não tem horário. Você faz uma coisa e eles falam: ‘faz isso aqui’. Você acaba, aí, ‘faz aquilo ali’. Então, isso aí pra mim não dá, entendeu? Se tá lavando vasilha e você acaba pra fazer outro serviço. E, às vezes, eles não entendem, quer que você para pra fazer outra coisa. E eu não gosto, não.” (ASSOCIADA 26)

“Aqui é a liberdade que a gente tem pra trabalhar, né? Ninguém fica ali toda hora assim: ‘faz isso, faz aquilo, tem que fazer isso tem que fazer aquilo’. Isso aí não

tem, o trabalho é bem tranquilo. Na casa de família, o patrão que dá ordem, ‘hoje você vai fazer isso, faz isso agora’. Às vezes você tá fazendo uma coisa e para e vai fazer outra coisa. ‘Larga isso aqui e vai no supermercado’. Aí tem que ta largando tudo prá fazer outra coisa. Ficar te mandando fazer as coisas toda hora, ficar atrás de você toda hora pra ver se você ta fazendo direito ou se não tá. Tem que ficar cumprindo as regras. Aqui tem normas, que a gente tem que cumprir, mas não é o tanto que tem na casa de família de jeito nenhum. A Neide não fica pra lá e pra cá no meu pé.” (ASSOCIADA 34)

O gostar ou não gostar do trabalho doméstico parece ter relação com o tipo de tratamento que é dado por parte das patroas, já que encontramos duas pessoas que gostaram de trabalhar em duas casas específicas nas quais eram bem-tratadas e consideradas pessoas da família.

“Só esse que eu gostei, porque ela não me tratava como empregada e esses negócio. Ela me tratava como filha dela. Eu gostava muito dela também, ela me ajudou a cuidar da minha primeira menina, eu gostava muito dela.” (ASSOCIADA 40)

Além disso, o trabalho na associação possibilita uma maior autonomia, um sentimento de independência, um aspecto citado especialmente pelas mulheres que, ao trabalharem fora de casa e terem seu próprio dinheiro, deixam de depender dos maridos e, no caso das mais velhas, dos filhos como apontam os relatos abaixo:

“Ah...é bom a gente ter as coisas da gente...não ficar dependendo dos outros...é isso que é bom...” (ASSOCIADA 3)

“Se for pra gente pensar também, que no fim do mês você tem aquele dinheiro, é muito bom, sabe? Você ser independente. Porque minhas filhas me ajudam, assim quando eu não tava trabalhando, elas me ajudavam, me davam até cesta básica, compravam ou ganhavam no serviço e me davam. Mas eu me sentia assim humilhada, de pensar que eu tô dependendo delas. Então, só de eu saber que eu sou independente e que elas não precisam de me ajudar, pra mim, é minha felicidade. Porque eu prefiro ajudar alguém que ser ajudada.” (ASSOCIADA 5)

“Não tem coisa melhor que trabalhar e não depender dos outros. Eu gosto de depender é de mim.” (ASSOCIADA 2)

Podemos dizer também que algumas pessoas gostam porque acreditam na possibilidade de êxito da experiência e vislumbram uma perspectiva de crescimento para si mesmas. Elas apostam no seu sucesso por terem acompanhado toda a trajetória do empreendimento e viram que, apesar de todas as dificuldades, ocorreram avanços. Um grupo que triava debaixo de uma lona, não tinha sequer 10 t de material e não possuía nenhum equipamento, percebe que, estar hoje na situação em que estão, é uma conquista e um motivo de esperança de que as coisas melhorem cada vez mais. Além disso, essas pessoas possuem maior contato com outros empresários do ramo e conhecem outras experiências de associações que as fazem ver a possibilidade de mercado desse segmento.

“Eu sei que aqui futuramente só vai melhorar, né? As pessoas que saem é porque não conhecem ainda...não tá sabendo do movimento nada. Mas os que tá mais ou menos por dentro sabem como é. Como era e como está atualmente. Sabe que

modificou muita coisa. Então, se as pessoas estão cientes, eles aventuram a ficar mais. As pessoas saem porque não põem fé, né? Ninguém imaginava que a gente fosse ter um galpão, que a Prefeitura ia ajudar a gente neste ponto. Achou que ia ficar debaixo de uma lona cheio de buraco sempre, né? Num negócio que já não dá dinheiro mesmo o serviço não é bom e não vê nenhum futuro. Então, a pessoa fica naquela não sei se fico ou saio e acaba saindo e depois volta. Tem muita gente que saiu. No início, era péssimo porque a pessoa começou ganhando dez reais por mês, né? Isso aí não dá nem pra comprar pão. Mas pra começar é assim mesmo e vamos melhorando aos poucos, né? ” (ASSOCIADO 27)

“E eu tenho uma coisa comigo assim: se esses caras que revendem nosso papel ficam ricos, em algum momento eu acredito que a gente pode ficar rico. Se as pessoas tivessem a compreensão porque você nunca que você não vai montar seu negócio e ficar rico. Leva um tempo. Os caras que tão ricos a CRB e não sei mais o quê, eles tem 30 anos de empresa. Eu acredito que daqui a 10, 20 anos, pra quem tava onde a gente tava eu tenho tudo pra crer que a gente só tem a melhorar. Eu gostaria de ter mais pessoas que acreditassem como eu.” (ASSOCIADA 41)

Duas associadas apontaram a garantia de permanência como algo que as faz gostar do trabalho. Por se tratar de uma associação, se as pessoas seguirem as regras elas não podem ser simplesmente demitidas, como ocorre nas empresas privada, seja por necessidade de corte de custos, seja por decisão do patrão.

3.2.8 O trabalho como “distração para a cabeça”, como forma de não ficar em depressão, como “terapia”

Constatamos também que alguns associados passam por muitas dificuldades, enfrentando situações de doenças e problemas familiares, tais como o uso de bebidas alcoólicas e drogas, além da violência doméstica. Nesse sentido, no período em que estão trabalhando, não estão convivendo com os problemas ou “se esquecem” deles. Foi nesse sentido que o trabalho na COMARP foi apontado como “distração para a cabeça”, ou mesmo uma “terapia”.

“Tô muito decepcionada, brigando muito, ando muito chateada com ele (o marido). Ele me amola muito..é por aí...tô com um caroço no seio e eu não quero operar...porque deu benigno acho que não tem perigo também se não operar, e eu tô com medo também....Aí acho que tudo isso perturba a cabeça da gente e aí transfere a gente lá pra dentro do lixo e fica lá. Mais tem vontade de enfiar a mão no lixo. Ele briga comigo, ele quer ir embora (da Associação para casa). Aí eu falo não...por mim eu passava é a noite aqui...é por isso que eu falo: é terapia isso pra mim...porque quando eu tô sentada triando ali eu esqueço os problemas.” (ASSOCIADA 4)

“Eu acho que (o trabalho) é um refúgio, sabe? A gente percebe algumas pessoas aqui com dificuldade de voltar para casa. Que fala que a hora mais triste delas é a hora que tem que voltar. Porque tem muito problema em casa. É agredida pelo marido, vizinho...um ambiente de vizinhança muito turbulento, de muita briga, de muita polícia, sabe, polícia entrando nas casas deles, achando que tem droga escondida, revirando tudo que você tem. Não é um ambiente agradável de viver. E

aqui não acontece isso. Então, por mais que, algumas vezes, eles tenham alguma divergência, mas perto do que eles vivem lá, isso não é nada.” (ASSOCIADA 41)

Algumas pessoas ressaltaram o valor do trabalho dizendo que ele cumpre o papel de manter as pessoas ativas e saudáveis. Há casos de mulheres que estavam em depressão e, após iniciarem o trabalho na COMARP, apresentaram melhora. Elas relatam que, na COMARP, elas têm amigas com as quais podem conversar sobre os problemas enfrentados, principalmente sobre suas relações afetivas e os problemas que vivenciam com os filhos. E essa possibilidade de “desabafar” faz com que percebam o trabalho como um local para “espairecer”, “distrair a cabeça”. Grande parte dessas pessoas são mulheres que relataram ter problemas em casa de diversas ordens, mas dois homens também ressaltaram essa possibilidade de “distrair a cabeça” com o trabalho.

Há um caso de uma associada que tinha problema cardíaco, de hipertensão e obesidade. Foi orientada pelos médicos a realizar uma atividade. Encontrou na COMARP um espaço de trabalho que, ao mesmo tempo, lhe permite ficar tranquila:

“Eu acho bom. Igual aqui eu fico tranquila, eu tenho problema de pressão alta, de coração, então quando eu tô aqui eu fico tranquila. Eu gosto do meu servicinho, gosto mesmo, eu fico tranquila. Eu fico aqui, parecendo que eu não tenho nada, assim sabe, tranquila, eu não penso nada da vida. Quando eu tô aqui, eu não penso nada, nada... é bom demais! É assim, uma terapia, né, pra gente. A médica mesmo mandou eu caçar uma coisa pra mim fazer...porque eu sou assim muito nervosa, né? Então, eu tava engordando demais, aí, depois que eu vim pra cá eu fiquei tranquila.” (ASSOCIADA 17)

Uma associada aposentada por tempo de serviço disse que, ficar sem trabalhar a levou a uma depressão profunda, como ela mesma relata:

“Eu amo a Comarp porque quando eu vim pra Comarp eu tava em depressão. Eu nunca parei de trabalhar... desde a idade de 7 anos. Aí, eu fiquei em casa porque eu tava desempregada. Então, eu peguei e fiquei doente, eu vivia... eu entrei tanto em depressão, que nem banho eu tomava eu ficava toda suja, só chorando. Hoje não, eu ‘tando’ aqui eu tô muito bem, mas eu ficar parada dentro de casa aí pronto acabou, eu já começo. Eu começo a ficar nervosa, xingar, eu brigo muito em casa. Eu preciso (do trabalho para complementar a renda) e também se eu ficar à toa eu adoço. Eu acho que eu vou parar só quando eu morrer. Enquanto eu tiver força pra fazer alguma coisa eu vou fazer. Eu chego ali e daquela porta pra dentro é uma tranquilidade.” (ASSOCIADA 32)

Esta associada que está com 66 anos, é aposentada e, portanto tem uma renda garantida. A renda da COMARP serve como complemento da aposentadoria, pois ela ajuda a única filha a criar 7 filhos. O pai das crianças é alcoólatra e a filha ficou desempregada por muito tempo. Atualmente, ela trabalha, assim como a filha e dois netos. Apesar das condições de vida difíceis, ela enfatiza que o trabalho na COMARP tem um sentido maior que a

complementação de renda. É o local onde pode continuar trabalhando e se sentir útil. Outra associada, que está com 55 anos, também indica que o trabalho a faz se sentir bem, pois a solidão, quando está em casa, aliada ao fato de sentir-se dependente das filhas levou-a a entrar em depressão. A responsabilidade com o trabalho, a consciência de ter um papel dentro da COMARP e o orgulho que sente ao poder prover seu próprio sustento são fatores que a levam a sentir-se bem. A percepção dos idosos como pessoas sem função, que já viveram tudo que havia para viver e, portanto, não tem mais com o que contribuir, é relatada por elas. Para o mercado de trabalho eles são vistos como descartáveis. O sentimento de utilidade foi um diferencial na vida destas duas mulheres.

“Pra mim, foi bom porque eu fico muito sozinha... fico muito em casa sozinha, e só de eu saber que eu tenho que levantar e vim trabalhar, eu sinto uma obrigação, uma responsabilidade. Eu gosto, eu trabalho nesse tipo de serviço porque eu gosto. E pra mim foi bom porque eu tinha problema de depressão, cheguei a tomar remédio. E agora assim, bate depressão, mas vai embora logo, por causa do serviço, da responsabilidade de gente. Eu comecei a trabalhar muito nova. Toda a vida eu trabalhei e fui independente. Então, hoje eu não consigo ficar parada dentro de casa, sem sair pra trabalhar de jeito nenhum. É uma coisa que a cabeça e o corpo não aceita.” (ASSOCIADA 5)

Além das duas associadas acima, encontramos duas outras mulheres, de 46 e 57 anos, que estavam com depressão em casa e dizem que estar trabalhando na COMARP as ajuda a não cair em depressão.

“Aqui pra mim, pra mim, né, tá sendo ótimo, eu tô adorando! Porque pra mim isso é uma terapia, eu considero como uma terapia, eu sentu lá pra triar e distraio, aí eu fico lá eu ponho a sacaria perto de mim, aí pego o branco no branco, o misto no misto, papelão no papelão, sacolinha na sacolinha e vai, né? Isso aí distrai a cabeça, e muitas vezes você está dentro de casa, você fica com a cabeça quente, né? Eu tô aqui não é tanto por causa do dinheiro, não, entendeu? Lógico, eu sou pobre, eu não tenho da onde tirar. Mas o que me trouxe pra cá não foi o dinheiro, foi pra conviver com as pessoas, porque eu não posso e não gosto, não posso ficar sozinha porque eu já tive depressão, né? Então, isso aqui é uma maneira de você estar convivendo com outras pessoas, se eu ficar dentro de casa me dá depressão, eu não aguento não. Eu tenho um filho em casa, que trabalha. Aí, vamos supor, ele trabalhado e se meu marido trabalhasse aqui sozinho eu poderia ficar em casa, né? Pra mim que tenho problema no braço, poderia ficar em casa, mas eu prefiro ficar aqui. Eu acho que o dia que eu não venho eu passo até mal, distrai bem. Só a gente que tá aqui é que sabe o quanto que isso aqui distrai a gente.” (ASSOCIADA 3)

“Por que se eu não trabalhar e ficar só do lado do meu marido, eu entro em depressão. Eu já fui quase morta com depressão, eu falei eu vou trabalhar. Eu não quero isso pra mim.” (ASSOCIADA 2)

Para um jovem com necessidades especiais⁴³ o acesso à COMARP também foi benéfico para sua saúde mental. Ele diz que este trabalho de triagem tranquiliza as pessoas e também o ajudou a sair da depressão.

⁴³ Uma deficiência mental, em função da falta de oxigenação em decorrência de complicações do parto.

“Aqui, vamos supor, a pessoa vem com a cabeça cheia de problema, se ela for pra ali e concentrar na triagem, a triagem ela vai tirando... a gente vai mexendo com o material e esquece os problemas, vai tirando muitas das coisas... às vezes a pessoa chega aqui nervosa, ela vai e começa a triar e no ritmo da triagem a pessoa... acho que vai tirando... igual já chegou várias pessoas nervosas e começou a mexer com material... só da pessoa começar a triar... eu acho que vai saindo os problemas... a triagem ela mexe com a cabeça da gente assim, a pessoa fala ah eu tô muito nervoso, é só ela começar a triar que ela vai acalmando. È por isso que eu falo que a triagem mexe com a cabeça da gente... ela acalma a gente... ela tira assim o nervosismo da pessoa. O meu negócio era só chorar, aí quando eu vim pra triagem eu fiquei bem.” (ASSOCIADO 6)

A distração para a cabeça também foi citada por outros associados que, embora não tenham problema de depressão, afirmam gostar do trabalho por este motivo.

“E eu, realmente eu gosto de mexer com isso, você distrai a cabeça, sabe? O dia passa... eu gosto.” (ASSOCIADO 36)

“O pessoal daqui se você falar: ‘não, eu não vou pagar nada vocês’, eles vêm sós pra ficar aqui... é uma terapia isso aqui. Então, muita gente não aguenta ficar sem isso. Quando é fim de semana ou quando tem feriado, o pessoal fica doidinho que termina o dia logo pra vim. Principalmente aquele pessoal mais antigo, que tem muito tempo que tá aqui, o pessoal é apaixonado com isso aqui. Faz bem pra eles, pro ego deles... não sei... eu acho que a maioria tem problemas muito sérios em casa então, isso aqui realmente é uma terapia pra eles.” (ASSOCIADO 21)

“Eu gosto de ficar fazendo esse trabalho, apesar do valor baixo, né, mas é aquilo que eu gosto de fazer, ficar lá, na lida. Às vezes, eu tô nervosa, aquilo me acalma, ficar ali mexendo, é um prazer que eu tenho, é ficar mexendo ali. Pra você ver, eu arrumei serviço, mas não quis ir.” (ASSOCIADA 16)

“Eu acho bom [...] Quando a Anita ia nas reuniões e falava que mexer na reciclagem era uma terapia, eu falava: você é doida! Sabe, é um serviço igual outro, mas terapia, quem falou que mexer com lixo é terapia? Só que hoje eu entendo que é mesmo. Porque quando eu tô muito cansada, cansada mentalmente, aí eu vou pra triagem. Aí eu tiro um sábado inteirinho, e vou pra triagem. Mas aí seu corpo fica muito cansado, mas sua cabeça fica boa demais, entendeu, porque aí você fica ó, papel branco, papel misto, papelão, plástico... você acha um monte de coisa diferente, então você se envolve e esquece de tudo. Então quando eu estou muito cansada, que minha cabeça tá esgotada mesmo, eu vou. A triagem tira o estresse da pessoa... é coisa de mente, o corpo não, toda vez que eu vou pra triagem, se eu não tomar dorflex, eu nem durmo. O corpo cansa, dói o corpo, entendeu. Com uma semana na triagem seu corpo já acostuma. Agora a mente... Eu gostaria de ficar uma semana só na triagem, não precisava nem de tirar 15 dias de férias. Porque eu acho que distrai a minha cabeça.” (ASSOCIADA 41)

Embora haja um número significativo de trabalhadoras que sentem o trabalho como uma forma de distração, como foi acima mencionado, há também um trabalhador que acha que o mesmo trabalho seja mentalmente cansativo, em função da quantidade de tipos de materiais que se tem que separar.

“Eu não tenho nada a reclamar, não. O material até hoje não me prejudicou com nada. Só tem uma coisa, aqui você cansa muito a mente. É o seguinte, você tem 4 sacaria ali, ali você põe o branco, ali o misto, o outro papelão e os PET, né? Tem revista, tem jornal. Aí você põe ali, aí você vai indo, vai jogando e vai indo você confunde a cabeça e vai jogando revista em papelão. O serviço que eu mais gosto de fazer é trabalhar na prensa, que é um serviço pesado, mas é menos cansativo, você não cansa a mente, quando você tá fazendo o fardo é uma coisa só, não tem

que ficar misturando. Se é PET, só faz PET, sacolinha, é só sacolinha. O que eu mais gosto é isso.” (ASSOCIADO 12)

3.2.9 O trabalho honesto

Foi ressaltado por diversos associados que, dentre as poucas alternativas que lhes são possíveis, pelos motivos já citados, a reciclagem é uma possibilidade de geração de renda de forma digna.

“Eu acho legal, acho bom, porque é um trabalho como outro, né? Porque a gente trabalha e ganha honestamente o dinheiro. Então, é um trabalho como outro. Porque trabalho sujo é o trabalho que é roubado e essas coisas assim. Mas aqui é um trabalho digno.” (ASSOCIADO 18)

Algumas das alternativas que se apresentam a eles são atividades ilícitas tais como o envolvimento com o tráfico de drogas, a criminalidade ou a prostituição. Ao optarem por outra atividade, eles acabam por se orgulhar de ter uma profissão, principalmente pelo fato de serem moradores de vilas, e terem convivido cotidianamente com estas questões, enfrentando muitas adversidades, mas não terem tido o destino de muitos dos seus vizinhos que se envolveram com as drogas e a criminalidade. O tráfico é apontado como uma atividade fácil e mais bem remunerada e, portanto, tem grande poder de seduzir as pessoas. Mas os priva de algo que tem muita importância que é poder estar com a consciência tranquila e sentir-se seguros, sem nada a temer.

“É difícil, é difícil demais da conta ser pobre hoje. Você é discriminado em tudo, é criticado. Então a opção que você tem é essa: uma é igual você viu, outra opção é vender droga, é roubar... eu prefiro virar meu lixo.... Porque eu posso levantar daqui, tomar meu banho e seguir lá fora de cabeça erguida. Eu criei dois filhos da maneira que eu tô te contando.” (ASSOCIADA 2)

“Igual à família dela (esposa) tem muita gente que mexe com droga e tá preso, sabe, por causa de falta de oportunidade. Muitos ganham muito pouco. Então, muitas vezes, acontece isso, não tem uma oportunidade maior de emprego, aí acaba procurando outros meios e acaba com fim triste, acaba perdendo a vida. Eu penso isso, eu quero crescer. Igual meu emprego, eu tô aqui por causa disso, é um serviço honesto. Sabe, se eu ver uma sirene ou um carro de polícia ali, eu posso dormir tranquilo. Eu não devo nada a ninguém, eu mexo com lixo, com muito orgulho, ganho o meu, dou alimento pros meus filhos, pago a pensão dos meus meninos todo mês e assim eu vou indo. O que é importante na vida de um homem é isso: ele saber chegar e entrar em qualquer lugar e sair. Então muitas vezes a pessoa não tem isso, esse sossego na alma.” (ASSOCIADO 36)

“Fica aqui, somos nós, que precisa. Por que aquela que tem possibilidade de arrumar de outra maneira, prefere aquele jeito.... mesmo que é arriscado, mas tem uns que prefere. Em matéria que eu tô dizendo pra maioria das mulher que saiu daqui é prá vender droga, mexer com essas coisas, é muito arriscado. Eu prefiro aqui. [...] pelo menos aqui eu vou criar minhas filhas e ver elas crescer... Eu não

quero ver minhas filhas em porta de cadeia não, então eu prefiro ficar aqui.”
(ASSOCIADA 14)

No entanto, apesar de considerar seu serviço digno, muitos desejam para seus filhos um futuro diferente. Para isto, se esforçam para que eles tenham oportunidade de estudar e tentar construir um futuro melhor.

“Eu trabalho muito, mas meus filhos graças a Deus tá tudo na escola porque eu já falei prá eles: ‘eu não quero que cresce e fica igual eu, sabe. Aí, mais tarde, lá pra frente precisa de mexer com. Eu não digo que é ruim, que eu não gosto, eu até gosto, já acostumei, mexer aqui no lixo, mas não é o que eu quero pros meus filhos, não. Eu penso alto pros meus filhos. O que eu não tive, eu quero que eles tenham.”
(ASSOCIADA 10)

3.2.10 O trabalho como fator de preservação ambiental

Embora este não seja um motivo que leva à permanência, ou seja, as pessoas não permanecem na COMARP em função da contribuição que oferecem à preservação do meio ambiente, é importante registrar a percepção delas de que o trabalho desenvolvido tem repercussões, para além da renda; com a reciclagem, estão atuando como agentes ambientais em prol da preservação do meio ambiente. O que pode ser observado pelas falas de 8 associados. Eles ressaltam a importância do seu trabalho na reciclagem para a preservação dos recursos naturais e das condições ambientais mais gerais, tais como o aquecimento global e a poluição das águas. Acreditam estar contribuindo, de alguma forma, para a melhoria dessas condições, embora saibam que ainda é uma ação bastante modesta, mas que os fazem sentir orgulho da profissão. Pensamos que, dessa forma, esse trabalho assume um significado positivo, que o difere de outros:

“Eu acho boa, pessoalmente, eu acho que você tá ajudando o mundo do jeito que tá hoje, né?! Igual tem muita gente que fala: ‘você vão salvar o mundo’. Aí eu falo: ‘nossa, eu espero’. Porque muitos materiais aqui se fosse jogado por aí, taria aí no chão, igual o plástico ele demora muitos anos pra deteriorar né, aí a gente tá fazendo um trabalho que tá ajudando bastante também, além do financeiro, tá ajudando bastante. Eu me sinto bem fazendo isso.” (ASSOCIADO 19)

“Ah, o meu trabalho, eu penso que eu tô ajudando o mundo, né? Porque o planeta Terra tá aí com essa poluição, então, como a gente tá reciclando aqui, muitas coisas que vão pro aterro né, que são milhares de anos pra decompor. Então, a gente fazendo isso, é uma forma de estar ajudando, né, a despoluir um pouco o planeta.”
(ASSOCIADA 13)

Já houve uma significativa mudança da percepção da sociedade em relação aos catadores levando ao reconhecimento desta atividade enquanto profissão, além da mudança de postura

da parte do poder público que, antes, reprimia a atividade e hoje apóia as iniciativas. Isso é constatado por alguns dos associados.

“Há muito tempo atrás, nós catador, não era nem reconhecido, mas, hoje, graças a Deus, já é. A Prefeitura chegava e tomava o material da gente, e levava o carrinho da gente e jogava água na gente. A gente era visto como ladrão, outra hora a gente passava com o carrinho na rua e eles ficavam falando que a gente era lixeiro. Hoje não, graças a Deus, nós conquistamos pelo menos nosso espaço como cidadão, né? Hoje, nós tem nossa cidadania. Nós somos respeitados como catadores de materiais recicláveis, e nós somos respeitados em todos os lugares onde a gente chega. A gente é um trabalhador como outro qualquer, de uma empresa grande aí. Nós somos a mesma coisa porque o que nós faz é benefício não só pra nós, mas pra a comunidade toda. Que é tirando os material da rua.. Ganhando o nosso sustento e ajudando o meio ambiente também. É um bem danado que nós faz.” (ASSOCIADA 38)

No entanto, apesar de relatarem uma melhora no que diz respeito à visão que a sociedade em geral tem sobre os catadores/recicladores, percebe-se ainda que há o que melhorar, pois, em algumas situações eles ainda sofrem discriminação e preconceitos. Um dos fatos citados foi o de uma empresa vizinha que lavou com água e sabão seu passeio após alguns trabalhadores da COMARP se deitarem lá depois do almoço para descansarem, fato que causou indignação em muitos deles. Além disso, o fato de o material que a sociedade, em geral, encaminha para a reciclagem ir também com muita impureza e lixo mesmo é um sinal de que nem sempre está clara a diferença entre material reciclável e lixo.

“Hoje já mudou bastante o entendimento das pessoas. Antigamente, a gente percebia que relacionava o lixo com o puxador da carrocinha, com a pessoa que dormia na rua. Então, mexe com lixo é mendigo. Tanto que a minha madrasta sempre liga pra mim e fala: ‘nossa, como é que você consegue, eu fico pensando que será que não tem outra coisa pra você mexer? Porque esse negócio de mexer com lixo...’ Aí você percebe que ainda tem esse negócio. A minha filha mexendo com lixo... então, tem meio que um preconceito. Uma amiga minha, na época que a gente tava começando na rua, ela quando me viu, essa menina lá da igreja ela chorou. E falou comigo assim: ‘nossa, porque você não me falou que você tava passando necessidade, que a gente reunia e fazia uma cesta básica’. Eu falei assim: ‘não, eu não estou passando necessidade não, esse é o meu trabalho, entendeu?’ Então, quando a gente coletava na rua a gente ganhou algumas coisas, as pessoas davam: ‘olha tá limpinha a comida pra você comer’. Como se você estivesse passando fome, e não entendiam que é opção de trabalho mesmo.” (ASSOCIADA 41)

“Eu já fui discriminada, dentro do Fórum Lafaiete. Eu fui no Fórum, aí, o juiz me perguntou em que eu trabalhava. Aí, eu falei: ‘eu trabalho com reciclagem’. Aí, ele pegou e falou assim: ‘o que é reciclagem?’ Eu falei: ‘reciclagem é assim o material que a gente pega e tria ele pra revender. Só que é lixo.’ Aí ele perguntou pra mim: ‘você não tem vergonha de trabalhar dentro do lixo, não?’ Eu falei; ‘não. Eu não tenho vergonha de trabalhar dentro do lixo não porque é de lá que eu tiro o meu sustento e o sustento do meu filho.’ Ai, o advogado que estava me acompanhando pegou e falou: ‘não é vergonha nenhuma, o importante é ela estar trabalhando. É o serviço honesto dela.’” (ASSOCIADA 1)

3.2.11 Os objetos e valores achados no lixo

O acesso ao que foi descartado foi bastante citado pelos associados. Em uma das observações uma associada que retriava os plásticos separava alguns vidros. Depois juntou todas as “sobras” de xampu em um único vidro, as de cremes de cabelo em outro e de creme hidratante em outro. Quando havia pouco ela enchia o vidro com água, sacudia e depois virava em outro vidro. Saiu com o de xampu cheio e o de creme de cabelo quase cheio. Disse-me que ela sempre anda muito cheirosa e bem cuidada com as coisas que acha no lixo, que o marido dela adora, e que ela não precisa gastar dinheiro com essas coisas. Essa mesma associada relatou que já encontrou um jogo de baixela de inox novinho na caixa, que ela acha que foi para o lixo por engano, pois estava dentro de uma grande caixa de papelão, em meio a outras caixas e papéis de presente, flores, cartões de felicitações pelo casamento.

Em outra observação, no final da tarde, outra associada juntava um cofre de porquinho e uma *bomboniere* de vidro que tinha a base quebrada, dizendo: “isso aqui é só colocar um durepox que fica novo. Vai ficar lindo lá em casa, e ninguém vai falar que era lixo”. Ela também comia um biscoito achado no lixo. Disse que estando fechado e na data de validade, não tinha problema. Brincou: “se eu não morri até hoje”.

Além disso, em algumas das entrevistas, foi citado também este fato de acharem coisas no lixo que são reutilizadas, tais como ferros elétricos, batedeiras, rádios, relógios, celulares, MP3, bijuterias, assadeiras de pão, ventiladores e até dinheiro, como foi o caso de acharem R\$ 200,00 em um envelope. Como os bairros nos quais a coleta seletiva está implantada são de moradores com maior poder aquisitivo, muitos objetos em condições de uso são descartados e recuperados pelos associados.

“A gente acha muita coisa aqui também, viu? Eu já achei 2 ferros novinhos, nós já achamos 3 rádios...rádio-relógio, rádio-fone, toca-fitas e tudo. Lá em casa tem 6 relógios que eu achei aqui. Acha lâmpada boa, funcionando. Acha dinheiro também, a moça achou R\$ 200,00 outra achou R\$ 450,00, que o pessoal coloca no envelope e esquece e joga no lixo. (...) Aqui é bom porque a gente trabalha alegre, não dá nem vontade de sair, porque a gente já acostumou achando as coisas. Então, além de ganhar o dinheiro, a gente acha muita coisa. Eu acho bom demais não tenho vontade de sair, não.” (ASSOCIADO 35)

Assim, a possibilidade de encontrar objetos úteis e até mesmo de valor no lixo, também pesa na decisão de permanência.

CAPÍTULO 4 OS FATORES PARA A DESISTÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO

4.1 A baixa retirada

Muitos associados afirmam que as pessoas ficam enquanto não conseguem outro trabalho, mais bem remunerado. Assim, acabam ficando os que têm menos chances de obter isso fora da COMARP. Algumas pessoas ficam, temporariamente, se preparando para tentar conseguir um trabalho melhor.

“Outros saem porque arrumou outro serviço, mas no meu caso mesmo eu fiquei porque eu não tava arrumando serviço nenhum.” (ASSOCIADA 18)

Como não são todos os associados que conseguem uma boa retirada, a busca por um trabalho de melhor remuneração ainda é bastante presente na COMARP.

“Muitos (que saem) chegam dizendo pra Neide que arrumou trabalho, pra ganhar melhor.” (ASSOCIADA 40)

“Eu tô estudando agora, vou tentar concurso, pra ver se melhora. Assim, eu acho que todo mundo quer melhorar. Eu quero melhorar, mas assim, não por causa do serviço, entendeu? Se eu chegar a sair daqui não porque eu não gosto do serviço, mas realmente é porque eu quero uma coisa melhor.” (ASSOCIADO 39)

Um importante fator que contribui decisivamente para a desistência das pessoas de permanecer na COMARP é ter uma baixa retirada. Se um sujeito se dispõe a trabalhar com esse tipo de material, a realizar grande esforço físico, a sujeitar-se ao sol é porque espera que isso seja financeiramente compensador, de modo que, se a retirada for baixa, as pessoas geralmente saem da associação. Veremos a seguir alguns aspectos relacionados com a baixa retirada.

4.1.1 A dificuldade inicial de agilidade na triagem

Pela falta de conhecimento e prática, os novatos que nunca trabalharam com a triagem, no início, não têm muita produtividade e, conseqüentemente, sua retirada é baixa. São vários os materiais que precisam ser identificados pelos atributos cor, densidade, além do fato de requerer uma memorização do tipo que se encontra em cada *bag*, pois, geralmente, ao redor do associado ficam abertos 12 *bags*. Então, além da habilidade de jogar os materiais e acertar cada saco há um trabalho mental, de atenção, ou, nas palavras de uma associada, “tem que pôr a cabeça pra funcionar”. O retrabalho é muito frequente, seja pela confusão na classificação,

seja por colocarem o material em *bag* errado. Essa dificuldade fica evidente no seguinte depoimento:

“(o primeiro dia de trabalho) foi horrível, eu fiquei desorientada. Porque cada coisa tem que ter seu saco, né, pra colocar. Um saco pra jornal, pra misto, pra branco, são tudo misturado... e eu confundia tudo, né? Colocava o branco no misto, o papelão junto com outro, nossa, era uma confusão! Aí a Tereza teve boa vontade de ensinar e eu peguei a prática, assim, e achei legal! (ASSOCIADA 13)

São os próprios associados da equipe que ensinam os novatos. Geralmente, sentam-se mais próximos e vão explicando os tipos de materiais. Continuam por perto, pois, por um certo período, o novo associado ainda tem dúvidas e quem está treinando tem que ajudá-lo. O período necessário para a aprendizagem do trabalho da triagem varia de uma semana a um mês, conforme cada pessoa. Por isto, dizem que, “ter paciência” é essencial para quem está ensinando, pois, às vezes, o novato pergunta muito, mesmo após vários dias de trabalho.

Conhecer o tipo de material que é mais rentável, também faz parte desse conjunto de novas habilidades necessárias. Geralmente, os associados têm que triar todo o material e não podem escolher apenas os de melhor preço. No entanto, quando há um excesso de material no galpão, a triagem precisa ser feita mais rapidamente e não é tão minuciosa a ponto de não deixar qualquer tipo de material se tornar rejeito. Nestes momentos, ao reconhecer os materiais de melhor preço eles conseguem tornar melhor sua retirada.

A rapidez é adquirida com o tempo como se pode perceber:

“Quando eu comecei era 200, 300... 200, 300 (quilos por mês). Hoje (5 anos depois), chega até 4000 (quilos). No mês passado, foi 4 toneladas, agora esse mês, deve ser uns 2 ou 3 mil (quilos).” (ASSOCIADO 27)

Além disso, esta aprendizagem nunca está acabada, pois há constantes mudanças nas exigências dos compradores, materiais que não eram comprados passam a ter mercado e, outros, que antes eram vendidos, deixam de ser. Então, entendemos que, conhecer os materiais, aprender a triar e adquirir agilidade também diz respeito a adaptar-se ao serviço ou “acostumar-se” com ele, como disseram muitos entrevistados. É necessário ter persistência, insistir no processo de aprendizagem até conhecer efetivamente a atividade e o quanto se consegue obter de renda com ela. Ocorre que, muitas pessoas, não tendo outra renda familiar, não podem esperar este tempo, pois a sobrevivência da sua família pode ficar comprometida. Assim, não é todo novato que, não sendo rápido no início, pode esperar 3 ou 4 meses com uma retirada muito pequena para ver se realmente compensa permanecer:

“Não fica porque não adapta com esse serviço. Porque um mês não dá pra você ver o lucro, nem a renda que você tira. Você só vai ver depois de uns 3 meses. Porque é com o tempo que você vai conhecendo os tipos de materiais. Tem hora que até eu, que já estou esse tempo todo aqui (2 anos e meses), fico confusa, porque é muito

nome de material, muito tipo de material. Cada época vem um comprador comprar e exige: ‘Eu quero é assim. Isso aqui é isso, aquilo ali é aquilo.’ Isso, às vezes, confunde muito a cabeça das pessoas. Então, eu penso que a adaptação é que é difícil... e a renda...na verdade é a renda.” (ASSOCIADA 5)

“No início quando eu entrei aqui, nos primeiros 3 meses eu não tava tirando nem meio salário. Aí, eu falei assim: ‘não... eu vou insistir’. Aí depois eu animei mais e nos 4 meses eu tô tirando razoável.” (ASSOCIADA 19)

Além disso, alguns associados são mais lentos no ritmo de triagem, mesmo quando deixam de ser “novatos” e não estão passando pela aprendizagem da triagem. Mas, existem também outras dificuldades apontadas pelos associados para a queda na produtividade, tais como as questões pessoais. Uma delas falou dos problemas com os filhos:

“Agora eu tô triando muito pouco por causa dos problemas que eu tenho em casa e tá me deixando angustiada. Aí, eu começo a trabalhar e tem hora que eu desanimo. (...) Quando eu estava com minha mãe, recolhia tudo de noite, pra no outro dia triar. Era completamente diferente daqui, então, eu triava muito mais rápido. Mas com os problemas que eu tô em casa... Eu tô com minha cabeça... não vai, eu trio pouco, porque minha cabeça tá mais lá nos meninos que aqui.” (ASSOCIADA 22)

Mas é importante ressaltar que nem todo novato tem muita dificuldade de aprendizagem e tria pouco, como parece ser o caso da associada 34, que conseguiu triar 1200 kg nos primeiros 7 dias de trabalho. Outro caso é o da associada 33, que em três dias de trabalho triou 350 kg. Esta última fala que o trabalho de separação das mudas de eucalipto que fazia quando trabalhava na roça, antes de vir para a COMARP a ajudou a ser ágil na separação. Ela considera já estar “acostumada” a separar.

A questão da produtividade é sempre importante porque ela determina o valor da retirada de cada um. Mas é também importante para o grupo porque a associação tem uma quantidade de material a receber mensalmente acertada em contrato com a SLU. Assim, é interessante que as pessoas tenham boa capacidade de triagem. Quando esta é baixa e, conseqüentemente, a retirada também, as pessoas tendem a não permanecer na COMARP.

Achamos importante frisar, por outro lado, que está na associação, há um ano, um jovem que tem problema mental, cuja retirada é baixa. Há também duas idosas que também têm retirada baixa e que estão, lá, há 2 anos e 4 anos, respectivamente. A associação possui esse caráter social de manter algumas pessoas que não teriam outra oportunidade, independentemente de sua produtividade. Mas para tanto, precisa ter no conjunto dos associados, pessoas mais ágeis, de modo a compensar as que triam pouco e conseguir cumprir sua meta de recebimento de material.

4.1.2 A queda de preços no mercado

Mesmo com o aumento da quantidade de material recebido, por meio da coleta seletiva, e o consequente aumento da quantidade de material triado, a renda dos associados não tem aumentado conforme o esperado, pois o valor de mercado dos materiais reciclados caiu drasticamente, desde novembro de 2008. Segundo a direção da Associação, há oscilações anuais habituais, com queda de preço entre novembro e fevereiro. No entanto, este ano, em função da crise mundial, houve uma queda maior e não há, até o momento (junho de 2009), uma perspectiva de retomada dos valores. Segundo matéria do Jornal O Tempo (19/03/09), os materiais recicláveis registram queda de 60% do preço, e a renda mensal dos catadores foi reduzida entre 50% e 70%.

TABELA 4

QUEDA DOS PREÇOS DOS MATERIAIS

Valor por quilo

Tipo de Material	Setembro de 2008	Janeiro de 2009
Papelão Especial	R\$ 0,47	R\$ 0,12
Papelão Fino	R\$ 0,37	R\$ 0,10
Jornal	R\$ 0,27	R\$ 0,08
Papel Misturado	R\$ 0,15	R\$ 0,01
Papel Branco	R\$ 0,47	R\$ 0,30
Plástico	R\$ 1,00	R\$ 0,60
Plástico PET	R\$ 1,20	R\$ 0,60
Ferro	R\$ 0,28	Parou de ser comprado

Fonte: Jornal O Tempo de 19/03/09⁴⁴

Esta situação tem sido denunciada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) que realizou no dia 18 de março de 2009, em Belo Horizonte, um ato público, com 1.200 catadores de 65 municípios, “exigindo melhoria no trabalho e intervenção do poder público diante da crise econômica, além da contratação dos catadores pelos serviços prestados aos municípios.”⁴⁵

Segundo o coordenador nacional do MNCR no estado de Minas Gerais, Luiz Henrique da Silva, “entre setembro e janeiro, o preço do quilo de papelão especial baixou de R\$ 0,47 para

⁴⁴ Fonte: <http://www.otempo.com.br/otempo/noticias/?IdNoticia=106166>

⁴⁵ Fonte: http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/atingidos-pela-crise-catadores-de-material-reciclavelpedem-providencias

R\$ 0,12; o papelão fino, de R\$ 0,37 para R\$ 0,10; o jornal, de R\$ 0,27 para R\$ 0,08; o papel misturado, de R\$ 0,15 para R\$ 0,01; e o papel branco, de R\$ 0,47 para R\$ 0,30”.⁴⁶

Tal fato é percebido pelos associados como um dos principais fatores de rebaixamento da renda e tem levado a uma desmotivação geral. Na esperança de conseguir melhorar a retirada mensal, muitos associados têm tornado o ritmo de trabalho ainda mais intenso, mas, mesmo assim, há uma queda muito grande em relação aos períodos anteriores.

“Olha pra você ver, sucata seis centavos, latinha um e quarenta, branco trinta e oito, o PET tava quase dois reais o quilo e lá vai pra trinta e cinco centavos, então... tem hora que eu penso assim: ‘eu que pago passagem... tem que trabalhar demais, uai.’ É difícil demais pra gente sô...e a gente fica pensando assim: ‘ah, mês que vem vai aumentar, mês que vem vai aumentar.’ Um dia vai aumentar, mas a gente fica nessa expectativa, querendo que aumenta. Porque se você o preço do material tiver mais alto aí você anima, né? A única coisa que eu fico triste é que você trabalha muito, igual hoje eu cheguei tarde, mas meu horário de chegar aqui é 6:30, 7:00, e na hora de ir embora é 7:30, 8:00 da noite, e, aí, quando chega no final do mês, é aquele tiquinho de dinheiro. Aí você desanima.” (ASSOCIADA 17)

“Eu tiro cerca de uns R\$ 700,00 com o material baixo, porque se tiver bom, absolutamente, uns R\$ 1.000,00 eu tiro. Na Asmare, eu tirava R\$1.000,00, R\$ 1.200,00.” (ASSOCIADA 26)

Por outro lado, como o preço do material caiu, chega, atualmente, até a associação maior quantidade de alguns tipos de materiais que chegavam em menor quantidade quando o preço estava bom, como é o caso, por exemplo, do jornal. Embora haja a queda de preço dos materiais recicláveis, a presidente da associação afirma que já houve outros períodos de preços piores e que os associados já enfrentaram condições mais adversas que a atual, no que se refere ao valor da retirada. Entretanto, como são poucos os que estão, lá, há mais tempo, muitos deles, não conseguem fazer essa avaliação, segundo ela.

Ainda quanto ao mercado, a baixa retirada também está relacionada ao fato de a associação vender para comerciantes intermediários, os “atravessadores”, a preços menores. Faz-se necessário avançar na cadeia produtiva, passando a vender diretamente para as indústrias recicladoras, recebendo maior valor. Esta ação está em curso por meio da constituição da REDESOL, uma Central de Comercialização da qual a COMARP faz parte.

⁴⁶ Fonte: http://www.mnrcr.org.br/box_2/noticias-regionais/atingidos-pela-crise-catadores-de-material-reciclavelpedem-providencias

4.1.3 A falta de condições adequadas para realizar a triagem

Hoje, excetuando-se os novatos, os associados da COMARP já possuem conhecimento e habilidade de triagem, recebem uma quantidade satisfatória de material e contam com um espaço de trabalho, que, ainda que não seja o ideal, possibilita a realização da triagem. No entanto, com a ampliação da coleta seletiva na cidade, desde o final de 2008, a quantidade de material encaminhado à associação quintuplicou, passando de 30 t recebidas, em 2007, para 158 t, em 2009. Com isto, o galpão tem permanecido completamente lotado de material, prejudicando a triagem. Sem espaço adequado, as pessoas têm que, frequentemente, interromper a triagem para dar espaço de circulação aos caminhões e essas constantes pausas, além de diminuir a quantidade de material triado, cansa os trabalhadores que têm que ficar arrastando os bags pesados e aumentar a jornada de trabalho para compensar o tempo parado. No galpão 1, a dificuldade com as interrupções do trabalho também é sentida. No entanto, lá, os associados têm que ficar mudando de lugar para tentar se abrigar do sol.

“À tarde e à noite é melhor (para triar) porque não tem movimento, não tem entrada de caminhão. Na parte da manhã, assim, sempre vem o pessoal da CRB, pegar o material, vem o pessoal que vem descarregar o lixo. Às vezes, vem pegar o rejeito, então, é muito ruim, sabe? Porque você sempre tem que ficar parando e saindo do lugar, porque a gente tá apertado. Então à tarde fica mais tranquilo, porque você senta e fica tranquila ali. Então eu acho que dá prá trabalhar melhor.” (ASSOCIADA 13)

“Tem dia que tem muito caminhão, aí, tem que ficar saindo do lugar. Aí, tem que ficar mudando toda hora, pro caminhão entrar. Aí, fica difícil. A gente tria pouco, atrapalha tem horas. Em dia de caminhão aqui, a gente não tria quase nada porque a gente não para no lugar, tem que ficar andando pra lá e pra cá. (...) O caminhão vem terça, quinta e sexta-feira, aí, eles vêm o dia inteiro. Aí, a gente tem que parar arrastar os sacos pro caminhão passar.” (ASSOCIADA 40)

Assim, mesmo achando que o trabalho com a reciclagem é honesto, alguns sonham com algo melhor. Ter uma melhor retirada significa ascender a outro patamar, alcançando uma condição mais estável e dando maior conforto para os seus. Novamente a preocupação com o futuro dos filhos merece destaque, pois esse trabalho com melhor remuneração daria aos associados a possibilidade de lhes oferecer melhores condições de vida.

“Queria carteira assinada, um salário maior, ter condições de pagar uma escola particular pro meu filho ficar, entendeu? Dar ele um conforto maior, dar ele as coisas que ele quer.” (ASSOCIADA 1)

4.2 As condições de trabalho: as diferenças na estrutura física dos galpões e a exposição ao sol

Como já foi dito, atualmente, os associados da COMARP desenvolvem a atividade de triagem em dois galpões, sendo que o galpão 1 não possui área de triagem coberta, ficando os associados expostos ao tempo. Tais condições interferem na produtividade, pois, com o sol, os trabalhadores rendem menos pelo cansaço e, por terem que movimentar constantemente os *bags*, à procura de sombra. No período de chuva, há o transtorno de molhar o material e os próprios trabalhadores. No galpão 2, que é totalmente coberto, alguns associados também apontam para condições de trabalho insatisfatórias, tais como a pouca ventilação e o calor.

A exposição ao sol foi citada por 11 associados como fator que contribui decisivamente para a desistência das pessoas do trabalho na associação, como pode ser percebido pelos relatos abaixo.

“Passa muita gente e não fica, porque ninguém aguenta sol, não: ‘Ah, eu vou ali tomar um cafezinho e já volto’, e nem aqui aparece. Ninguém aguenta sol não, eu acho que é só nós mesmo que já tá acostumado e precisa. Porque já passou tanta gente aqui. Não fica por causa do sol, é sol demais ainda mais de tarde, ali na frente. O sol castiga a gente. Duas horas já não tem sombra mais, aí no caso a gente tinha que passar pra dentro, mas como é que passa? Tem dois caminhão lá dentro.” (ASSOCIADA 30)

“Nesse galpão aqui debaixo eu acho que (sai) é por causa do sol. É descoberto, então, a gente fica muito debaixo do sol, chuva, não tem proteção. Eu acho que isso influencia muito. Porque muita gente que trabalhou perto de mim reclamou disso, que não tava mais aguentando o sol, né? Aí, não fica mesmo. É chuva, sol... tem gente que não aguenta. Eu acho que o maior problema é esse mesmo, o local de trabalho aqui, porque se fosse um galpão coberto, eu acho que o pessoal ficava mais.” (ASSOCIADA 19)

“O pessoal chega aí, eu trouxe duas colegas, meninas novas, a Patrícia e a Poliana, ficou aí um dia no sol, quando chegou de tarde elas não quiseram vim mais por causa do sol. Às vezes, se não tivesse esse sol, elas tava aí trabalhando até hoje. Quem aguenta ficar tomando sol?” (ASSOCIADA 16)

“Por enquanto, eu vou ficando, mas se o sol ficar agindo desse tanto eu não vou ficar não.” (ASSOCIADA 26)

Uma delas chegou a sair da COMARP, anteriormente, por este motivo e retornou apenas quando passou a existir outra condição de trabalho, com a cessão do galpão coberto.

“Eu fiquei dois dias (no galpão 1) e não gostei não, fui embora. Porque lá trabalha no sol, você já viu? Trabalha no sol muito quente. Aí, eu tomei o sol da manhã todinha...De tarde choveu e eu fiquei na chuva porque não tinha como entrar pra dentro do galpão. Aí, eu falei: ‘isso não dá prá mim não, senão eu acabo adoecendo aqui.’” (ASSOCIADA 10)

Mas há quem prefira trabalhar no galpão 1, onde há maior exposição ao sol, por achar que nele há mais espaço para a triagem e é mais ventilado.

“Nossa, no outro (galpão 2) eu não gostei não... Quando a gente foi pelo menos, é muita gente e é muito material. Aí, a gente tá trabalhando e o caminhão chega, aí, a gente não sabe aonde a gente joga os trem da gente. Aí, quando a gente vai procurar a gente não acha mais, já embolou tudo. Lá é muito ruim pra trabalhar. Porque eu já acostumei aqui (galpão 1). Também, né...tem gente que vem de lá de cima também e não gosta de trabalhar aqui.. Acho que a maioria que trabalha aqui não gostou não e a maioria que trabalha lá não gostou daqui.” (ASSOCIADA 25)

“Lá em cima (galpão 2), lá é muito quente, por causa das telhas, e é muito apertado. E eu gosto de coisa grande, igual aqui (galpão 1), que aqui eu não encosto em nada, aqui eu tô livre, eu gosto de liberdade, mesmo.... então, eu não gosto de nada que me aperta.” (ASSOCIADA 16)

“Lá em cima, no outro, (galpão 2) é muito abafado. Um calor que vai subindo na gente, ah não, eu prefiro ficar aqui embaixo mesmo. Eu fiquei lá em cima lá, mas não aguentei ficar lá não. Aquele abafamento quente, e a gente ficou lá atrás, lá no fundão, nossa, horrível, prefiro aqui mesmo.” (ASSOCIADA 30)

4.3 O trabalho ao sábado

Embora a flexibilidade de horário tenha sido citada como um fator positivo para a permanência das pessoas, três associadas reclamaram da obrigatoriedade do trabalho aos sábados. Cada equipe trabalha em sábados alternados e, dessa forma, as mulheres não podem utilizar esse dia para cuidar dos seus afazeres domésticos. Estas tarefas, que ficam a cargo delas, acabam tendo que ser realizadas aos domingos e elas não descansam, passando 15 dias corridos trabalhando.

“Eu acho chato é ter serviço sábado, sabe por quê? A gente sai pro serviço 5:45 todo dia, eu chego aqui 6:10, 6:20 e, pra sair, eu não tenho horário. Tem dia que eu saio 3, 4, 5, 6 horas daqui. Eu sempre ajudo no máximo que eu posso a triar pra poder dar espaço pra vim mais material. (...) Ah, não, mas no sábado a gente já tem tanta coisa. Mas no sábado eu acho que devia ser liberado. Quem quisesse vinha, quem não quisesse não viesse. Eu, por exemplo, não vinha. Então, se não melhorar essa parte eu volto pra Asmare (onde o trabalho ao sábado é facultativo).” (ASSOCIADA 26)

“Serviços gerais é melhor, porque é de segunda a sexta só, e aqui tem sábado sim, sábado não. O sábado a gente quer ficar em casa dar uma faxina, aí você dá faxina dia de domingo e não descansa nada. Aí na segunda-feira você já tá cansada a mesma coisa.” (ASSOCIADA 30)

4.4 O contato com o lixo

O trabalho de triagem consiste na separação por tipos dos materiais recicláveis. O caminhão da coleta seletiva traz os materiais até a associação e os vira no chão. Os galpões ficam então com “montanhas de lixo”, que, no caso do galpão 1, fica exposto às intempéries climáticas, tomando sol e chuva. A maioria dos materiais trazidos pela coleta seletiva domiciliar não chega limpo à associação. Assim, o cheiro do material é muito forte e desagradável, principalmente, os da Tetra Pak⁴⁷, cujo odor azedo e podre é intenso. Quando o material molhou, no final do ano de 2008 e no início de 2009 por causa das intensas chuvas, ficou “pegajoso”, com uma “baba” e um cheiro muito ruim.

Além disso, não sabemos se era devido à desinformação da população, em geral, no sentido de saber o que enviar e o que não enviar para a reciclagem. Se por causa da confusão dos dias de coleta do lixo convencional e da coleta seletiva, ou se por falta de consciência ou por descaso. Não sabemos se a população não entende que a coleta seletiva não vai para um “lixão”, mas para galpões de triagem, onde pessoas farão a triagem, muito material impróprio é encaminhado para a coleta seletiva. Material que retarda a triagem aumenta o nível de rejeito e, principalmente, torna o serviço insalubre. Foram relatados casos de animais mortos, fezes, fraldas usadas – tanto as geriátricas quanto as para bebês – restos de comida, seringas, dentre outros terem sido encontrados no material da coleta seletiva.

Dessa forma, por ser o trabalho uma atividade com o lixo, que por si só já tem um sentido pejorativo, muitas pessoas não permanecem por não “se adaptarem” a ele, ou seja, por não gostarem de estar envolvidas com dejetos. Este fato foi citado por 24 dos 40 associados como sendo um fator que contribui para a desistência do trabalho na COMARP.

“Tem pessoas que chega, eles vem faz a ficha, quando vem que chega no primeiro dia de trabalho eles olham e: ‘nem... Deus me livre, isso não é pra mim não. Eu fiz a ficha mas achava que ia ser diferente, eu não vou mexer com lixo, isso não é pra mim, não’. E vai embora.” (ASSOCIADA 2)

“Esse tipo de material, o reciclado, isso aí depende muito da pessoa, da força de vontade, porque uma coisa, isso aí não é feito pra qualquer um não. A pessoa tem que ter força de vontade e tem que ter estômago também pra aguentar, porque tem coisa que a gente encontra nesse negócio aí que eu vou te falar, se não tiver estômago, quando ele chegar em casa ele não come, não.” (ASSOCIADA 12)

⁴⁷ Embalagens longa vida, composta de camadas de plástico, alumínio e papel, comumente utilizadas na embalagem de alimentos como leite e sucos.

A adaptação necessária à permanência, o “acostumar-se” com o trabalho, diz respeito a conseguir conviver com o cheiro e o aspecto do material a ser manuseado. De modo que quem “acostuma” com o cheiro e os demais aspectos do lixo tende a permanecer, enquanto quem não consegue “acostumar-se” tende a não ficar na associação. E, para acostumar-se, é necessário certo tempo, como fica claro nos relatos abaixo.

“(a sensação de trabalhar com lixo) não foi muito boa, não. Porque, às vezes, igual época de chuva mesmo, o material vem muito molhado. Às vezes, o papel cola um no outro, às vezes, vem comida, sabe, então, é bem nojento. Mas com o tempo você acostuma. Minha irmã, você tinha que ver quando ela entrou aqui... pegava desse jeito no material (com a ponta do polegar e do indicador) eu falei: ‘minha filha, se você continuar assim você não vai fazer nem pro café’. Aí, agora, já acostumou. Com o tempo que você vai mexendo, aí você acostuma com aquilo.” (ASSOCIADA 13)

“Quando eu comecei a mexer, eu ficava com nojo, aí, foi passando o tempo, foi passando o tempo, e eu não queria ficar em casa. Eu passei a querer ir pra rua mesmo, pra mim catar os papel e tudo. Às vezes, eu achava coisa nojenta e já deixava pra lá, nem abria. E passei a gostar de mexer no lixo.” (ASSOCIADA 23)

Além desse tempo necessário para “acostumar-se” ao trabalho, também fica claro que outras motivações são necessárias para a permanência na associação. Se a renda obtida for considerada satisfatória ou se o sujeito não tiver outras oportunidades e a necessidade de renda for grande, há uma tendência de as pessoas minimizarem os aspectos negativos e passar a encarar este trabalho como “outro qualquer”.

“É muito ruim, é muito ruim mexer com o lixo... eu ficava assim... mas a gente acaba acostumando. Não sei se é tanto pela necessidade de trabalhar, mas a gente acaba acostumando a mexer no material e acha normal.” (ASSOCIADA 19)

“Nos primeiros dias é difícil mesmo. Igual eu, por exemplo, eu nunca tinha mexido, então quando você toca assim, você abre uma sacola assim e tá cheia de bicho mexendo, o estômago embrulha e tal. Mas aí você pensa assim: ‘agora é hora de almoçar, aí, pronto, acabou.’ Então, é difícil. Então, quando as pessoas vêm e de repente a primeira sacola que eles abrem é de bicho, então, eles desanimam e vão embora. E eu acho também que... eu cheguei a essa conclusão... igual eu...eu tô com 46 anos, e eu já passei por muita coisa, entendeu? Eu já sofri muito, já desisti de muita coisa. Acho que é por isso que hoje eu não quero desistir.” (ASSOCIADA 4)

“Ah, é horrível! Porque, às vezes, você encontra coisa que você não espera encontrar, igual bicho... às vezes, a gente rasga a sacola e na hora que abre, que rasga a mão já sai puro bicho. E isso é chato, né? Às vezes, uma comida azeda, uma carne podre...um cheiro horrível no nariz da gente, mas aí a gente vira a cara pro outro lado e deixa passar, né? Porque tá precisando pagar as contas. Mas não é bom, não. Quem tem estudo e pode e consegue ter um serviço digno, eu acho que deve procurar. Porque ganha dinheiro, ganha, mas não é fácil mexer, não.” (ASSOCIADA 10)

O impacto para os novatos que nunca trabalharam com o lixo é muito maior. Houve relatos de pessoas que tiveram ânsia de vômito nos primeiros dias de trabalho. Outro caso ilustrativo da dificuldade em trabalhar com esse tipo de material é o de uma novata que desistiu no primeiro

dia de trabalho, pois sentia tanto nojo que não conseguiu almoçar. Outros exemplos são dados a seguir:

“No começo, quando eu entrei aqui na COMARP eu também fiquei assim , duas semanas e eu quase desisti. Eu falei: ‘ô, gente, eu acho que isso não é pra mim, não’. No começo, mas depois a gente vai acostumando e acha normal, acha natural. Mas assusta, muita gente chega aqui e vê esse tanto de lixo e assusta, não fica mesmo.” (ASSOCIADA 19)

“Nesse dia mesmo, tinha umas moças lá de cima que começaram a passar mal mesmo, tiveram até que ir embora. Porque veio fazer mutirão no lixo molhado, tava até escorregando, fizeram vômito mesmo, tiveram que ir embora, e não vão continuar não.” (ASSOCIADA 25)

“Saem porque elas não estão acostumadas, né? Aqui no lixo, é muito nojento, tem dia que vem muita porcaria nele, então a pessoa não é acostumada a pegar nisso. Aí, prefere sair do serviço”. (ASSOCIADA 38)

De modo que se a necessidade da renda não for muito grande ou se a pessoa tem ou vislumbra outras possibilidades, a chance de permanecer na associação é pequena. Esta dificuldade de se adaptar ao tipo de trabalho é ilustrada pelo fato de 40% das pessoas que ingressaram na COMARP, terem saído antes de três meses. Aquelas que já trabalhavam com a reciclagem, já estavam “acostumadas” com o tipo de material e, portanto, se adaptavam facilmente.

Mesmo para os que permanecem, é desagradável o trabalho com os tipos de lixo considerados piores, que eles denominam de “lixo velho”, pois neles o cheiro é pior e, muitas vezes, por não conterem apenas material inorgânico, chegam a dar pequenas larvas brancas. Trabalhar com esse material, mesmo aos veteranos, causa nojo. Mas eles fazem uma diferenciação do “lixo novo”, que é aquele recebido recentemente e, portanto, não tem cheiro tão ruim nem bichos. Os veteranos também conseguem desenvolver estratégias de reconhecer esses diferentes tipos de material e a perceber os sacos com “lixo velho” e, assim, não chegam nem a abri-los.

“Tem gente que faz vômito, tem gente que não suporta, o estômago embrulha. Eu não, quando eu pego a sacolinha e eu vejo que é lixo, eu nem abro. Porque dá pra sacar, né? Eu nem abro, ponho lá no lixo.” (ASSOCIADA 18)

Há também o constrangimento por trabalhar com o lixo. Muitas pessoas não ficaram por acharem este tipo de trabalho muito humilhante, preferindo não revelar sua atividade. No entanto, embora seja citado que o material ainda vem bastante impuro, há a percepção, por parte de alguns, de que a qualidade do material já melhorou.

“Hoje em dia, tá mais selecionado. Depois que a gente fez implantações na Pampulha⁴⁸, melhorou muito mesmo. Às vezes, capricham na caixinha de leite⁴⁹, embrulham o vidro para evitar que a pessoa corte a mão nele.” (ASSOCIADO 27)

Além disso, há diferença entre os tipos de materiais que chegam, existindo os “melhores” e os “piores” para serem triados. Geralmente, o material que vem das doações dos diversos órgãos⁵⁰ é considerado o melhor, exatamente por vir mais limpo e selecionado. Entretanto, mesmo no material de doação há algum tipo de triagem mais trabalhosa, como podemos ver pela fala abaixo:

“O que eu menos gosto é triar o material da Kombi. O do correio porque vêm aquelas revistas com plástico que você tem que tirar, e aquilo me dá um nervoso. [...] e, às vezes, eles picam o papel tudo pequenininho e, aí, põe no meio dos outros, aí, você tem que ficar separando sabe, e é ruim.” (ASSOCIADA 13)

4.5 O serviço pesado

Para a maioria dos associados, o trabalho da triagem em si não é considerado pesado, sendo que alguns o realizam sentados. Para triarem, as pessoas se espalham pelo galpão e abrem os *bags* ao redor delas, colocando nos *bags* os materiais por tipo. Quando chega a hora da pesagem, elas têm que levar os *bags* até a balança. Geralmente, elas costumam arrastá-los pelo chão. No entanto, com o aumento da quantidade de material trazido para o galpão, há muito pouco espaço livre para a triagem, de modo que não sobra espaço para circulação, impedindo que os *bags* possam ser arrastados pelo chão e obrigando os associados a levantarem e carregarem os *bags* nas costas. Por isto, a pesagem foi apontada, por 17 associados como sendo um trabalho muito pesado e cansativo e, carregar peso, realizando grande esforço físico, foi apontado como uma das causas para a desistência das pessoas de permanecer na COMARP. Há casos em que este desgaste físico é ainda maior: quando o associado tem uma idade mais avançada ou algum problema de saúde. Muitos consideraram que o trabalho só é pesado na hora da pesagem, porém, a frequência da pesagem é alta e poucos associados pesam uma vez por semana. A maioria pesa de duas a três vezes por semana e, há casos, de pesagem diária. Se há associados que recebem por 6 t ignifica que ele carregou naquele mês 6 t do seu local de triagem até a balança.

⁴⁸ O associado refere-se à implantação da coleta seletiva nos bairros da Pampulha, realizada pela SLU. Nessa implantação é feita uma mobilização social, sendo explicado aos moradores os procedimentos para a coleta seletiva.

⁴⁹ “Caprichar” na caixinha de leite significa lavá-la antes de destinar à coleta seletiva. Este procedimento evita o mau cheiro e a proliferação de bichos.

⁵⁰ Tais como os Correios, as agências bancárias, a UFMG e demais órgãos federais, que por força de decreto presidencial devem destinar o material reciclável às associações e cooperativas.

“Teve um menino aí que não ficou nem dois dias. No primeiro dia, já foi embora, porque não aguentou.... não aguentou pegar peso.” (ASSOCIADO 11)

“Pra mim, (o serviço mais pesado que tem) aqui, pra mim é a sacaria. Geralmente, a gente mesmo faz aquela sacaria muito pesadona, né? Então a gente faz ela e depois na hora de levantar, é difícil levantar ela. Pra mim, eu não dou conta. E, muitas vezes, até os próprios *bags*, os materiais que a gente coloca nos *bags*, até papelão que a gente considera uma coisa leve, dependendo do tanto de papelão que você colocar, do tamanho do *bag* é difícil puxar.” (ASSOCIADA 4)

“É cansativo no dia da pesagem, porque a gente carrega muito peso, entendeu? Porque igual semana passada mesmo, quarta e quinta eu pesei quase mil kg, ficou faltando 2 kg e meio pra mil kg. Aí, vem arrastando igual os *bag* de papelão, os PET, agora a sacaria eu trago no carrinho porque senão, não dá conta de trazer, não. Aí, quando você chega em casa você não tá aguentando nem respirar. Pra mim, o dia mais cansativo pra mim é só o dia de pesar. Tem vez que eu peso de dois em dois dias, tem vez que eu peso quase todos os dias. Por semana, dá pra carregar uns mil kg, tem vez que até mais.” (ASSOCIADA 20)

Nesses momentos, muitos recorrem à ajuda dos colegas de trabalho. Geralmente, as pessoas carregam sozinhas os *bags* mais leves, tais como os de plástico ou papelão e solicitam ajuda do colega para carregar, principalmente, as “sacarias”, ou seja, os diversos tipos de papel.

Para os associados mais antigos, houve melhora no esforço físico, pois, antes, eles tinham que descarregar os caminhões e a falta de espaço os obrigava a ficar carregando os *bags* de um lado para outro. Hoje, têm que carregar os *bags* apenas no dia da pesagem, exceto quando há uma superlotação de material no galpão, pois, nestas ocasiões, os triadores têm que arrastar todos os seus *bags* para permitir a entrada do caminhão.

“Às vezes, é pesado, às vezes, é leve. Mas é pesado mais no dia de pesagem, né, que a gente tem que carregar peso. E, antigamente, era muito pesado, né? A gente tinha que arrastar *bag*, pegar muito peso. Hoje não, hoje já tá melhor, porque a gente só carrega peso quando vai pesar. (antes) A gente tinha que puxar os *bags* quando o caminhão chegava, a gente tinha que colocar nos *bags* e depois puxar tudo né? Porque o espaço era muito pequeno, tinha que colocar um por cima do outro, era muito pesado.” (ASSOCIADA 25)

Apenas uma associada do galpão 1 utiliza um carrinho para carregar a sacaria. As demais acham que, no carrinho, o peso a ser puxado é maior, porque se enche mais, além do fato de o terreno ser irregular e a roda não deslizar facilmente, dificultando seu deslocamento. Já os associados do galpão 2 acham o carrinho pesado demais.

Na prensa também é feito grande esforço físico, pois, os fardos, após serem prensados, têm que ser retirados, pesados e depois estocados. Nessa etapa, eles utilizam um carrinho, mas retirar o fardo da prensa e colocá-lo no carrinho, assim como retirar do carrinho e colocar na balança e depois retornar para o carrinho, é um trabalho feito pelos trabalhadores.

“O serviço que eu trabalhei, na prensa é um serviço muito pesado, tem fardo lá de até 250 kg. E na hora de você levantar um trem desses na balança?...” (ASSOCIADO 12)

Eles já desenvolveram uma forma de colocar uma corrente na própria prensa que ajuda a retirar o fardo da prensa, mas as balanças, de ambos os galpões, estão acima do nível do chão. Muitas pessoas já relataram sentir dores em função do peso e outras, que não sentem, têm consciência de que isto é prejudicial à saúde, talvez não tão perceptível nesse momento, mas no futuro. As principais queixas são dores nas costas, no ombro, na coluna, dor “nos ossos”, nas mãos, nos punhos, nas pernas, pois alguns associados triam em pé. Uma das associadas que tria no segundo pavimento do galpão 2 tem que levantar os *bags* por meio de uma corda e uma roldana, sendo que no dia da sua entrevista, estava com as mãos cheias de calos. O sol que é apontado como fator para a desistência das pessoas também é sentido como causador de doenças, sendo as dores de cabeça bastante citadas pelos associados.

“É muito pesado, eu falo com minha mulher que homem é bicho burro. Eles falam que burro que é burro, mas é a gente que é burro, igual na idade que a gente tem, quando tiver lá pelos 40, 50 anos não vale mais nada de tanto pegar peso.” (ASSOCIADO 12)

“A coluna, de noite quando você chega em casa, a coluna tá ardendo. As pernas tá doendo.” (ASSOCIADA 30)

“Ultimamente, eu tenho andado com uma dor nos ossos, agora melhorou um pouco. Mas eu acho assim, a gente vai ficando mais velha também, e vai aparecendo as doenças, mas, no início, eu carreguei muito peso, igual eles carregam aí. Às vezes, eu acho, quem sabe se isso não ajudou um pouco também? Porque, no início, a gente pegava muito peso, eu não aguento mais não, sabe, pegar aquele peso que eu pegava, aquelas sacarias tudo pra pesar sozinha, eu não aguento mais não, porque os ossos doem. Os pés doem, a junta das mãos doem, tem dia que isso aqui tá doendo (pega nos ombros) entendeu?” (ASSOCIADA 18)

Algumas pessoas, não acham o trabalho pesado, pois a atividade que desenvolviam anteriormente era mais pesada, e, comparativamente, concluem que a atual é mais leve. O trabalho na roça, a varrição de rua, o trabalho de servente de pedreiro, a capina, a catação na rua eram as atividades que estas pessoas desenvolviam anteriormente e que foram citadas como sendo mais pesadas que a atual.

“E eu achei leve (o trabalho) porque eu tô acostumada a mexer com peso né? Eu sempre trabalhei na roça só com peso, isso aqui pra mim nem é peso. Não tem nada de pesado, nem na hora de pesar. Eu pegava era saco de adubo, saco de cimento, que é pesado.” (ASSOCIADO 33)

“Eu acho esse (trabalho) aqui melhor, né, porque os outros que eu tive era mais pesado. Era mexer com concreto, fazer massa, ou o outro que era capinar. O que eu já peguei de mais leve é jardim, eu já mexi em jardim, o que eu já peguei de mais leve foi jardim e esse aqui, os outros era mais pesado” (ASSOCIADO 35)

Dentro do contexto de trabalhos precários, aos quais estes trabalhadores são submetidos, os danos à saúde não são somente efeitos do atual trabalho da reciclagem. Há 2 trabalhadoras que tiveram LER quando eram Gari. Outra teve sinusite e enxaqueca pelo excesso de exposição ao sol quando era Gari. Ainda outro que teve problema no joelho por carregar peso quando era carregador de caminhão.

“É tanto que quando eu varria rua até deu um problema no braço, né? Tendinite que eu tenho. Tendinite por causa do movimento.” (ASSOCIADA 4)

“Eu mesmo saí (do trabalho de gari, numa conservadora), porque assim... eu tava muito passando mal, o sol tava muito quente, eu dei sinusite, enxaqueca por causa de sol, né? Eles me chamou de volta, mas eu falei assim, não, eu vou dar um tempo.” (ASSOCIADA 8)

“Eu machuquei lá, (casa de família) eu tava limpando vidro e meu joelho deu um estalo. Aí, eu fiquei encostada. Meu joelho deu água nele. Ele ficou horrível! Ah, quem sou eu, não posso nem por saltão mais porque dói.” (ASSOCIADA 30)

“Apesar que todo trabalho prejudica a saúde, né? Igual o problema que eu tenho na perna, no joelho, eu tive quando trabalhava fichado.” (ASSOCIADO 12)

As condições de segurança também são precárias. Os vidros caem no chão e quando o caminhão passa por cima quebrando-os, deixa muitos pequenos cacos pelo chão. Os cacos de vidros também têm sido motivo de cortes e machucados. Em uma das entrevistas, a entrevistada falava enquanto tirava um caco de vidro dos pés, já outra deu o seguinte depoimento:

“Ah... de vez em quando eu fico toda furadinha de caco de vidro. Aqui a gente corta muito o pé, a mão... sabe, o caminhão que passa... mas aí a gente vai levando a vida.” (ASSOCIADA 14)

Apesar do risco de contaminação, evidenciado por se tratar de uma separação de material que não é apenas inorgânico, além do risco de cortes e perfurações, em todas as observações e entrevistas, foi observado que apenas uma associada triava de luvas. Além disso, os pés também estavam descobertos, na maioria das vezes os trabalhadores usavam chinelo. A única associada que usava luvas expôs sua visão do problema:

“Desde o primeiro dia eu sempre usei luvas. Porque eu tenho nojo, porque você vai abrindo a sacaria e você não sabe o que vai encontrar dentro dela. De repente pode ter bicho caminhando, aí, vai na sua mão e você sente muito nojo. Aí tando com a luvas você não sente tanto nojo das suas mãos. E tem muito vidro, muita garrafa quebrada, é perigoso também, você cortar a mão. Tem micose e essas coisas. O risco é muito grande, tem muito rato. (...) (o uso das luvas) não atrapalha não. Antes de acostumar, tudo bem, atrapalha, mas depois que acostuma, vai normal.” (ASSOCIADA 42)

As pessoas alegam que é difícil triar com luvas, que a triagem “não rende”, que “a luva agarra nas sacolinhas” e “com elas não dá para triar”. Já nos pés, alegam que as botas

esquentam muito e, por isto, não usam. A presidente afirma que já cansou de cobrar e que as pessoas não usam, mesmo sabendo que poderiam levar advertência. Usavam, pois, apenas quando ela estava no galpão. Em uma das entrevistas, uma associada deixa claro que usa apenas quando a presidente se aproxima,

“Se ela (a presidente) chegar aqui, eu cato um pedaço de luvas pra enfiar na mão... (risos)... a gente não pode triar sem luvas. Mas eu não gosto de usar a luva porque eu não trio. Não sai serviço... não sai, se eu pôr a luva na mão parece que a sacolinha enrola nos dedos da gente, não sai serviço. Aí, eu pego e tiro a luva. Mas a gente lava a mão na hora de tomar café, comer a gente lava a mão bem lavada. Mas eu lavo a mão bem lavada com sabão em barra ou sabonete. Na hora de lavar, não tem sabão nem sabonete, é só jogar um pouquinho de álcool e passar na mão.” (ASSOCIADA 1)

Assim, o risco de contaminação ou de se machucarem é colocado em segundo plano e a necessidade de maior produtividade é o que impera, pois como não conseguem triar com a mesma eficiência com as luvas, os trabalhadores preferem não ter sua retirada diminuída em função de um risco que parece distante. Uma das associadas entrevistadas afirma que se isso for realmente obrigatório ela sai da COMARP por não conseguir trabalhar com as luvas.

“Ah pra mim é difícil (usar luvas) porque eu já acostumei. Ela (a presidente) dá a luvas, mas eu falo com ela: ‘eu não quero não, porque é muito difícil usar luvas.’ Fica difícil pra você pegar, na hora de amarrar a sacaria você tem que ficar tirando. Então eu já acostumei. Sem luvas é mais rápido.” (ASSOCIADA 14)

4.6 A interrupção do trabalho em função da maternidade

Sabe-se que, em função das desigualdades de gênero, as mulheres encontram maiores dificuldades no que se refere às oportunidades e às condições de permanência no trabalho. Pelo fato de o cuidado, seja com os filhos, seja com outros parentes, além dos afazeres domésticos serem culturalmente definidos como funções das mulheres, percebemos que, tanto nos demais trabalhos realizados anteriormente, quanto na própria COMARP, as mulheres têm que interromper a carreira profissional quando se tornam mães, ou quando outro membro da família requer cuidado. Dessa forma, algumas mulheres deixam a COMARP para cuidarem dos filhos.

Esse foi o caso de uma associada que saiu da COMARP há cerca de um ano para ganhar o bebê, retornou quando ele já completara 1 ano, deixando-o com a avó, mas já saiu novamente, pois a avó não está conseguindo cuidar da criança. Uma colega explica, assim, sua situação:

“Ela saiu por causa do menino dela, porque ele agora tá começando a andar e tá dando trabalho pra mãe dela, que já é de idade. Ela não tá achando escolinha, vaga na escolinha pra pôr ele. Aí, ela teve que sair por causa do menino. Mas ela é trabalhadeira. Ela é uma pessoa muito direita, trabalhadeira. Saiu por causa do menino mesmo, porque não tem ninguém pra olhar.” (ASSOCIADA 18)

As mulheres que pertencem às demais classes sociais recorrem às creches, escolas e berçários. No entanto o público da associação, menos favorecido economicamente, não tem essa possibilidade, ficando à mercê da existência de vagas em creches públicas, o que nem sempre é possível. As que podem recorrer a outros parentes, tais como as mães, irmãs; as que pagam alguma pessoa para cuidar dos filhos, geralmente, uma vizinha, ou conseguem vaga nas creches se mantêm no trabalho. Algumas que já têm filhos adolescentes utilizam-se da estratégia dos mais velhos cuidar dos mais novos.

A falta de equipamentos públicos, tais como creche, muitas vezes, obriga as mulheres a deixar o serviço quando elas não podem contar com outros filhos mais velhos, vizinhas ou parentes para cuidar das crianças. Outras permanecem, desde que consigam ter uma retirada que considerem compensar o esforço, pois, geralmente, pagam alguém para cuidar dos filhos e, no final das contas, se o que sobra para elas for muito pouco, preferem ficar em casa e cuidar dos filhos. Outro problema enfrentado é a insinuação e, até mesmo a notificação de negligência por parte do Conselho Tutelar, como é o caso de uma associada que sendo chefe de família sozinha para cuidar dos filhos, deixava os mais velhos cuidando dos mais novos.

“Muitas mulheres saem por causa dos filhos, muitas. Porque não conseguem pessoa pra cuidar. Tem muitos filhos deles problemáticos, tem o ambiente onde eles moram, sai da escola, é expulso da escola, tem menino que vai fazendo “aviãozinho” pra dentro da escola, entendeu? É muita gente mesmo. Aí a Tutelar (Conselho Tutelar) vem pra tomar os meninos, então elas têm que sair do trabalho pra poder cuidar de menino, a Tutelar fala que os meninos estão jogados, então isso tem muito caso assim, sabe. E às vezes quando elas conseguem alguém pra cuidar, elas tentam voltar, mas o problema acontece de novo... já teve muito caso aqui de correr o risco de perder os meninos mesmo... Tutelar tomando.” (ASSOCIADA 41)

4.7 A falta dos direitos trabalhistas

Desde as primeiras aproximações com o universo pesquisado, a insegurança do trabalho associado e o desejo de garantias dos direitos trabalhistas, foram grandes preocupações para os associados, sendo elencado como um importante fator de evasão. Ainda hoje, alguns associados colocam a falta de direitos trabalhistas, tais como o Fundo de Garantia, o Seguro Desemprego, o PIS, as férias remuneradas e o 13º salário como fatores que concorrem para a saída das pessoas.

“A diferença é que quando você trabalha de carteira assinada, você tem aquela segurança, que quando você sair você tem seus direitos, você vai ter seu seguro desemprego, um tempo até você arrumar outro. Aqui não, aqui, você fica, mas quando você sai você não tem direito nenhum, né? O problema é só esse. Pra mim a única diferença é a segurança.” (ASSOCIADA 19)

“Eu prefiro mais é fichado mesmo. Porque o fichado tem muito mais garantia, né, se você machucar assim. Aqui, paga o INPS, mas tem muito mais garantia, mais confiança. Tem o fundo de garantia, o 13º, PIS, tem tudo, igual meu PIS eu não vou pegar esse ano. Então, é ruim, porque é um salarinho que ajuda bastante. Então, sem fichar fica mais complicado.” (ASSOCIADO 36)

“É os direitos que não tem, né? Saiu hoje, não tem nada, só se for o que já pesou, aí também recebe e acabou. Acabou, acabou, não tem mais não. E num serviço fichado não, você tem todos os direitos, né, o seguro desemprego até você conseguir outro. Você tem como procurar outro e ainda ganhando dinheiro e aqui não, se sair daqui hoje, amanhã tem que tá empregado porque senão passa fome.” (ASSOCIADA 10)

Há a nítida preferência dos associados pelos empregos de carteira assinada, no entanto, pela dificuldade em obtê-los, a permanência na COMARP equivale a um período no qual se gera renda, mas provisório, uma espécie de transição, na esperança de se conseguir algo melhor.

“Qualquer um de nós que receber um convite pra outro trabalho, vai embora... mas como não tem jeito, nós vamos quebrando o galho com isso aqui mesmo.” (ASSOCIADA 14)

“Umam saíram porque arrumam outro tipo de serviço, aqui é tipo assim, um período pra não ficar desempregada.” (ASSOCIADA 13)

“Acha que o serviço é ruim, que aquele serviço não é pra ele, que eles podem arrumar um melhor. Porque tem gente que fala mesmo: ‘ah, não, eu vou ficar aqui até arrumar um serviço melhor, o dia que eu arrumar um melhor eu vou sair’. Ah, igual umas menina que saiu daqui, elas saiu daqui e foi pra lavanderia. Trabalha na lavanderia. Porque elas acha que é melhor do que aqui.” (ASSOCIADA 17)

Cabe ressaltar também que como a renda, via de regra, é baixa, os demais benefícios fazem diferença no orçamento familiar, como apontado abaixo:

“Lá, eu tinha abono dos meus meninos, cinco menino, era cento e pouquinho que eu pegava de abono, tinha vale transporte, muita hora extra, então, muitas vezes eu ganhava lá um dinheiro bom. Já cheguei a puxar no meu pagamento lá um quinhentos conto, fora o adiantamento. E com tudo descontado, fundo de garantia, o INPS, vale-transporte, isso, aquilo... Tinha cesta básica, material escolar pros meus meninos, tinha até uma festa no final do ano lá que era muito boa. (...) é uma ajuda muito grande esses benefícios.” (ASSOCIADO 36)

Os associados da COMARP têm direito a férias anuais, entretanto como não há, ainda, fundos específicos para o salário das férias, eles apenas descansam e não recebem a retirada referente ao mês de férias. Pela necessidade da renda, alguns não tiram férias e outros trabalham em outras atividades no período das férias. Nesses casos, as férias não são uma forma de descanso de fato, apenas de descanso daquele tipo de trabalho ou do deslocamento até a associação.

“Férias não, férias a gente até que tem, só não tem o “money”, né? A gente tem que criar, né um negócio pra deixar o dinheiro, mas a gente nunca faz isso, pra pagar as férias, né? Mas, só de descansar, tá bom.” (ASSOCIADA 25)

“Não, a gente descansa, mas tipo assim eu faço uma compra. Eu compro um negócio, aí eu tenho que pagar, como é que eu vou tirar uma férias, uns dias pra mim e ficar sem dinheiro? Não tem jeito, uai.” (ASSOCIADA 17)

“Porque quem gosta de trabalhar não fica à toa não, sempre arruma alguma coisa pra fazer, não fica não, eu falo por mim que eu nunca fiquei à toa. Eu quando eu não tô aqui, eu tô capinando. Nas minhas férias, eu capinei o tempo todo. Então, a gente não fica à toa quando você não gosta, não fica não.” (ASSOCIADA 16)

Um associado fala da não comprovação de renda, pela falta da carteira assinada ou do contracheque, junto a estabelecimentos comerciais que vendem por crediário próprio e, portanto, da dificuldade de comprar a prazo.

“A pessoa estar de carteira assinada isso não manda muito não, às vezes, manda alguma coisa entendeu? Aqui a pessoa não tá de carteira assinada, mas paga o INSS. Só dificulta um pouco da gente ter... às vezes, tem que comprar umas coisas na loja, aí, tem que ter essas coisas. Eu não tô muito por dentro, mas talvez a gente pode pedir, né? E, às vezes, eles podem dar o papel como a gente trabalha aqui. Só isso mesmo que dificulta. É só isso que falta porque eu quero ter um crediário pra comprar as coisas mais ela (a esposa).” (ASSOCIADO 35)

4.8 Algumas implicações das relações de gênero

Constatamos que, de fato, a rotatividade masculina é maior que a feminina. A presidente da COMARP acha que alguns homens não permanecem na associação pelo fato de estar uma mulher na coordenação. Segundo ela, devido à nossa cultura machista, os homens teriam certa dificuldade de se submeter à coordenação de uma mulher:

“Agora homem, eu não sei, mas esse negócio de mulher coordenar eu acho que homem não fica muito não. Eu acho, sabe, que homem tem dificuldade de... a maioria que vem é muito machista...e eles têm dificuldade de ser comandado por mulher. Tem dificuldade de obedecer mulher, de receber uma punição de mulher... Normalmente, homem não gosta de calar pra mulher, de obedecer mulher. Eu acho que tem um pouco, assim, não sei se é preconceito, se é assim...sei lá ...A gente tem muita dificuldade com homem pra ficar no empreendimento...muita mesmo. A gente percebe que os homens geralmente não ficam. E não é só aqui não, pra dizer que é o meu temperamento. A maioria das cooperativas é de mulheres e normalmente são coordenadas por mulheres” (ASSOCIADA 41)

Três associadas concordam com esta visão da presidente a respeito da dificuldade masculina de aceitação de mulheres na direção. No entanto, um associado faz outra leitura, a partir da sua própria situação. Ele que trabalha na associação com a mulher acha que, para ela, é melhor estar na COMARP por poder conciliar o trabalho com o cuidado com os filhos, mas aponta que ele, por ser homem, necessitaria de maior garantia de renda e estabilidade. Reafirma, pois, as diferenças de gênero ao atribuir à mulher o papel de cuidar dos filhos e, portanto, poder ter um trabalho que seja apenas complemento de renda, instável, sem

garantias, enquanto que para si, atribui o papel de provedor do lar, necessitando de um trabalho formal.

“Com certeza (sairia se conseguisse um trabalho formal), isso aí eu nunca escondi deles não, eu sempre falei que é muito mais vantagem que eu tenho. Prá ela (esposa) eu preferia que ela ficasse aqui, porque tá mais perto, se tiver um problema com o filho rapidinho ela tem como resolver. Mas pra mim, pro homem, eu acho melhor trabalhar fichado mesmo. Porque é uma coisa mais segura pro homem, uma garantia maior. Porque o homem pra aposentar ele tem que ficar mais tempo trabalhando que a mulher. Eu fichado, tenho essas garantias tudo. Então eu acho que fichado é melhor por causa disso.” (ASSOCIADO 36)

Outras associadas afirmam que os homens saem mais por terem mais facilidade de obter trabalhos, principalmente de carteira assinada, do que as mulheres. O cuidado com os filhos, que implica na necessidade eventual de faltar ao trabalho, é considerado por elas como um grande impeditivo para sua contratação no mercado formal. Além disso, os homens também teriam mais condições de trabalhar em qualquer turno de trabalho, o que já não é tão fácil para as mulheres, seja por terem que cuidar dos filhos à noite, seja porque seus companheiros não concordam que elas trabalhem à noite. Este foi o motivo alegado por algumas mulheres que não puderam concorrer à vaga de trabalho em uma lavanderia próxima à associação, ou seja, por se tratar de um trabalho em turnos e com rodízio de acordo com uma escala.

Outra análise importante, feita por grande parte das associadas do galpão 1, é que os homens, pela força física, são mais solicitados a ajudar nas horas de carregar peso. Assim, o trabalho para eles seria mais pesado, pois carregariam o seu material e o das colegas de trabalho. Sua triagem também ficaria prejudicada pelo excesso de interrupções para ajudar as mulheres a carregar peso. Tal problema fica mais evidente quando se constata que no galpão 1 estão concentradas as mulheres mais idosas e algumas associadas com problemas de saúde, o que lhes dificulta carregar peso. Em uma das assembleias acompanhadas por nós, o único associado do galpão 1 reivindicava que as pessoas que lhe solicitassem ajuda repassassem, no final do mês, uma quantia da retirada delas, pois sua triagem estava sendo prejudicada pelas interrupções. Esta situação é diferente no galpão 2, onde predominam mulheres jovens. Lá, cada um carrega seu próprio peso e a ajuda não é solicitada aos homens especificamente, mas a qualquer associado.

4.9 O trabalho por produção e a remuneração variável

A incerteza do valor do salário de cada mês, que varia, tanto em função da quantidade de material triado e, portanto, sofre influência do ritmo do trabalho, da carga horária diária e do número de dias trabalhados, quanto em função do preço dos materiais no mercado, foi indicado como um fator de desistência.

“Eu já tive vontade de sair. Às vezes, me bate uma revolta, uma vontade de sair, sabe? A gente trabalhava e o material era muito baixo, né? E a gente não tinha noção de quanto ia receber. E aquilo tudo dava ansiedade em mim, dava ansiedade: ‘nossa, eu tô trabalhando aqui e não sei quanto que eu vou receber.’” (ASSOCIADA 18)

As pessoas não sabem se conseguirão arcar com todas as suas despesas, e também ficam inseguras quanto à possibilidade de realizarem compras a prazo. A COMARP já experimentou diversas formas de remuneração do trabalho dos associados, por horas trabalhadas, em equipes, em duplas e, atualmente, a remuneração é pela produção individual, ou seja, cada associado tria certa quantidade e recebe pela sua produção, independentemente das horas trabalhadas. Esta forma de trabalho é considerada por todos a melhor, pois cada um recebe pelo seu trabalho e, assim, acaba o clima de “pessoas se aproveitando do trabalho do outro”, “morcegando”. O empenho na triagem também aumenta, pois a pessoa sabe que sua remuneração depende apenas dela.

“Eu custei a acostumar aqui. A gente trabalhava de duas a quatro pessoas, era em equipe. Aí, às vezes, trabalhava cinco, e desses cinco, três trabalhava mais que os outros, aí uns ganhavam nas costas da gente. Sozinho é melhor porque aí você trabalha mais, você sabe que é só você, e você mete a mão pra ganhar, uai. Agora com muita gente não dá, não. Porque, às vezes, você trabalha e o outro fala: ‘ah, fulano é mole’, porque é mais esperto que a gente, sabe. Então, não dá, sempre tem esses conflitos.” (ASSOCIADA 16)

A cobrança também é reduzida nesta forma de trabalho, seja em função de algumas pessoas terem um ritmo mais lento que outras, seja quanto à necessidade de faltar.

“E sozinho você não é muito cobrado, se você trabalhar em equipe, pra pesar junto, pra receber o mesmo tanto de dinheiro, você é cobrado toda hora. Se você é lento, o outro fica cobrando: ‘vamos aí fulano, tria rápido.’” (ASSOCIADA 5)

“Aqui, conforme o que você fazer, se você não faltar, você sai ganhando, porque você tá recolhendo os material pra você. Se você faltar, você não ganha porque não tem ninguém triando pra você, pra ganhar pra você, e aí? Todo mundo aqui quer triar individual. Eu trio sozinha, o outro tria sozinho, mas se tiver triando em equipe, todo mundo triando o material, se eu faltar aquela pessoa tá triando pra ela e pra mim, entendeu? É por isso que eu não gosto, porque, às vezes, eu preciso faltar pra levar menino no médico, faltar por causa do meu marido doente.” (ASSOCIADA 1)

Apesar dessa mudança para a triagem e remuneração individuais, nem todos os associados se sentem satisfeitos com a incerteza da remuneração, o que pesa como fator para a desistência.

4.10 As regras, os processos de exclusão, a centralização: os desafios da autogestão

O não-cumprimento das regras também é um fator que impede a permanência das pessoas, seja pelo fato de não concordar e preferir sair, seja pelo fato de que, ao não cumprir as regras, podem ser excluídas da associação. Há um Regimento Interno, discutido e elaborado pelo grupo, que deve ser obedecido. Caso haja o descumprimento, os membros do Conselho de Ética conversam e dão a advertência ao associado, sendo que três advertências levam à exclusão. O associado que é excluído, não tem, pelo menos teoricamente, o direito de voltar a trabalhar na associação. Alguns dos motivos para advertência são o uso de bebida alcoólica, ou trabalhar embriagado, o faltar sem justificativa, o não cumprir o mínimo do horário estabelecido, o fumar próximo aos materiais, o pegar material dos outros, o roubar, o brigar ou o “fazer fofoca”.

A maioria dos associados entende que é preciso ter regras para que a associação funcione, que as regras têm a função de organizar o bom andamento do trabalho. Mas para algumas pessoas, que não estariam acostumadas a tantas regras, o nível de exigência seria muito alto. Assim, embora alguns associados apontem a necessidade das regras outros, inclusive, os que permanecem há mais de um ano, já acham que elas sejam excessivas. Algumas vezes, foi citada a existência de tratamento hostil entre as pessoas, com muitas ofensas. No entanto, como precisam do trabalho têm que aprender a não dar importância, não revidar, ou, nas palavras das associadas, “deixar passar” e “engolir sapo”.

“Não fica porque não gosta da regra. Tem que ter regra, todo serviço tem que ter regra, porque se não tiver regra, não tem jeito. Quem fica, é porque gosta, se sente bem, quer trabalhar e aprende as regras. Eu, por exemplo, aprendi as regras. Palavrões, brigas, discussões, não fumar no meio do material.” (ASSOCIADA 26)

“E tem gente que sai porque, às vezes, não se adapta com as pessoas, com o pessoal, ou então com a regra do regimento.” (ASSOCIADA 39)

“Muitas (pessoas) não tão aqui porque vacilou, brigou, discutiu, aí, tem as normas e acaba sendo punido. É isso que acontece.” (ASSOCIADO 36)

Segundo uma Conselheira Fiscal e de Ética, os associados respeitam o Conselho de Ética. Anteriormente, apenas a presidente era respeitada na aplicação da punição, mas, atualmente, os associados já aceitam ser advertidos pelos membros do Conselho. De qualquer forma, a

presidente ainda permanece como a associada que mais cobra o cumprimento das regras do Regimento Interno. Alguns associados não se sentem bem nesta função, de repreender ou aplicar advertência aos colegas de trabalho. Como o que é permitido e proibido é do conhecimento de todos, esperavam que cada associado pudesse agir levando em consideração as regras. A rejeição a essa condição é tal que eles não se candidatam ao cargo, sendo indicados por outros associados. Após a indicação dos colegas, é realizada a eleição e os mais votados assumem para os cargos. Há, no entanto, ocasiões em que alguns dos mais votados não querem o cargo e, então, tem que se insistir para que tomem posse e, em última hipótese, negociar na assembleia se o segundo mais votado aceita.

Interessante ressaltar que o roubo é citado como o descumprimento que “não tem perdão” e leva, imediatamente, à exclusão. Mesmo duas associadas que relataram não votar em nenhum caso de exclusão, disseram que, no caso de roubo, elas votam em sair.

“Eu tiro (da Associação) assim, se rouba demais, aí, não tem como ficar não, uai. Rouba os material, rouba os companheiro, rouba comida na geladeira.”
(ASSOCIADA 16)

Quando por motivo de conflitos interpessoais, algum associado sai da associação e depois deseja voltar, geralmente, é permitido, tal como o caso da associada 25 que saiu por brigas com duas colegas e quando essas duas saíram, ela retornou. Há também o associado 12 que brigou em um galpão e foi para o outro. Já quando alguém é excluído, teoricamente, pelo Regimento Interno, não pode mais voltar. Mas estas definições não são tão objetivas assim. Há uma margem de negociação decorrente da gravidade da briga, ou do motivo que gerou a exclusão. Encontramos um associado que já tinha sido expulso por estar embriagado, por várias vezes. Foi reintegrado ao quadro social. Outro que, além da embriaguês, brigou com uma associada, mas, mesmo assim, teve a chance de voltar. E ainda outro excluído por envolvimento num complexo episódio considerado “fofoca”, também retornou.

Os conflitos entre os associados são frequentes. As fofocas foram apontadas como uma das origens das brigas, como se percebe pelas falas seguintes:

“A pessoa, quando ela precisa do trabalho, ela tem que correr atrás. Então, é não ficar com conversa fiada, não ficar com fofoca, porque isso faz a pessoa não dar certo no trabalho. Prestar atenção no serviço dele, não ficar conversando. Eu, por exemplo, não gosto de ficar conversando, não gosto de ficar no meio de bolo, no meio da mulherzada, gosto de ficar no meu cantinho fazendo o meu serviço. Agora, muitos não... gosta é de ter muita amizade, ter muito bolo, muita conversa, falar demais aí, eu não, já não gosto, eu sou mais quieta no meu lugar. O que eu acho que não dá certo é isso assim, os outros ficar conversando fiado demais”
(ASSOCIADA 8)

“As pessoas saem devido ao tratamento, né? De vez em quando, tem gente que pega pesado aqui dentro com eles, aí tem gente que não leva desaforo pra casa, aí, pega e sai. Porque o serviço não é tão pesado, não é leve, mas não é tão pesado. Às vezes, pode ser por isso (que os associados saem) que não deu pra conviver bem... as pessoas falam mal por detrás aí vai e acaba saindo. Aqui, é um lugar que trabalha muita mulher, aí, dá muita fofoca. Aí, vai e briga, e aqui não pode, né, brigar aqui dentro, umas briga, vai e discute, aí vai e é excluído. Não pode trabalhar aqui mais.” (ASSOCIADA 10)

“Conversa fiada, aí, não aguenta. Um bocado de gente gosta de ficar falando da vida dos outros. Foi isso aí que fez muita gente ir embora daqui. Aqui também eles mandaram metade embora, por isso. Começou a falar fofoca de negócio dos outros aí.” (ASSOCIADO 11)

A questão que se coloca é que, algumas vezes, as “fofocas” dizem respeito a assuntos do trabalho. São formas diferentes de pensar, opiniões diferentes. Este parece ter sido o teor do episódio, ocorrido durante a pesquisa, da exclusão da diretora financeira. Ela teria informado aos associados da existência de algumas doações de materiais que a associação recebia, cujo valor, apurado na venda, não teria sido dividido entre os associados, gerando um clima de desconfiança. Este episódio foi considerado, pela presidente, como sendo “fofoca” e foi convocada uma assembleia para discutir o caso. Esta assembleia foi bastante tensa e tumultuada, segundo os associados, sendo que a presidente chegou a colocar seu cargo à disposição, em função da desconfiança levantada. No entanto, os associados votaram na exclusão da diretora financeira.

“Teve uma assembleia e ela foi eleita pra ser financeiro, né? Pra mexer com a finança dentro do escritório. Aí, uns começaram a falar que ela tava trazendo fofoca pra fora. Fofoca, fofoca, e aí acabou que a presidente pediu uma assembleia pra tirar fora. Ela falou que quem não tava do lado dela tava contra ela, ela não precisava ficar junto trabalhando aqui. Aí, foi e as pessoas votou pra ela (diretora financeira) sair, aí saiu. É sempre assim, vence o mais forte, o mais fraco tá fora. Aí, pegou e saiu, porque tipo assim, ela tinha falado que, às vezes, ganha umas doação que vende e ninguém recebe. Aí, como ela tava na finança ela olhou no computador e viu isso, e a gente, claro que a gente vai cobrar de quem tá lá dentro pra saber o que tá acontecendo. Aí, ela foi e falou e eles não gostou. Falou que ela tava trazendo fofoca e foi posta pra fora.” (ASSOCIADA 10)

De qualquer forma, a exclusão dos associados é um dos momentos de maior tensão na associação. Pois são os próprios colegas de trabalho que votarão pela permanência ou exclusão. Isso gera um clima de insegurança.

“É um *big brother* porque os próprios colegas elimina os outros. Aí, me coloca no paredão aí, às vezes, é uma pessoa que fica com você direto e reto e vota em você pra sair. Aqui é seguro, certo. Fora o *big brother*, é. O *big brother* tem muita coisa errada. Porque tem muita gente peixinho da diretoria, aí puxa pro lado da diretoria, pra ficar e prejudicar os outros. Por que que você acha que aqui tá vazio? É exatamente isso, porque tem muita gente aqui que não tem opinião própria não. Eu por mim, eu não tiro ninguém porque todo mundo é diferente do outro mesmo. Pelo menos dá um balão, tentar ajudar ele, não jogar ele pra fora na primeira, na primeira chance que acha.” (ASSOCIADA 16)

Os associados sugerem que há pouca tolerância da diretoria às críticas, principalmente à presidente e, com isto, as pessoas começam a temer questionar, por precisarem do trabalho.

“Falar que rouba, isso é falar demais! Falar que as pessoas tá errada, porque que a Lena tá na rua? Porque ela foi falar. Foi falar os errado que tava acontecendo e foi pra rua. Uma pessoa sozinha não pode ajudar nós, não. Uma pessoa sozinha não pode (mandar embora), mas igual eu te falei, não tem os peixinho? E a Lena saiu porque ela sabia que ia tirar ela. Aí, já que me tira eu já saio. Entendeu agora o problema? A pessoa vai ficar aí implicando com ela aí é melhor ela sair. E o que que ela ganhou falando a verdade? Por que que ela ia mentir? Ela não perdeu de todo jeito saindo? Ela saiu, mas ela falou o que ela achava que devia falar. Ela tentou ajudar e se ferrou. Por isso que ninguém quer aqui se ferrar, aqui é assim ninguém quer se ferrar, não é cada um pra si? Prá que que eu vou me ferrar se eu sei que eu vou pra rua? Se o meu interesse é ficar aqui dentro. Se ninguém liga de ser roubado, eu vou ficar aqui dentro tranquila, calada. Eu sozinha não vou ajudar ninguém não minha filha. Não adianta eu falar: ‘ah, fulano tá roubando, fulano tá roubando’, porque eu vou ser excluída.” (ASSOCIADA 16)

Como este episódio da exclusão da diretora financeira ocorreu no período da coleta de dados, alguns associados (principalmente os novatos) não se sentiram à vontade para falar sobre alguns temas mais “delicados” que envolvessem a presidente. Era claro o clima de tensão, medo e desconfiança. Temiam falar o que pensavam correndo o risco de que também essas informações chegassem, de alguma forma, até a presidente, e fossem consideradas “fofoca”, sendo motivo de exclusão. Foi esclarecido que as informações não seriam passadas à diretoria e que as falas não seriam identificadas com os nomes, mas mesmo assim, havia o receio de falar, como se evidencia nas seguintes falas:

“Tem hora que a gente escuta umas coisas que a gente não gosta, aí, eu prefiro ficar no meu canto (...) as coisas que a gente escuta, as coisas que a gente passa, então, já que é pra gente aguentar humilhação, é melhor aguentar humilhação de carteira assinada. Muitas coisas (humilhantes), isso aí eu não posso dizer, senão sobra pra mim...” (ASSOCIADA 14)

“A gente leva advertência por qualquer coisa...porque aqui...(balança a cabeça negativamente e silencia). Ah não... acho que é só.” (ASSOCIADA 25)

“Mas mesmo assim (tendo que pagar a passagem), eu agradeço muito a Deus por estar aqui, então, isso tudo que eu tô te falando, pelo amor de Deus, você não comenta nada com ela (a presidente) porque pode, às vezes, ela ficar chateada.” (ASSOCIADA 26)

Percebe-se a existência de pessoas protegidas bem como de pessoas que não se manifestam por medo. Como dissemos, nem todos os associados se sentiram à vontade para falar sobre este assunto. Duas falaram com o gravador ligado e outras três falaram apenas quando se desligou o gravador⁵¹.

“Porque tem os peixinho que é comprado pra poder votar: ‘ah, se eu não votar, fulano vai me por pra fora.’ As pessoas têm medo de dar sua opinião. Não se coloca não, não coloca a opinião deles não, eles vai pelo outro, pelas outras pessoas.

⁵¹ Por este motivo, a maioria das falas sobre as disfunções concentram-se em apenas duas associadas.

Então, é isso que acontece aqui. Aqui, é inseguro só por causa disso.” (ASSOCIADA 16)

“Por medo, medo de serem expulsas também. A maioria se cala por medo. É a lei do silêncio.” (ASSOCIADA 42)

A instalação desse clima de insatisfação e insegurança é um motivo de desistência das pessoas de permanecer na associação.

“Às vezes ela (presidente) pega muito pesado. Devia chamar a pessoa num canto e conversa em particular, não é preciso todo mundo ficar sabendo do seu problema, gritado. Ela é autoritária. Você se sente muito humilhada, de ser chamada atenção na frente de todo mundo. Muita gente sai por causa desse jeito dela.” (ASSOCIADA 42)

“É por isso que elas saem, se isso aqui não dá pra elas, elas saem, é isso que nossa amiga (a presidente) fala: ‘se não dá pra você, sai’. Se ela (presidente) implicar com você, você tem que sair, você não fica. Ela tem o lado dela bom, e o lado ruim. Ela é boa pessoa, ela tem o lado dela, se ela gostar de você, você fica, se ela não gostar, você não fica.” (ASSOCIADA 16)

A atual presidente é dedicada ao projeto. É uma das que possui maior escolaridade (Ensino Médio completo). A relação dos demais associados com ela é ambígua. Por um lado, expressam admiração por sua capacidade para estar à frente do empreendimento, por verem nela alguém que leva o empreendimento à frente. Por outro, reclamam “em tudo, é ela quem manda”, “as coisas acontecem como ela quer”. A grande questão é que, com isso, novas lideranças são impedidas de se desenvolverem. Cria-se um clima no qual as pessoas não se comprometem, pois não se sentem parte do processo.

“Ele saiu porque teve uma discussão, sabe, aí a Neide, não aceitava. Ela falou que se ele continuasse aqui, ela não continuava como presidente, aí a gente precisa de alguém mais capacitado, né, que possa correr atrás. Aí, preferiu ele sair. (ASSOCIADA 10)

“A Comarp sem Neide não anda, não vai pra frente, não. Se Neide largar isso aqui, pode saber que não vai pra frente. Porque a Neide sabe resolver tudo, sabe falar em qualquer lugar, qualquer lugar que ela chega ela sabe resolver as coisas.” (ASSOCIADA 32)

“Nenhuma pessoa aqui teria a capacidade de fazer o que ela faz. Ela corre muito, busca, tá procurando sempre os negócio.” (ASSOCIADA 42)

A própria presidente acha que é a pessoa mais qualificada do grupo e a que mais se empenha no projeto. Ao contar sua trajetória de vida, afirma que aprendeu a acreditar em si mesma e que se engaja neste projeto por acreditar nele, mas, ao mesmo tempo, diz que sente o peso de ser responsável por praticamente tudo na associação. Ela não vê nas pessoas iniciativa de gerenciar ou coordenar o empreendimento, como se as pessoas continuassem a se preocupar apenas com a triagem e sua retirada e não com as outras questões da COMARP.

“Então, hoje eu descobri isso, que eu sou capaz, e não é que eu não ache que não tem ninguém mais capaz que eu... talvez se tivesse um técnico que viesse aqui, que

acreditasse no projeto, tomasse conta, talvez eu tivesse tranquilidade e iria pra triagem. (...) Mas pela minha exigência, eu não vi pessoas prontas, porque a gente tem dificuldade de ter pessoas pra te ajudar a fazer. Você não consegue pessoas pra estar ali no seu lado fazendo.... quanto mais pra tomar conta. E as pessoas mostram isso, que elas não vão dar conta, elas te passam isso. Como é que você sabe que a pessoa não vai dar conta e você vai entregar o negócio e vai continuar naquilo sabendo que o trem vai dar errado?” (ASSOCIADA 41)

“É uma cobrança maior em cima de mim, por ter uma caminhada maior, por ter buscado mais, por ter aprendido um pouco mais sobre isso e a pessoa pra chegar no estado que eu cheguei, ela precisa querer muito. Ela tem que ter muita vontade de se doar, investir no projeto. Porque se não tiver, uma por necessidade, porque você quer que o negócio dê certo e ninguém tá a fim de fazer, entendeu? Eu era uma pessoa que não acreditava muito em mim, hoje, eu criei uma autoconfiança até demais eu tenho dificuldade de acreditar muito nas pessoas. De me entregar nas mãos das pessoas. Se eu soubesse, não, vai tomar conta, pelo menos vai garantir uma retirada legal pra gente tudo bem. Talvez eu faria. Talvez daqui a uns anos que tenha alguém que surja assim com essa vontade de aprender.” (ASSOCIADA 41)

Com a centralização das decisões nas mãos da presidente, os associados passam a cumprir o que foi estabelecido apenas quando ela está cobrando. Nem sempre é possível controlar tudo, algumas coisas deixam de ser desenvolvidas ou ela assume cada vez mais responsabilidades.

“Esse mês já caiu um pouquinho (a meta de triagem), porque ela (a presidente) relaxa um pouquinho e não tem ninguém aqui na Associação que segura as pontas, enquanto ela tá em reunião. Aqui só obedecem ela. E ela fala e amanhã eles já esqueceu e ela não dá conta de ficar no pé. Eu já cansei de falar com ela: ‘você tem que delegar, é função que você não dá conta.’” (ASSOCIADO 28)

Ela toma para si a maior parte das responsabilidades. A grande maioria das falas, nas entrevistas, traz a presidente como a responsável pelas ações e decisões. As falas são sempre na terceira pessoa do singular, “ela fez”, “ela decidiu”, demonstrando que as pessoas não se sentem parte dessa gestão. Algumas delas se colocam na posição de empregados da presidente.

“Tem que fechar ali, já que tem que fechar e põem umas telhas lá ó, não só pensando no material, mas pensando em nós né, no pessoal que tá trabalhando pra ela, que tá ficando no sol aí, ó.” (ASSOCIADA 16)

De modo geral, o sentimento de copropriedade e de gestão compartilhada é muito pequeno, como é evidenciado na seguinte fala:

“Não me sinto dona daqui. A maioria (das pessoas) eu acho que não (se sente dono). Porque eu acho assim, a gente nunca tem uma opinião própria. Fala associado, porque eu acho que é o nome que encaixa, né? Porque falar que somos donos assim... eu não me considero não.” (ASSOCIADA 13)

Alguns associados, não veem nenhuma diferença entre a COMARP e uma empresa privada, e algumas até preferem o trabalho subordinado.

“Eu acho que não (existe diferença entre a COMARP e outras empresas). Quando eu entrei aqui, eu falei: ‘gente, a Neide é a cara da minha encarregada, o jeito dela falar, quando tem que conversar, conversa, quando tem que dar bronca, dá bronca’. Então, prá mim não tem diferença nenhuma. A única diferença é que aqui se você

trabalhar você tem seu dinheiro, se eu tiver que faltar, eu sei que eu não vou ganhar porque eu não estou vindo pra mim produzir.” (ASSOCIADA 13)

“Lá o patrão manda, né... mas só que não é assim... igual aqui, aqui, se a gente pisar na bola, a gente leva advertência e dança, lá, não. Lá o patrão ensina, lá só se a gente fizer coisa errada, suja. Mas eu acho melhor assim, pra gente trabalhar com patrão é melhor. Porque assim, aqui tem muita gente que manda, cada um quer mandar um pouquinho.” (ASSOCIADA 25)

A não-participação nas decisões mais gerais que dizem respeito ao funcionamento da associação e o desconhecimento da relação com os diversos órgãos⁵² e outras empresas dificultam o entendimento, por parte do conjunto dos associados, do que tem que ser feito para o bem da associação e o que são as obrigações da instituição. Foi o caso, por exemplo, da perda, na Justiça, de uma parte de um terreno que a associação utilizava. O prazo para desocupar o espaço era de 3 meses. Para tanto, era preciso retirar o material com urgência. Foi estabelecido um mutirão de limpeza, do qual participaram todos, mesmo os que não queriam. Algumas ações passam então a ser interpretadas como imposição da vontade da presidente. Elas são, de fato, indispensáveis como, por exemplo, a retirada do material para a entrega do galpão, mas, como nem todos acompanham o processo, há dificuldade, portanto, de compreensão dos problemas concretos.

Outro exemplo dessa falta de conhecimento é quanto ao recebimento do material. Mesmo sabendo das metas que a SLU impõe de recebimento de material reciclável da coleta seletiva, alguns ainda acham que é a presidente quem determina a vinda dos caminhões.

“Sempre fica (material acumulando) porque ela (a presidente) não deixa nós terminar, sempre que a gente tá quase terminando, ela manda vim mais caminhão. Aí, tem que receber, não pode enjeitar.” (ASSOCIADA 30)

Ou ainda a questão da cota parte. A associação está em processo de transformação para cooperativa, para participar da Rede de comercialização que está se formando, e para tanto cada associado precisa pagar a cota parte. No entanto, alguns associados não sabem por que estão sendo descontados e muito menos dos benefícios que estão envolvidos na constituição desta rede.

A associação passou por períodos bastante conturbados, desde julho de 2008, quando se dividiu em 2 galpões. Nesse período, foi vítima de um assalto, uma das presidentes saiu e os controles administrativos e financeiros não foram realizados a contento, não tendo sido realizadas as prestações de conta mensais. Algumas pessoas apontam essa falta de clareza,

⁵² Tais como a SLU, a PBH, os órgãos federais doadores de materiais e as instituições participantes do Fórum Municipal Lixo e Cidadania.

principalmente na prestação de contas, como um problema. Sem ter acesso às informações, a desconfiança surge.

“Até hoje, eu nunca vi a prestação de contas. Eles falam que é uma vez por mês, né, no final do mês, mas eu nunca vi, pra onde vai. Ela fala que esse dinheiro vai pra um fundo, mas a gente não sabe por que, às vezes, nem tem sabão aqui pra gente lavar os banheiros.” (ASSOCIADA 10)

Há uma grande dificuldade de encontrar associados que desejem participar da administração. Com o cargo, as pessoas têm que se envolver com os mais diversos assuntos e têm menos tempo para a triagem. Outra questão é que, para alguns cargos, é preciso ter um grau de escolaridade mínimo. Assim, algumas vezes, as pessoas assumem o cargo sem de fato desempenhá-lo. É o caso da Diretora Financeira que cursou até a 3ª série do Ensino Fundamental.

“No papel eu tô no financeiro, porque sempre tem que ter um financeiro. Na verdade, ninguém quer assumir esse cargo, ninguém. Como ninguém quer assumir o cargo e a Neide não pode porque ela é presidente, aí, eu falei assim: ‘então, deixa meu nome aí.’ Não tem que ter alguém? Tem que ter alguém. Mas eu falei com a Neide: ‘Olha, eu estudei muito pouco, eu não sei muito fazer conta. Eu não sei fazer conta direito...conta pequena eu faço, mas não sei fazer conta direito’. E ela falou: ‘Eu conheço a senhora tem muito tempo, isso aí é porque eu não posso ficar porque eu sou a presidente. O tempo que eu trabalhei com a senhora eu já sei quem que a senhora é. Qualquer coisa eu tô junto da senhora’. Mas qualquer coisa, tudo que eu compro, eu passo a notinha pra ela, ela me dá o dinheiro. Mas é nós duas juntas, ela não me deixa sozinha não, sabe?” (ASSOCIADA 18)

E o critério de escolha, ou indicação para os cargos é baseado na confiança e comprometimento das pessoas, geralmente, definido pela direção. Ao mesmo tempo, alguns associados percebem uma dificuldade de ingresso na diretoria, pois, segundo eles, esta chance não é dada a todos.

“Lá dentro não pode entrar pra diretoria, ela queria me por, pro meu lado tá bom. [...] Por que que eu posso ir e as outras, não? Eu posso ir porque eu sou burra, né? Sou uma pessoa burra que não percebo nada, entendeu? Agora, as pessoas inteligentes que sabe as coisas, não pode entrar. Por quê? Coloca o cargo dela em perigo. Igual a Lucineia teve problema... ela só punha as pessoas que não entendiam nada, que é burra. Dói na gente. E como dói, às vezes, você quer ajudar, e pega uma barra dessas.” (ASSOCIADA16)

Constatou-se também que as pessoas que estão na diretoria, ou em cargos “melhores” são as pessoas da família da presidente. Isso causa certa insatisfação de alguns associados, pois para eles significa privilégio de alguns.

“É a X, que é mulher do Y (filho da presidente) que tá no escritório e ela (a presidente). O filho dela que tá dirigindo a Kombi, os irmão dela que também dirige Kombi. Quem diz que eles vai na triagem? Eles não quebra um galho, eles quer só pegar no alto.” (ASSOCIADA 16)

“Além do mais tá trazendo a família toda, eu nunca fui contra trazer família, mas no final vai ser só da família. Vai ser o império da família. Ela é muito boa, mas ela só puxa pra família. Tinha que ser igual presidente, né, não pode colocar família. Porque é lógico que se você tá trabalhando numa coisa você quer trazer sua família toda. Você quer beneficiar sua família, é lógico. Todo mundo pensa assim uai, mas não a família toda. Porque quando tava no baixo a família inteira não veio. Por que que agora que tá levantando, ela tira os que tava desde o começo pra pôr a família? A prioridade é a família e os outros, não? Eu não acho justo isso não. Quando tava ruim, a Associada X tava aqui, né? Puxando, correndo atrás, e agora que tá melhorando a Associada X tá de fora? O que desmotiva a gente é isso. Eu queria ver outras pessoas crescendo aqui dentro, não só a família.” (ASSOCIADA 16)

A falta de reconhecimento das pessoas que estão ou estiveram na direção faz também com que as pessoas não se interessem pelos cargos.

“Olha prá você ver, eu tava lá em cima lá, debaixo de sombra e fora da chuva, não tava? Eu descí aqui pra ajudar eles, o pessoal daqui de baixo. E fui chamada de burra, de tudo quanto é trem, aí eu falei assim: ‘não, não vou ajudar ninguém, não.’ Fui chamada pelos próprios cooperados, pra você ver eles não viu meu sacrifício. Porque eu tava lá tranquila debaixo da sombra, ficava até de noitão, ganhava bem, eu tirava bem. Pra depois descer e ganhar isso na cara?” (ASSOCIADA 16)

Resumindo, as diversas disfunções, apontadas acima, também são fatores de desmotivação e insatisfação que podem levar à desistência.

CAPÍTULO 5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Fatores de permanência na Associação

A necessidade de gerar renda foi citada como o principal motivo para a permanência na associação, verbalizada, frequentemente, pelos associados pelas expressões “necessidade de trabalhar”, ou “aqui fica quem precisa”. Esta necessidade se refere, principalmente, à manutenção da casa, ao cuidado com os filhos e às contas a pagar. Nesse sentido, as mulheres chefes de família seriam as que mais necessitariam, pois não contam com outra fonte de renda familiar. Ao mesmo tempo, esta necessidade é combinada com a possibilidade, ou não, de obtenção de outros trabalhos ou empregos. De modo que, de fato, fica quem precisa e não tem alternativa. Evidenciam-se, aqui, os fatores negativos que explicam, em parte, o surgimento dos empreendimentos solidários e o engajamento dos trabalhadores em tais experiências, identificados por Gaiger (2004), ou seja, as mudanças objetivas que eliminam ou reduzem as opções de sobrevivência que se apresentam, comumente, aos trabalhadores. Para os que permanecem, o trabalho na associação é a ocupação possível no momento.

Se levarmos em conta o perfil dos associados, perceberemos alguns elementos dificultadores do acesso ao mercado de trabalho. Como já foi dito, trata-se, na grande maioria, de mulheres, com idade elevada e baixo grau de escolaridade.

A trajetória profissional dos associados é fortemente marcada pela inserção precária no mercado formal de trabalho. Como foi relatado, muitos ingressaram precocemente no mercado de trabalho e, conseqüentemente, deixaram a escola. Assim, cria-se um círculo vicioso de perpetuação da pobreza. Filhos de famílias pobres são impelidos a ingressar, de forma precoce, no mercado de trabalho e uma das conseqüências disso é o abandono da escola. Com a baixa escolaridade, são alvo da exclusão das melhores possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho formal. Quando adultos, só conseguem empregos precários ou subempregos. Para aumentar a renda familiar, seus filhos, muito provavelmente, ingressarão no mercado de trabalho precocemente e a situação se repete.

Em dois casos, essa situação do trabalho infantil se repetiu, na atual geração. Realçamos que isso se deu anteriormente ao trabalho na associação. Um dos princípios da organização coletiva é o combate ao trabalho infantil. A idade mínima exigida para o ingresso é 18 anos. No trabalho individual, realizado nas ruas, é muito comum que a família como um todo esteja

engajada na atividade de coleta, triagem e comercialização dos materiais. Dessa forma, pode-se pensar que a organização coletiva do trabalho de catação, em associações e cooperativas, contribui, ainda que modestamente, com a erradicação do trabalho infantil.

Embora existam alguns casos de pessoas que estiveram inseridas no mercado formal e, em função do desemprego, agora realizam o trabalho de reciclagem, é importante registrar que há seis pessoas que nunca tiveram acesso ao mercado de trabalho formal. Esses indivíduos relacionam a baixa escolaridade e a falta de qualificação com a inacessibilidade ao mercado formal de trabalho. Seus discursos são, entretanto, marcados pelo conformismo e pela falta de consciência de que a pobreza é um fenômeno social. Eles tendem a naturalizar sua condição, ao invés de percebê-la como socialmente construída. Além da pobreza material a que estariam submetidos, esses indivíduos seriam, igualmente, vítimas da pobreza política (DEMO, 2005) que reduz sua consciência sobre o verdadeiro sentido da pobreza, fazendo dele massa de manobra e impossibilitando-o de comandar seu destino.

Como a grande maioria dos associados é morador de vilas ou favelas, o estigma social e o preconceito também dificultam a obtenção de empregos, mesmo os precários, em virtude da vinculação da idéia de periculosidade aos moradores desses espaços. Assim argumentam Barros, Sales e Nogueira (2002, p. 330):

Essa condição de ‘favelado’ pode ser entendida como um fator dificultador de ingresso no mercado de trabalho, na medida em que pode congrega elementos de diferentes vetores que alimentam o processo de exclusão – à condição de favelado somando-se então a baixa escolaridade, discriminação racial, de gênero, de condição social.

Muitos passaram por longo período de desemprego, antes de ingressarem na COMARP. Alguns já haviam iniciado a atividade de catação de forma individual, nas ruas da cidade. Para estes, o ingresso na associação significou melhoria nas condições de trabalho. Ressaltam a diminuição da condição penosa e a presença da proteção das intempéries climáticas, como fatores de permanência.

Apenas sete associados não residem nas proximidades da COMARP. A proximidade do local de trabalho pesa na permanência, pois, além de representar diminuição do custo financeiro com o transporte, permite que, principalmente as mulheres, possam conciliar o trabalho com as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos.

Outro fator de permanência é o aumento de renda. Contando com o espaço para a triagem, com o aumento de material reciclável recebido da Coleta Seletiva e a possibilidade de prensagem do material a retirada dos associados elevou-se significativamente. Fica nítido,

pelos dados apresentados no capítulo 2, que somente após a conquista do galpão e de maior quantidade de material da coleta seletiva que um percentual dos associados passou a retirar acima de um salário mínimo. Isto evidencia o quão é importante ter condições de realização da triagem.

O aumento de renda foi apontado como fator de permanência. Seu efeito é maior nos casos dos associados que, efetivamente, recebem as maiores retiradas. Contudo, as altas retiradas também são uma referência, um exemplo, um objetivo a ser alcançado pelos associados que atualmente contam com baixa retirada, servindo de incentivo e motivação para o trabalho. Há, frequentemente, o discurso de que se há associados que conseguem boas retiradas, isto seria possível para todos que se “esforçarem”. Se, por um lado, serve de incentivo, principalmente, para os novatos que ainda não conseguem uma boa retirada, por outro, reforça-se a idéia do esforço pessoal como único fator de sucesso. Não se leva em consideração algumas variáveis importantes na produtividade, como, por exemplo, a idade e a condição geral de saúde.

Muitos associados, cujas retiradas são baixas, disseram que se sua retirada fosse maior, estariam mais dispostos a permanecer na associação, reforçando que as altas retiradas são importante fator de permanência.

Outro fator significativo para a permanência dos associados é o pagamento do INSS, que garante amparo em casos de doença, afastamento, invalidez e aposentadoria. Esta era a maior reivindicação dos associados e significa uma grande melhora nas condições de trabalho, capaz de colocar o trabalho na COMARP quase em pé de igualdade com outros empregos nos quais não se tem muitos benefícios extras. Infelizmente, como não há um fundo para esta despesa, cada associado paga seu INSS, com o desconto do valor de R\$ 50,00 de sua retirada mensal, reduzindo sua retirada líquida. Apesar disso, o pagamento do INSS é uma segurança fundamental para estes trabalhadores, pois significa o acesso a um mínimo de proteção social. Ressaltamos que, para os seis associados que nunca trabalharam de carteira assinada, a associação representa a possibilidade de acesso ao mínimo de direitos, que nunca estiveram, antes, ao seu alcance.

Surpreendentemente, também foi apontado como fator de permanência, além da necessidade, o fato de gostar do trabalho na COMARP. A flexibilidade do horário, a maior liberdade na execução da atividade, o ambiente tranqüilo, as relações de amizade, a possibilidade de autoregulação do ritmo de trabalho e a crença na viabilidade do negócio constituem os fatores que explicam essa visão positiva da associação, sendo também os que levam esses associados a lá permanecerem.

Ainda que inscritos na lógica capitalista de produção, os empreendimentos solidários possibilitam certa autonomia e liberdade para os trabalhadores. Lima (1995, p. 238), ao estudar uma cooperativa metalúrgica, também se deparou com estas questões:

Eles enumeram frequentemente os aspectos positivos do trabalho numa cooperativa: as relações mais afetivas, a ausência de controle de ponto permite maior flexibilidade de horário e a compensação dos atrasos ou faltas, o ambiente de trabalho é percebido como mais descontraído, não apenas pelo desaparecimento do chefe que lhes controlava, mas também porque não há mais a mesma exigência de produtividade e de qualidade. Eles se consideram, portanto, muito mais livres do que antes e, ainda que os resultados (especialmente os resultados econômicos) não correspondam exatamente ao que esperavam, **o sentimento de maior autonomia é determinante na avaliação que fazem da experiência** (Grifo nosso).

Pinto (2006) também encontrou a “liberdade no trabalho” como uma das principais mudanças operadas após a transformação de uma empresa falida em empreendimento solidário. Ainda que haja a presidente e as coordenadoras dos galpões, os associados não sentem que elas exercem algum tipo de controle sobre seu trabalho, ou como dizem, “não ficam no pé, vigiando o trabalho”, e suas atividades podem ser realizadas com maior autonomia. Essa falta de controle também explica o ambiente mais descontraído e tranquilo de trabalho. As brincadeiras e conversas que acontecem concomitantemente com a realização da atividade fazem com que o clima seja “alegre”, como muitos apontaram. As pausas, assim como o ritmo de trabalho, também são reguladas pelos trabalhadores. As relações afetivas e de amizade que se estabelecem no empreendimento também foram elencadas como fatores importantes para a permanência das pessoas. Podemos considerar que, dada a trajetória ocupacional dos associados, para muitos, esta é a primeira vez que experimentam essa sensação de autonomia e liberdade no trabalho. Talvez por isso, estas qualidades tenham sido tão ressaltadas como fator de permanência. Estes aspectos propiciam uma mudança qualitativa no seu contexto laboral, e, por causa deles, os associados passam a gostar da atividade. Excetuando os que já foram membros de outros empreendimentos, eles sempre estiveram submetidos ao patrão e às suas imposições.

O caso das ex-domésticas é bastante ilustrativo dessa preferência pela associação, em função da liberdade e autonomia. Demo (2005) nos ajuda a entender este fato. Para ele, grande parte da sociedade não considera as tarefas domésticas como trabalho e as empregadas domésticas continuam como trabalhadoras estigmatizadas, geralmente muito pouco profissionalizadas, com jornadas de trabalho muito extensas e situação de visível subalternidade. Por isso, esta continua sendo uma profissão da qual quase todas gostariam de se livrar, embora seja a porta de entrada no mercado para muitas mulheres, principalmente as migrantes. É uma atividade

que não necessita qualificação alguma, mas, por isto mesmo, também é desvalorizada e não conta com uma remuneração condizente.

Este trabalho é marcado por claras discriminações de gênero, uma vez que tem sido desempenhado, em alta predominância, por mulheres, 93% segundo a PNAD 1985-1995, (2005, *apud* DEMO), pelo fato de as mulheres terem menos acesso à sua formalização do que os homens⁵³ que desempenhem este mesmo trabalho, e por conservar a redução clássica da mulher ao papel de dona de casa, mãe e esposa.

A condição geral desse trabalho é marcada pelo desrespeito às leis trabalhistas, “lembrando ainda certa aura de escravidão” (Id, p. 78), muitas vezes confundida com o ambiente familiar. Geralmente, as trabalhadoras são consideradas como tuteladas. Segundo dados do IBGE/PNAD 1985-1995 (2005, *apud* DEMO), as remunerações são muito baixas, concentradas em torno de meio a um salário mínimo: 86% para 1985 e 64% para 1995. Segundo a PNAD de 2001 apenas 25% das trabalhadoras domésticas tinha carteira assinada, o que evidencia a informalidade do trabalho nesse setor de atividade.

O emprego doméstico é considerado importante porta de entrada no mercado para esse tipo de “profissional sem profissão” (id, 2005), mas o autor aponta a precariedade do trabalho, evidenciada também na alta rotatividade. Como motivo para as demissões estão a mútua insatisfação e, particularmente, a exaustão. A queixa de exploração no trabalho é recorrente. Para as que dormem no emprego, seu dia de trabalho não termina e podem permanecer enfiadas em um “quarto dos fundos”, sem chances de lazer mínimo e mesmo de privacidade.

Entendendo estas condições de trabalho, é compreensível a preferência pela associação. Os rendimentos como domésticas não são melhores, não há outros benefícios extras, o trabalho é exaustivo, com extensa (e por vezes ininterrupta) jornada de trabalho, numa situação de visível subalternidade. Além disso, como muitas relataram, os patrões são extremamente exigentes e controladores.

Também Le Guillant (2006), que constatou em seus estudos uma grande incidência do adoecimento mental nessa categoria, nos oferece elementos importantes para o entendimento do desinteresse pelo trabalho de doméstica. Para este autor, a condição de doméstica situa-se em uma das dimensões fundamentais da condição humana: dominação versus servidão,

⁵³ Segundo dados do IBGE/PNAD 1985-1995 (2005, *apud* DEMO, p.77), a porcentagem de homens que desempenhavam esta função e possuíam carteira assinada (30,2%, em 1985 e 38,7%, em 1995) era significativamente maior que a porcentagem de mulheres (12,4%, em 1985 e 18,0%, em 1995).

refletindo a situação geral de todos os oprimidos e todos os opressores. Esta ocupação é, segundo ele, marcada pela discriminação e também pelo ressentimento. Este último alimenta-se a partir de provações morais e físicas, de múltiplas frustrações e, fundamentalmente, do sentimento de humilhação. O ressentimento gera, frequentemente, sentimentos hostis que são experimentados pelo criado em relação ao senhor.

Para ele, a condição de empregada doméstica é marcada pela alienação e pelo aniquilamento de sua identidade.

A dependência e a submissão, a linguagem que deverá ser utilizada pela empregada doméstica e seu modo de vestir [...], o afastamento e o desdém em que, mais ou menos abertamente, ela é confinada, tudo isso marca uma condição caracterizada, acima de tudo, por uma **desvalorização bastante profunda da pessoa que deve assumi-la**. O ressentimento forma uma só coisa com a humilhação, constitui a outra face do ressentimento de tal modo que eu poderia apresentá-la em seu lugar como o dado primeiro da existência concreta das empregadas domésticas (LE GUILLANT, 2006, p. 260, grifo nosso)

Finalmente, ele percebe que a relação entre a empregada doméstica e seu patrão reflete a dialética do senhor e do escravo, ou seja, da dominação e da servidão.

A história é tecida por esta revolta permanente, por esta prolongada luta contra a escravidão, contra a servidão, contra as formas inumeráveis e, incessantemente, remanescentes da tirania, ela é composta por sucessão de ódios e de conflitos: nacionais, raciais, religiosos e sociais, etc. por detrás dos quais estão agindo, a um só tempo, as relações de produção, as estruturas econômicas, a luta de classes, as ideologias... e, de forma mais imediata, uma infinidade de situações concretas e atuais (LE GUILLANT, 2006, p. 280).

Nessa trama, estariam envolvidos a “vontade de poder”, os “sentimentos de inferioridade” e a necessidade fundamental de todo ser humano de ser reconhecido.

Outro aspecto que chamou nossa atenção, diz respeito à questão da liberdade, autonomia e autoregulação do ritmo de trabalho. Para conseguir triar cerca de 6 t por mês⁵⁴, exige-se uma jornada maior, menos pausas, não faltar e trabalhar intensamente. Nesse sentido, apesar de poderem autoregular o trabalho, observa-se que os associados, geralmente, aumentam o ritmo e a intensidade pela necessidade de uma maior retirada e de dar vazão ao material que chega da coleta seletiva. O ritmo intenso também se verifica com os trabalhadores que realizam a coleta com a Kombi e a Caminhonete que, sendo responsáveis por realizar a rota de coleta do dia, não têm horário definido de trabalho. Pinto (2006) também constatou, em seu estudo, que 56% dos trabalhadores disseram que sua jornada de trabalho dura mais de oito horas e 21%

⁵⁴ Quantidade média triada pelos associados que possuem as maiores retiradas.

disseram durar mais de doze horas, demonstrando o aumento do esforço para assegurar o empreendimento.

Embora a renda obtida permita às mulheres condições para sua maior autonomia, principalmente, em relação aos companheiros, entendemos que, para os associados em geral, o sentido do trabalho vai além deste aspecto.

O trabalho não é simplesmente uma forma de subsistência, ele opera, também, um modelo de reconhecimento mútuo, ou seja, é também pelo trabalho que os sujeitos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis (ORGANISTA, 2006, p. 20).

Em virtude desse papel estruturante do trabalho é que Organista (2006) afirma que sua falta, por meio do desemprego, desperta uma era de incertezas, desesperanças e angústias. Mesmo os trabalhos precários, como o dos camelôs estudados pelo autor e os trabalhadores da reciclagem estudados por nós, preservam, em grande medida, seu caráter estruturante e sua posição central na vida dos sujeitos.

Clot (2006) também nos ajuda a entender melhor o papel fundamental que o trabalho desempenha na vida dos indivíduos. Para este autor,

O trabalho é sem dúvida um dos gêneros principais da vida social em seu conjunto, um gênero de situação do qual uma sociedade dificilmente pode abstrair-se sem comprometer sua perenidade; e da qual um sujeito dificilmente pode afastar-se sem perder o **sentimento de utilidade social** a ele vinculado, sentimento vital de contribuir para essa perenidade, em nível pessoal (CLOT, 2006, p. 69, grifo nosso).

Assim, além de prover sua subsistência, o trabalho permite que o indivíduo sinta-se útil e pertencente a uma coletividade. Impõe, a cada um, a lei da reciprocidade, ou seja, é pelo trabalho que o indivíduo pode “contribuir por meio dos serviços particulares para a existência de todos, a fim de assegurar a sua própria” (CLOT, 2006, p. 75). Nesse sentido, o trabalho seria constitutivo da sociedade e também da vida subjetiva, conferindo, ao sujeito, um sentido para sua existência (CLOT, 2006).

Também para Clot (id. p. 111), a atividade de trabalho é triplamente dirigida: pelo comportamento do sujeito, por meio do objeto da tarefa e aos outros.

O trabalho é sempre uma prova, entendendo-se pelo termo uma situação que não oferece todas as respostas às questões que ela mesma levanta: uma situação que convoca o sujeito, remetendo-o aos outros, a si mesmo, ao objeto de seu trabalho e a seus instrumentos de ação e, por fim, aos esperados genéricos de sua atividade.

Essas três direções da atividade do sujeito permitem que ele “saia de si mesmo”, rompa com suas pré-ocupações pessoais (CLOT, 2006). Isso nos ajuda a entender a propriedade conferida

ao trabalho, por alguns associados, principalmente, os que passam por muitas dificuldades, enfrentando situações de doenças e conflitos familiares, de “desligar do mundo”, de “distrair a cabeça” ou mesmo de ser uma “terapia”. Nas palavras de Clot (id. p. 69),

Se o sujeito se dirige ao trabalho com suas ‘pré-ocupações’, é ‘sobre-ocupado’ pela atividade de outrem que ele se dedica à sua função, quer queira ou não. Esse ponto é decisivo, pois podemos questionar-nos se **a função psicológica do trabalho não reside precisamente na ruptura que introduz entre as ‘pré-ocupações pessoais’ do sujeito e as ‘ocupações’ sociais que este deve realizar** (Grifo nosso).

O sujeito deve lidar com uma situação regida por características próprias e por outras normas que não as subjetivas. Ao mesmo tempo, o trabalho está inscrito numa história coletiva cristalizada em gêneros sociais, que são o resultado da história de um grupo e memória impessoal de um local de trabalho. No entanto, esses gêneros são equívocos e discordantes a ponto de deixar espaço para que cada um possa dar contribuição e “sair de si” (Id, p. 74).

Outra questão a ser ressaltada concerne ao caráter valorativo do trabalho da reciclagem, tido como “trabalho honesto”. Sabemos que, na sociedade brasileira, é o trabalho que permite a diferença simbólica entre os “homens de bem” e os “malandros”. O fato de ser um “trabalho honesto” pesa na decisão de permanência dos associados. Organista (2006, p. 20) trata muito bem desta oposição entre o trabalho e a vadiagem que, assim como no caso dos camelôs, parece ocorrer com o trabalho dos catadores.

Esses últimos (camelôs e biscateiros) que exercem suas atividades nas ruas consolidam a excentricidade do gozo de direitos constitucionais e de cidadania – no Brasil fortemente vinculada à carteira de trabalho assalariada -, além, de, a todo o momento, terem de se afirmarem como trabalhadores, diferenciando-se daqueles que estão além da ilegalidade, na marginalidade. Isso significa que, apesar de precária, desestruturada e, ainda, estigmatizada, a atividade de camelô vai além de pura estratégia de sobrevivência para aqueles que a executam. Ela **é a tentativa de se “auto-incluir” numa ética que opõe trabalho à vadiagem, demonstrando que ainda existe no Brasil um forte vínculo simbólico do trabalho como dever moral** e que, apesar da demanda por mão-de-obra superar a oferta, não é qualquer trabalho que é visto como portador de uma conduta moralmente aceita; por isso, a necessidade imperativa de os camelôs construírem suas representações como trabalhadores em oposição aos malandros, procurando reconfigurar os valores na busca por ‘temperar’ direito com justiça no tratamento igual dos desiguais (Grifo nosso).

No entanto, apesar de considerar seu serviço digno, muitos desejam para seus filhos um futuro diferente, esforçando-se para que tenham oportunidade de estudar e construir um futuro melhor. Organista (2006) também aponta que os camelôs, tais quais os trabalhadores da reciclagem estudados por nós, frequentemente transferem para os filhos seus sonhos, desejos e perspectivas. Mas isto revela também que o trabalho de ambos, camelôs e trabalhadores da

reciclagem, por mais precário que seja, lhes permite construir um projeto de vida e apostar num futuro melhor para os filhos.

Embora nem todos os associados concebam seu trabalho como fator de preservação ambiental, os que assim o fazem deixam evidenciar que percebem sua atividade como algo mais positivo. Além disso, o reconhecimento social dos trabalhadores da reciclagem como agentes ambientais, permite que a esta profissão, inicialmente marginalizada e estigmatizada, vá adquirindo um novo significado junto à sociedade.

5.2 Fatores de desistência da Associação

Embora, comparada com a dos períodos iniciais da associação, a renda obtida hoje seja maior, ela não é maior para todos os associados e há, também, alguns fatores que impedem que ela seja mais satisfatória, mesmo para os que possuem as maiores retiradas. A baixa retirada passa a ser, então, um dos principais motivos de evasão da associação. Lima e Oliveira (2008) também apontam a baixa remuneração como fator de aumento da rotatividade, bem como de aumento do nível de conflito, nesse contexto. A questão da produtividade e, conseqüentemente, da retirada, é bastante complexa e diversos fatores a influenciam. Os mesmos autores citam três grandes grupos de empecilhos à melhoria da produtividade: as relações institucionais extra-organizacionais e ambiente externo; a organização do trabalho e a gestão interna à organização e a organização física do processo de produção. Constatamos que alguns dos fatores limitadores, no caso da COMARP, foram se alterando no decorrer da pesquisa, como, por exemplo, a obtenção do espaço físico da associação e a melhoria da qualidade do material adquirido.

Encontramos três condicionantes principais da baixa remuneração. O primeiro refere-se à baixa produtividade na etapa inicial de treinamento e aprendizagem, na qual o associado novato ainda não possui a agilidade e nem os “macetes” de realizar a triagem. E é claro que, com a baixa retirada nesse período, o risco de desistir do projeto é alto, o que talvez explique o grande número de pessoas (54%) que se desligam da associação nos primeiros três meses.

Mesmo quando já são hábeis na triagem, ainda há o problema das condições inadequadas para a realização da triagem. Com a grande quantidade de material nos galpões, o espaço para a triagem é reduzido e, muitas vezes, é o mesmo local do trânsito de caminhões. Isto leva à interrupção constante da atividade. O tempo parado para carga e descarga dos caminhões

também é um “tempo perdido”, no qual não se pode triar. As interrupções para coleta de material fora da associação e para as atividades de limpeza do galpão, que são realizadas pelas equipes em rodízio, também reduzem o tempo de triagem.

O terceiro fator condicionante da retirada é o preço que o mercado paga pelos materiais. Como já vimos, este mercado é extremamente desfavorável para os trabalhadores. As grandes indústrias impõem o preço de compra dos materiais. Há oscilações anuais habituais nesse mercado, no entanto, a queda dos preços, ocorrida desde novembro de 2008, é considerada atípica, tanto por ter sido considerável, quanto por não ter apresentado melhora até o presente período. Este fator condicionante é de difícil enfrentamento, pois exige condições e infraestrutura que a associação não possui. Para enfrentar períodos de baixa de preço, seria necessário, por exemplo, espaço de estocagem de materiais, bem como capital de giro para garantir a retirada, mesmo sem a venda dos materiais. O atual espaço da associação é insuficiente até mesmo para o próprio trabalho de triagem, sendo impossível sua utilização para estocagem. Quanto ao capital de giro, a receita mensal é utilizada, basicamente para o pagamento das despesas e das retiradas dos associados. Nesse sentido, o fortalecimento de cada empreendimento e da categoria como um todo se faz necessário. Um caminho possível nessa direção é a organização em redes, ou seja, a congregação de diversos empreendimentos em torno de objetivos comuns, em estrutura democrática e horizontalizada, capaz de possibilitar a venda conjunta diretamente para as indústrias e, até mesmo, o beneficiamento de determinados tipos de materiais (AQUINO, JÚNIOR e PIRES, 2009; LIMA e OLIVEIRA 2008; RODRIGUEZ, 2002).

Lima e Oliveira (2008, p. 247), no entanto, chamam a atenção para os riscos sociais da estratégia de avanço na cadeia produtiva, uma vez que “quanto mais os empreendimentos se sofisticarem, menos efeitos positivos haverá sobre a inclusão social, embora o retorno econômico possa ser maior”⁵⁵. Os autores apontam, então, para o desafio a ser enfrentado que diz respeito a como promover o desenvolvimento econômico dos empreendimentos sem produzir o efeito perverso da exclusão e sem perpetuar o trabalho barato dos excluídos. Para que seja alcançado o desenvolvimento dos empreendimentos, eles entendem não ser possível permanecer dentro da racionalidade mercantil, mas construir “um modelo alternativo,

⁵⁵ Pois com a agregação de valor, complexifica-se o processo produtivo, correndo-se o risco de excluir um grande número de pessoas. Para os autores, as Associações de Catadores não podem abrir mão das atividades de menor valor agregado (coleta e triagem) se quiserem manter sua eficácia social por meio da inclusão dos associados.

parcialmente inserido no mercado. [...] A alternativa sustentável só pode ser a um só tempo técnica/econômica/social” (LIMA E OLIVEIRA, 2008, p. 244-245).

Segundo Aquino et al. (2009, p. 20), a venda direta para as indústrias representaria uma agregação de valor de 39% nos papéis, 99% nos plásticos e 14% nos metais ferrosos. No entanto, tais empreendimentos teriam que passar por grandes mudanças.

Isso porque será necessário realizar atividades que hoje não são realizadas, adequar sua infraestrutura, adquirir equipamentos, melhorar a qualidade de seus produtos, possuir crédito para financiar capital de giro, emitir nota fiscal e desenvolver sua capacidade administrativa.

O próprio empreendimento, no caso estudado, não possui recursos financeiros para implementar as mudanças necessárias. O fato de o pequeno montante do faturamento constituir-se em um dos principais obstáculos ao desenvolvimento dos empreendimentos é recorrente em diversos casos (LIMA E OLIVEIRA, 2008). Não possuindo garantias oficiais, estão impossibilitados de acesso a crédito. Resta-lhes obter apoio de organismos de cooperação internacional, de organizações não-governamentais e do próprio governo. Mesmo que existam algumas ações nesse sentido, ainda são insuficientes para promover, de fato, os empreendimentos.

Aquino et al. (2009) apontam tanto a necessidade de assessoria técnica especializada para acompanhar as atividades da rede, como o apoio do poder público, principalmente, em duas direções: na cessão de áreas para instalações das infraestruturas necessárias, dado que o gerenciamento dos resíduos sólidos é um serviço de utilidade pública e de saneamento básico de responsabilidade das prefeituras e no repasse às associações e cooperativas dos custos evitados pela atividade desenvolvida pelos empreendimentos.

Lima e Oliveira (2008, p.245) também enfatizam que, para o êxito dessas experiências, é necessária a contribuição de diversos sujeitos sociais, ou seja, “os empreendimentos bem-sucedidos, sejam privados, sejam sociais, dependem de redes de cooperação, são sempre projetos de multiatores com conhecimentos multidisciplinares, que os fazem funcionar”.

A REDESOL está, hoje, numa fase embrionária. Inicia-se um processo de padronização das informações da produção de cada um dos empreendimentos que a compõem, para consolidar um banco de dados capaz de subsidiar as ações de comercialização conjunta. Ainda não possui forma jurídica própria e busca apoio nas diversas organizações.

Vale a pena reforçar, aqui, o receio, já expresso anteriormente, pela existência de duas redes na Região Metropolitana de Belo Horizonte a CATAUNIDOS e a REDESOL. A escassez de

recursos poderá inviabilizar a promoção de duas redes e a concorrência entre elas pode ser uma consequência possível, correndo o risco de uma delas permanecer à margem. Além disso, essa cisão não favorece, a nosso ver, o fortalecimento da categoria como um todo. Uma mudança necessária, para o fortalecimento dos empreendimentos, seria que o Estado assumisse seu papel de agente promotor e regulador, instituindo e implementando uma Política Nacional de Resíduos Sólidos, de modo a responsabilizar as empresas poluidoras, fabricantes de embalagens, por meio do princípio do “poluidor pagador” (AQUINO et al., 2009). Dessa forma, seria possível, ao estado, financiar os serviços prestados pelas associações e cooperativas de catadores, melhorando-lhes as condições de trabalho e vida.

Em função das diferenças entre os dois galpões, a exposição ao sol é um fator crítico na desistência dos associados. A vantagem comparativa com o trabalho individual, nas ruas, fica reduzida, pois continuam expostos ao sol. Este fator foi apontado por todos os associados do galpão 1 (que possui grande parte da área de triagem descoberta) como um fator de desistência. A exposição ao sol, além do desânimo e da baixa produtividade, provoca dor de cabeça, queimaduras e, sendo contínua, pode provocar também doenças mais graves, como o câncer de pele. No período de chuva, são os resfriados, gripes, infecções de garganta e ouvido os principais problemas de saúde levantados pelos associados.

Além disso, as chuvas significam prejuízo também na venda do material. Os compradores não compram papel molhado, uma vez que isso interfere no peso. A própria triagem do papel torna-se mais difícil, pois os diversos tipos de papéis colam uns nos outros, sendo mais trabalhoso e, às vezes, impossível, sua separação. Sem contar que, ao ser molhado, o odor do material fica pior e há maior proliferação de bichos.

Esta situação que, aparentemente, seria de fácil resolução, permanece até o momento como um grave problema para a COMARP. A associação não possui recursos para cobrir parte da área externa e a Prefeitura, proprietária do imóvel, também alega não possuir verba para realizar a obra. Evidencia-se, dessa forma, um dos entraves do programa de coleta seletiva municipal: há a cessão de espaço por parte do poder público, no entanto, esse espaço é inadequado e traz consequências negativas para a saúde dos associados. Mas como, pela necessidade de renda, o trabalho é realizado, mesmo em condições tão precárias, esta acaba não sendo uma das prioridades da Prefeitura. Dessa forma, o material reciclável, encaminhado pela PBH/SLU à COMARP tem sido triado, mesmo ao preço da saúde dos trabalhadores.

A própria atividade, que consiste no manuseio do lixo, é também um fator que pesa muito na desistência. Para Velloso (2008), os resíduos foram adquirindo, historicamente, uma imagem

negativa, frequentemente associada à sujeira, à doença, à morte e à miséria. Em função disso, o trabalho com resíduos foi sendo socialmente desqualificado e desprezado. Os trabalhadores envolvidos nessa atividade são, geralmente, invisibilizados, desconhecidos como cidadãos e identificados como “descartáveis”.

Uma associada, por exemplo, nos relatou que não teve vontade de voltar no segundo dia de trabalho, pois quando lhe disseram que iria trabalhar com reciclagem ela imaginou outro tipo de trabalho, em um local limpo, no qual ela teria apenas os materiais recicláveis (plástico, papel, vidro e metal) para separar, sem nenhum contato com o lixo, propriamente dito. Pode-se pensar que é essa ideia que se faz do trabalho de reciclagem, sem contato com o lixo propriamente dito, que passa também pela cabeça de outras pessoas que não permanecem na associação. Vários associados relataram que, muitas pessoas que desistiram, o fizeram por se tratar do trabalho com o lixo, com o qual “não se acostumaram”. Percebe-se, assim que, para muitos, o trabalho com o lixo é aviltante.

Ainda que alguns associados se percebam como agentes ambientais e se orgulhem do seu trabalho, como já foi dito, o trabalho com o lixo também possui forte representação negativa, confirmando o caráter ambivalente apontado por Medeiros e Macedo (2006, p.68). Para elas, o trabalho com o lixo, “abarca tanto aspectos positivos quanto negativos, por isso, a relação dos catadores com o lixo é ambígua, refletindo a dialética inclusão/exclusão, saúde/doença, orgulho/humilhação”.

É por isso, que diversos associados disseram que, além de precisar e não ter outra opção é preciso “acostumar-se”. É preciso conseguir conviver com o cheiro e o aspecto do lixo, bem como os demais vetores que o circundam, tais como moscas, ratos e as larvas. Há vários aspectos envolvidos nesse “acostumar”. Os associados distinguem o “lixo bom”, o “lixo novo” do “lixo velho” e o “lixo ruim”. O “lixo bom” é aquele que possui mais materiais recicláveis, o que é obtido pelo trabalho de esclarecimento aos cidadãos que possuem coleta seletiva porta a porta, e pela mobilização social. Também é aquele que pode ser triado assim que chega, evitando, dessa forma, que, caso haja material não-reciclável, este não chegue a apodrecer. O “lixo bom” é seco e “duro”, ou seja, é o composto pelos materiais recicláveis apenas. Já o “lixo ruim” é o que vem da coleta seletiva com muito material não-reciclável, como resto de comida, lixo de banheiro e fraldas. Esse lixo, mesmo quando pode ser triado, assim que chega à associação, provoca mais nojo. Sua situação piora quando é triado muito tempo depois, pois o cheiro é insuportável e, geralmente, contém bicho. Se ele molha, sua condição piora ainda mais, e nesse caso, os associados poucos aproveitam dele, designando-o

como “lixo podre”. Dessa forma, se o associado, ao iniciar o trabalho, tem que triar um lixo muito ruim, ou predominantemente ruim, ele vai ter mais dificuldade de “acostumar-se”, como foi o caso do lixo “molhado” do período das chuvas do final de 2008 e início de 2009. Os associados desenvolvem estratégias para não ter tanto contato com o “lixo ruim”, tais como não abrir sacolas molhadas ou “moles”, bem como quando aprendem a visualizar, mesmo com o saco fechado, que se trata de lixo de banheiro, por exemplo.

O nojo que se sente nunca acaba, para muitos deles, ou, nas palavras de uma associada, “a gente nunca costuma com o lixo, a gente nunca deixa de sentir nojo de porcaria”. No entanto, ele é minimizado, quando se pode evitar contato com certos tipos de materiais. A insatisfação do contato com o lixo é contrabalanceada com a necessidade de renda e a falta de opção, de modo que quando a necessidade é grande e as opções são poucas, as pessoas sentem-se mais “forçadas a acostumar-se”. Acostumar-se também é, nesse sentido, resignar-se.

O trabalho de triagem, nos primeiros dias, provoca dores no corpo, pois há repetição de alguns movimentos. As fortes dores iniciais também deixam as pessoas propensas a desistir. Portanto, a própria acomodação do corpo aos movimentos, faz parte do “acostumar-se”, pois, segundo vários relatos, o corpo “se acostuma” com a triagem e não dói mais, depois de algum tempo.

Já a pesagem do material é extremamente cansativa, independentemente do tempo de desenvolvimento da atividade. Nesse caso, o caráter de trabalho penoso que é apresentado como fator de desistência. As pessoas que “não aguentam serviço pesado” não ficam, segundo os associados. Além disso, com o passar do tempo, tais esforços podem também provocar problemas de saúde, conforme já se queixam alguns associados. Porto, Juncá, Gonçalves e Filhote *apud* Medeiros e Macedo (2006, p.68) ressaltam que:

A forte carga física da catação, somada ao trato com o lixo, e a própria rotina de trabalho são fatores que predis põem a certos tipos de doenças associadas ao trabalho, entre elas: dores corporais, problemas osteo-articulares e hipertensão.

Ainda que o pagamento do INSS seja considerado, pelos associados, um avanço importante, a falta dos demais direitos trabalhistas influencia na saída da associação. A baixa receita obtida pela associação impede que se criem fundos compatíveis com as férias remuneradas, décimo terceiro salário e até mesmo uma poupança que substitua o fundo de garantia, bem como dificulta alguns benefícios como o vale-transporte e a cesta básica. Parece-nos que enquanto não forem desenvolvidas ações que melhorem a posição desses empreendimentos na cadeia

produtiva capazes de aumentar a sua lucratividade, até que se implante uma política pública favorável aos catadores, a baixa retirada persistirá.

As explicações dadas, no capítulo 4, para a maior rotatividade dos homens e para a quantidade expressiva de mulheres no quadro social da COMARP (80%), embora se baseiem em argumentos distintos, parecem ter em comum, como pano de fundo, as relações de gênero. Mesmo não sendo objetivo de este estudo aprofundar este aspecto⁵⁶, parecem-nos bastante significativas as implicações dessas desigualdades entre homens e mulheres.

Desde a década de 1970, a presença feminina no mercado de trabalho vem crescendo consideravelmente. Segundo dados da Fundação Carlos Chagas (2006, *apud* NEVES) em 1976, 28 em cada 100 mulheres trabalhavam, já no novo milênio, metade das mulheres trabalha ou procura emprego. De 1992 a 2002, a PEA feminina passou de 28 para 36,5 milhões, aumentando a taxa da atividade feminina de 47% para 50,3% e a percentagem de mulheres, no conjunto de trabalhadores, de 39,6% para 42,5% (NEVES, 2006).

Ainda que signifiquem novas vivências para as mulheres, que experimentam o espaço público, possibilitando visibilidade às relações que se engendram na esfera privada, esta inserção é fortemente marcada pelas relações assimétricas de gênero. De modo que, as mulheres, geralmente, ocupam funções menos qualificadas e com menor oportunidade de mobilidade ocupacional, ou, nas palavras de Neves (2006), num processo de “inserção excluída”. É importante ressaltar que, de forma geral, as mulheres ocupam posições mais vulneráveis como o trabalho doméstico, trabalho não-remunerado, trabalho para o consumo próprio ou do grupo familiar. O lugar subalterno atribuído às mulheres, ao afirmar que os homens “precisam” de maior segurança no trabalho, representada pelo vínculo formal, enquanto as mulheres não necessitariam, aparece naturalizado no discurso do associado que afirma que, para ele, é melhor um trabalho “fichado”, enquanto sua mulher pode contentar-se com o trabalho informal.

Também para Demo (2005, p. 90),

[...] o fenômeno da pobreza material tende a recair mais sobre a mulher, por obra de uma história machista multimilenar e também por obra do capitalismo. [...] Ao lado da dificuldade maior de entrar no mercado de trabalho, reservam-se para ela aí, como regra, posições subalternas, expressas geralmente em rendimentos menores pelo mesmo trabalho.

⁵⁶ Para uma interessante relação entre as relações de gênero e empreendimentos solidários ver Costa (2007).

Assim, mesmo com o significativo aumento de escolaridade em relação aos homens, as mulheres recebem menor remuneração independentemente do setor de atividade em que estejam inseridas.

Na COMARP, por tratar-se de uma organização associativa, na qual não estão presentes todos os direitos trabalhistas, o que se visualiza são relações de trabalho notadamente informais, embora dentro de uma estrutura formal. Isto pode explicar, pelo menos em parte, a maior inserção de mulheres, uma vez que o atual cenário, marcado pela reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, “confirma que a adaptação ao risco e à insegurança vem se apresentando como alternativa para a inserção das mulheres no mercado de trabalho” (NEVES, 2006, p. 264). Em relação à dificuldade dos homens em aceitar uma chefia feminina, Costa (2007, p. 123), estudando empreendimentos de reciclagem, constatou que “para alguns trabalhadores, é inadmissível desenvolver a mesma função que uma mulher, receber salários iguais e, por fim, ser ‘mandado’ por elas”. Para a autora, alguns associados se revelaram incapazes de aceitar trabalhadoras na diretoria, desqualificando-as e considerando-as incompetentes. Isso parece corroborar a sensação da presidente e das três associadas.

Às mulheres continua sendo confiado o cuidado com os filhos. Novamente, as desigualdades de gênero verificadas no mercado de trabalho também são percebidas na esfera privada, uma vez que permanece forte a responsabilidade feminina da realização de trabalhos domésticos e cuidado com as crianças.⁵⁷

A desigual repartição das atividades domésticas, principalmente, o cuidado com os filhos, é bem compreendida quando levamos em consideração que, aliado à força do valor cultural que associa a maternidade à maternagem, está o fato das mulheres auferirem menores rendas que os homens. Assim sendo,

[...] quando as condições de vida das famílias não são significativamente melhoradas pela renda que as mulheres aportam, elas são e se sentem encorajadas a abrir mão do trabalho remunerado para se dedicar aos cuidados dos filhos (SORJ, 2004, p. 111).

A interrupção da carreira profissional, em função da maternidade, também é uma consequência das relações desiguais de gênero, agravada pela extrema escassez de serviços

⁵⁷ Em pesquisa nacional realizada em 2001, pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, em 96% dos domicílios pesquisados, a mulher era a principal responsável pelas tarefas domésticas (SORJ, 2004). Quando a inserção feminina no mercado de trabalho era informal (57% das entrevistadas) aumentava-se o tempo gasto nestas atividades, uma vez que, por possuírem horários de trabalho mais flexíveis e, geralmente, jornadas de trabalho em tempo parcial, o tempo de trabalho “livre” era investido no trabalho doméstico, intensificando-se assim o peso da dupla jornada.

públicos de cuidado e educação das crianças. Apesar da sobrecarga da dupla jornada, assiste-se à mudança do perfil da mulher trabalhadora. Se em 1970, o ingresso no mercado de trabalho, era de jovens e solteiras, nos últimos anos, detecta-se a entrada de mulheres de idades mais elevadas e casadas (2006, Fundação Carlos Chagas *apud* NEVES). Embora a permanência desse perfil de mulher tenha como consequência a queda da taxa de fecundidade, o fato é que as mulheres trabalhadoras são ao mesmo tempo mães e, por isso, enfrentam o grave problema do déficit de vagas de serviços públicos destinados ao cuidado e educação de crianças.⁵⁸

Este fato é de suma importância, pois, a falta de serviço público destinado ao cuidado de crianças é um limitador da permanência das associadas na COMARP. Quando não conseguem vaga em creches e não podem contar com parentes ou vizinhos para cuidarem de seus filhos, são obrigadas a deixar o trabalho. Nesses casos, apenas quando o valor da renda obtida for suficiente para pagar alguém que cuide das crianças, ou uma creche particular, e sobrar uma quantia que seja compensadora do esforço, é que elas permanecem.

Parece inegável a permanência da atribuição exclusiva à mulher do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos. Tais obrigações, “impõem limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial” (SORJ, 2004, p.108). Esta realidade pode ser constatada nas trajetórias ocupacionais das mulheres entrevistadas.

Por outro lado, a organização dos catadores em associações e cooperativas parece criar condições mais favoráveis para a inserção de mulheres no processo produtivo, uma vez que há mais mulheres trabalhando nas associações (56%) do que entre os catadores não-organizados (46%), sugerindo que a organização coletiva facilita a permanência das mulheres (LIMA E OLIVEIRA, 2008).

Da mesma forma, para Costa (2007), a participação das mulheres nos empreendimentos da economia solidária possibilita-lhes certo empoderamento. Tendo uma trajetória profissional anterior marcada pela informalidade e precariedade, em trabalhos desqualificados, como o de

⁵⁸ A taxa de frequência à creche/pré-escola das crianças de 0 a 3 anos é irrisória, 9,2%. Para a faixa de 4 a 6 anos era de 52,1% além das 8,1% que já se encontravam no Ensino Fundamental. Se considerarmos a renda familiar das famílias dessas crianças, fica gritante a desigualdade social, pois se, na classe de renda maior (acima de 5 salários mínimos per capita) 32,5% das crianças de 0 a 3 anos já frequentavam creches, na faixa de menor renda (menos de 0,5 salário mínimo) essa cobertura não chegava a 6%. Nas famílias de maior renda, 90% das crianças da faixa etária de 4 a 6 anos já frequentavam a pré-escola, contra apenas 50% das de menor renda (2004, PNAD-IBGE 1999 *apud* SORJ).

doméstica, inscrito na invisibilidade, estar em uma atividade produtiva como é a reciclagem que possua *status* público de bem comum, traz reconhecimento profissional e social. Além disso, nos empreendimentos estudados pela autora, as mulheres experimentam ocupar cargos de direção, assumindo responsabilidades e superando limites pessoais. Ainda que entendido como ocupação precária, o trabalho nos empreendimentos solidários significaria um exercício de autonomia. Este aspecto revela também o caráter inovador dessas práticas, já que, ainda que seja pela via da informalidade, reserva às mulheres um lugar favorável, como se pode perceber entre aquelas que ocupam posições de liderança.

A remuneração dos associados da COMARP é sempre variável. Inicialmente, porque a quantidade de material triado a cada mês depende de um conjunto de fatores, que vão desde a disposição e a saúde do associado, o horário de trabalho, as faltas, a realização das demais atividades (limpeza, coleta), o espaço de trabalho disponível até a qualidade do material. Dada a variação dos preços de mercado; ainda que o associado mantenha a quantidade, em toneladas, de material triado, não terá a garantia de que receberá a mesma quantia do mês anterior. Essa imprevisibilidade gera um sentimento de insegurança que, mantém o foco no hoje e dificulta, enormemente, um planejamento e projeção de futuro. Lima (1995) aponta que a qualidade mais importante para se adaptar, no caso dos cooperados que estudou no setor metalúrgico, é a aceitação da incerteza, muito presente neste tipo de organização. Isso nos parece verdadeiro também no caso em questão. Terem na família outra fonte de renda, ou possuírem algum benefício de transferência de renda parece dar um mínimo de garantia, que facilita a permanência. Dado os baixos rendimentos obtidos com o trabalho, estas pessoas usualmente compram a crédito. Um dos grandes ressentimentos dos associados é a dificuldade de melhorar as condições de vida em função de não poderem comprar à prestação, ou se o fazem, vivem a incerteza, mês a mês, se a retirada vai ser suficiente para arcar com seus compromissos financeiros.

Ao final do capítulo 4, apresentamos algumas disfunções da associação que também influenciam a desistência dos associados. A centralização das decisões e a manutenção dos mesmos indivíduos na direção no empreendimento, como o verificado por nós, no caso da COMARP também foi encontrado por Lima (1995). No caso estudado pela autora, “as grandes distâncias socioculturais do início nunca foram superadas e as pessoas que detinham, inicialmente, conhecimentos que as outras não possuíam, continuavam a ditar os rumos da cooperativa” (LIMA, 1995, p. 217). Sainsaulieu et alii (1995, *apud* LIMA, p.217), constataam a possibilidade da “formação de uma ‘casta de responsáveis’, isto é, de um grupo que, pelo

seu maior conhecimento e experiência, se torne um lugar ocupado por *experts* da gestão do coletivo”.

Pinto (2006) observa que, muitas vezes, os associados reconhecem como participação apenas a consideração da sua presença para efeito de decisões e prestação de contas. Isto porque, a sua experiência anterior, como empregado, era marcada pela carência de informação e diálogo.

A possibilidade de votar e exprimir sua opinião em assembleias, não garante, isoladamente, a cultura democrática. Mais uma vez, Lima (1995) nos ajuda a entender que por timidez, pelo temor do confronto ou mesmo pela incapacidade de compreender os assuntos tratados, muitos associados não participam ativamente, seja das assembleias, seja do dia-a-dia da gestão do empreendimento. Esta autora recorre a Marty (1979) para ilustrar como as desigualdades, na capacidade de compreensão adequada do conjunto de informações, conduz ao “reino dos intérpretes”.

A dominação que eles exercem é extremamente sutil: eles são facilmente legitimados pela necessidade que se tem deles para esclarecer situações que outros não conseguem compreender [...] Mas o paradoxo é que quanto mais eles esclarecem as situações concretas, mais produzem alienação para os outros: produtores de representações para os outros, eles desapropriam, em particular, os menos favorecidos culturalmente, da capacidade de construir sentido por si e para si mesmos (MARTY *apud* LIMA, 1995, p. 222).

Ainda que as diferenças socioculturais não sejam tão significativas quanto as das empresas recuperadas estudadas por Lima (1995) e Pinto (2006), como vimos, há certas desigualdades socioculturais entre os associados da COMARP, que vão desde pessoas analfabetas a pessoas com o Ensino Médio completo. Não seria, pois, coincidência que a pessoa que se mantém na direção da associação pertença ao nível mais elevado de escolaridade. Para Pinto (2006), a deficiência em termos de instrução formal impõe dificuldades para o envolvimento dos associados na gestão do empreendimento.

Lima (1995) aponta que a consequência mais grave dessa ideia dos porta-vozes, os que sempre falam nas assembleias e que, frequentemente, estão à frente do empreendimento, “ditando” sutilmente as regras, é a desconfiança em relação aos responsáveis pela direção da cooperativa. Esse ponto nos parece essencial na compreensão, tanto do sentimento generalizado de desconfiança, quanto do que se denomina “fofoca” na COMARP. Verificamos que muitos associados não compreendem muito bem diversos aspectos da associação, em especial as operações financeiras, e que, em função das dúvidas que possuem,

preferem conversar sobre o assunto com seus pares. Isto gera desconfiança e o sentimento de dano aos seus interesses pela direção da associação, conforme expõe a autora:

Na medida em que o sujeito sente-se incapaz de compreender numerosas informações – especialmente aquelas referentes aos balanços – e que os resultados financeiros não correspondem às suas expectativas, ele tenderá a acreditar que existe uma incompetência ou mesmo uma desonestidade na gestão financeira da cooperativa. **Temendo o confronto com os responsáveis pela cooperativa, ele prefere muitas vezes compartilhar suas dúvidas com os colegas, gerando rumores internos** que podem prejudicar o trabalho dos conselhos ou mesmo colocar em perigo a própria viabilidade da cooperativa (LIMA, 1995, p. 222, grifo nosso).

Pinto (2006) também se deparou com esta questão da “fofoca” que atribui à dificuldade de admitir o conflito, à baixa confiança e à dificuldade do estabelecimento de diálogo aberto e franco.

A dificuldade de admitir o conflito revela a fragilidade dos canais por meio dos quais a interação se dá e, ao mesmo tempo, o receio da mútua exposição de interesses e inquietações, sugerindo uma baixa confiança entre os trabalhadores. Nesse sentido, a confiança que se poderia esperar do fato de que há agora uma disposição voluntária de cada trabalhador em cooperar não se traduz, necessariamente, em abertura para o outro ou na apreciação positiva da diferença. **A própria ‘fofoca’ apontada como um dos principais problemas no interior dos empreendimentos revela a dificuldade dos trabalhadores estabelecerem um diálogo aberto e franco** (PINTO, 2006, p. 164, grifo nosso).

Ainda em relação à permanência da mesma associada no cargo de diretora, desde a criação da associação, apontamos que as constantes dificuldades encontradas pelo grupo (luta pelo espaço de produção, busca de parcerias, negociações com a PBH/SLU, motivação dos associados, busca de equipamentos, procura de mercado, dentre outras) exigiram iniciativa e coragem de enfrentar seus desconhecimentos e suas limitações e capacidade de negociação, atributos que esta associada demonstrou. Assim, a grande maioria do grupo, mesmo os que criticam a centralização e o autoritarismo dela, considera que ela é a pessoa mais capaz de conduzir a associação. Para Lima (1995) esse problema dificulta enormemente a emergência de uma oposição ao poder instituído. Amplia-se a distância entre a direção e o conjunto dos associados, tanto pelo grau de conhecimento e participação, quanto pelos diferentes níveis salariais, que ocorrem também no caso estudado. Dessa forma, as estruturas associativas e cooperativas, tenderiam a reduzir as situações injustas, mas não as eliminariam completamente. Para a autora,

[...] algumas dessas disfunções são inevitáveis ou até mesmo insuperáveis, pois a estrutura cooperativa encontra-se sempre numa situação bastante ambígua: ela deve se adaptar ao modo de produção capitalista – que nunca teve intenção de superar – submetendo-se aos imperativos do mercado e, ao mesmo tempo, criar condições igualitárias entre os associados (LIMA, 1995, p. 227).

Outra questão, para nós, significativa, foi a existência de pessoas consideradas “peixes da diretoria”, ou “dedo duro”, por relatarem à presidente os descumprimentos das regras. Percebemos que, ainda que exista o Conselho de Ética e que este esteja, paulatinamente, consolidando suas atribuições, é a presidente quem possui mais legitimidade para advertir os associados, seja por suas próprias características pessoais, seja pelo poder que lhe outorgam os associados. Os próprios membros do Conselho de Ética sentem-se constrangidos em advertir e, algumas vezes, se reportam à presidente para concretizar as “punições”. Em outras ocasiões, são aqueles associados, que não fazem parte do Conselho de Ética que levam as ocorrências de descumprimentos do Regimento Interno ao conhecimento da presidente. Para entendermos esta situação, que influencia diretamente as relações interpessoais, temos que levar em conta que, nas associações e cooperativas, o controle é fortemente exercido pelos pares (LIMA, 1995). Este tipo de atitude é adotado pelos associados, por acreditarem que os comportamentos devem ser os mais homogêneos possíveis numa estrutura coletiva, ou seja, se todos são associados e, portanto, possuem os mesmos direitos e deveres, alguém não poderia fazer o que o outro não pode. Quando isso não acontece e alguém age como não deveria, por exemplo, fumando onde não é permitido, ultrapassando o tempo de almoço, não limpando seu espaço de triagem, são os próprios associados que realizam o controle. A questão é que, muitas vezes, esse controle é exercido indiretamente. Para evitar o confronto direto com outro associado, eles remetem à presidente o ocorrido e esta se incumbem de advertir ou punir.

Para finalizar essa discussão, parece-nos pertinente falar da pouca disposição dos membros da associação em participar dos conselhos, dando sua contribuição para as melhorias que julgam necessárias. A propriedade coletiva dos meios de produção e a distribuição de sobras favorecem o reconhecimento e a valorização da cooperação e participação dos associados (PINTO, 2006). No entanto, a passagem da cognição e valoração para a prática depende do compartilhamento efetivo do poder decisório e de seus frutos, ou seja, do estabelecimento de relações mais horizontais, menos hierarquizadas. Dada a permanente tensão entre o sentimento de poder participar e a “pesada herança dos tempos de empregado”, o comportamento do associado mostra-se ambivalente, oscilando entre disposição para tomar parte da gestão e cooperar na produção e o comportamento do “ser empregado” (PINTO, 2006).

Chamou nossa atenção o fato de vários associados relatarem que a presidente “depende do trabalho deles para ter sua retirada”, em função do desconto dos 20% da retirada de cada associado, dos quais que 10% são destinados ao pagamento da retirada tanto da presidente,

quanto das duas coordenadoras de galpão e da auxiliar administrativa. Tudo indica que a atividade de gestão não é conceituada como trabalho, ou pelo menos, como um trabalho produtivo. Talvez essa forma de percepção também influencie no engajamento, ou no sentimento de propriedade compartilhada, uma vez que, para os associados, a presidente e as coordenadoras estariam recebendo graças ao trabalho deles e não delas próprias.

Situação semelhante também foi observada por Lima (1995). Segundo ela, os associados, apesar de realizarem críticas à direção da cooperativa, não se sentiam capazes de ocupar tais cargos ou se acomodavam numa posição passiva. Mas a possibilidade de simplesmente ter acesso aos conselhos não basta, é preciso que os sujeitos estejam preparados para compreender a situação e ter habilidades efetivas para contribuir, a fim de que essa participação não crie apenas uma aparência de democracia, sem efeito prático sobre a realidade. Ainda segundo a autora, somente os que possuem certo nível de conhecimento irão se sentir mais seguros para efetivamente participar da direção.

Nesse sentido, seria interessante que os associados pudessem elevar sua escolaridade, por meio dos diversos programas de Educação de Jovens e Adultos, para terem condições efetivas de participação na direção. Contudo, essa ainda não é a realidade. Além de o trabalho ser cansativo e no final do dia desejar apenas descansar, “não tendo cabeça pra estudar”, como disse uma associada, muitas mulheres não teriam com quem deixar os filhos para estudar, ou ainda não poderiam usar o tempo noturno para o estudo, pois este horário já é usado para limpeza da casa e preparação da alimentação da família.

Além do aumento da escolaridade formal, faz-se necessário adquirir conhecimentos relativos à gestão do empreendimento, que a maioria dos associados não detém.

A percepção da participação como um custo (PINTO 2006), dificulta, também, o maior engajamento dos associados na gestão do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização, a reestruturação produtiva do capital e as novas formas de gestão deram início, nas últimas duas décadas do século XX, a um conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, cujas conseqüências mais visíveis são a desestruturação e desregulamentação do mercado de trabalho, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho. A perda progressiva do papel do Estado na regulação da economia, levando à implementação de políticas de cunho neoliberal, aprofundou as desigualdades sociais e a concentração de renda.

Diante desse quadro os trabalhadores e as organizações sociais, sindicais, religiosas e universitárias iniciam, a partir dos anos 1980, uma série de iniciativas para a geração de trabalho e renda, nas formas coletivas e autogestionárias. Nesse contexto, compõem o universo da chamada Economia Solidária, as empresas em processo falimentar que são retomadas pelos trabalhadores, as cooperativas de produção e de prestação de serviços e de crédito, as associações, os grupos informais, os clubes de troca, os fundos de crédito rotativo. Revivendo formas de resistência no âmbito da produção, instauradas ainda no século XIX, este movimento se caracteriza mais pela valorização do trabalho e dos trabalhadores e trabalhadoras do que pela premissa de acumulação de capital, adotando uma lógica que busca a recolocação da economia em alinhamento com as necessidades sociais e ao bem viver coletivo. Nestas novas experiências produtivas, os meios de produção são coletivos, a gestão e as decisões são compartilhadas e o resultado do trabalho é também distribuído a todos, segundo critérios definidos coletivamente, ou seja, a autogestão é o princípio norteador, ainda que não seja totalmente concretizado.

Por ser uma atividade nova, para a grande maioria dos trabalhadores, e por não contar com um aparato institucional que as promova, as experiências de Economia Solidária apresentam sérias dificuldades e fragilidades. Como nos lembra Pinto (2006), por se tratar de um contexto de crise, as experiências são permeadas por risco e possibilidade, velho e novo, e estas ambivalências estão presentes também nos comportamentos dos trabalhadores. Além disso, trata-se de iniciativas que devem se adaptar ao modo de produção capitalista e aos ditames do mercado e criar ao mesmo tempo condições gerais igualitárias entre os associados. Este paradoxo dificulta, enormemente, a superação das disfunções (LIMA, 1995).

Apesar de todas as fragilidades e contradições, essas experiências possibilitam nova vivência para os trabalhadores que relatam, recorrentemente, viver experiências de maior liberdade e

autonomia no desenvolvimento de suas atividades. Destacam também o surgimento de relações de amizade e solidariedade entre os associados, bem como a redução dos níveis hierárquicos e a diminuição do controle. Ou seja, mesmo sendo impossível eliminar a alienação, as estruturas coletivas autogestionárias oferecem condições muito mais favoráveis para reduzi-la. (LIMA, 1995).

O atual modelo insustentável de desenvolvimento cuja lógica é a maximização dos lucros, mesmo às custas da destruição ambiental e do aprofundamento das desigualdades sociais, trouxe, no bojo de suas consequências, a necessidade de construção de alternativas de proteção do meio ambiente que sejam, ao mesmo tempo, capazes de promover justiça social. Nesse sentido, a reciclagem apresenta suas potencialidades, pois congrega a possibilidade de diminuição da pressão sobre os recursos naturais, redução do consumo de energia no processo produtivo, ampliação da vida útil dos aterros e de geração de trabalho e renda. No entanto, cabe ressaltar que não sendo resultado da implantação de um modelo eficaz de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a reciclagem é, antes de tudo, um processo forjado pela necessidade (EIGENHEER 2005, CONCEIÇÃO 2005). É por isto que os excluídos do processo produtivo e de todos os serviços sociais básicos (moradia, saúde, educação) são os grandes responsáveis pela coleta seletiva e pela destinação dos maiores volumes de materiais para a reciclagem (CONCEIÇÃO, 2005).

Apesar de sua importância, como precursores das políticas de coleta seletiva, os catadores amargaram períodos de intensa desqualificação, não-reconhecimento e estigmatização. Embora esta visão venha se alterando, lentamente, e esses trabalhadores comecem a ser percebidos, ainda que por uma parcela da sociedade como agentes de preservação ambiental, suas condições objetivas de vida ainda são marcadas pela pobreza e precariedade.

É inegável, porém, que a organização coletiva e a política desses sujeitos, tanto nos empreendimentos coletivos, quanto na constituição de um movimento nacional que defenda seus interesses promovem-lhes a visibilidade. Promovem-lhes também significativas mudanças em suas subjetividades. Levam-nos à maior consciência do valor do seu trabalho e de si mesmos, resgatam-lhe a autoestima e conferem-lhes o papel de atores sociais (BARROS e PINTO, 2008; KEMP 2008).

No entanto, dada a conformação extremamente desigual e exploradora do mercado da reciclagem, fortemente dominado pelas grandes indústrias e pelos intermediários, os catadores permanecem-lhes subordinados às imposições, obtendo baixíssimo retorno financeiro de sua atividade.

Alguns avanços, ainda tímidos, surgem na tentativa de se alterar a posição subalterna que os trabalhadores da reciclagem ocupam no mercado, por meio da formação de redes de cooperativas e associações. A comercialização conjunta e a possibilidade de beneficiamento dos materiais recicláveis são apontadas como as alternativas positivas para o desenvolvimento dos empreendimentos e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de trabalho e de vida desses trabalhadores (AQUINO, et al., 2009; LIMA e OLIVEIRA, 2008; RODRIGUEZ, 2002).

Contudo, a efetivação desta organização ampliada (a Rede ou Cooperativa Central) enfrenta múltiplas dificuldades desde a falta de recursos financeiros para sua implantação, passando pela necessidade de adquirir novos conhecimentos para a gestão dessa rede; pela necessidade de mudanças substanciais nas atuais estruturas físicas, nos equipamentos e nas formas de organização e gestão do trabalho em cada empreendimento; chegando, entre outros, à cisão do campo entre “catadores históricos” e “trabalhadores da reciclagem em decorrência do desemprego”.

A COMARP é uma associação, com cinco anos de existência. Vem tentando se consolidar, no enfrentamento dos diversos desafios. Quando alguns desses desafios tinham sido solucionados, como, por exemplo, a obtenção por cessão de um espaço físico para a realização da atividade, a aquisição de equipamentos básicos e o recebimento dos materiais recicláveis da coleta seletiva pública, a rotatividade dos trabalhadores começa a ser percebida como um problema que merecia atenção.

Com esta pesquisa, que não pretende esgotar o tema, nem tampouco apontar soluções definitivas e acertadas para o problema, pudemos constatar que, de fato há uma grande rotatividade na COMARP. Este movimento de entrada e saída de associados é muito superior ao que se verificou nos resultados de outras pesquisas, de outras categorias e também no estudo de Conceição (2005) com catadores, sendo que a rotatividade apurada na COMARP foi da ordem de 38%, em 2006; 53%, em 2007; 47%, em 2008 e 29%, em 2009. Também constatamos que a rotatividade masculina é significativamente maior do que a feminina, em todos os anos, exceto em 2008.

Buscamos, então, entender os fatores relacionados tanto à permanência quanto ao desligamento da associação.

Para a permanência, são significativos os seguintes fatores: o desemprego, a necessidade de renda e a falta de alternativas; a melhoria das condições de trabalho possibilitada pelo

trabalho associado; a proximidade do local de trabalho que facilita a conciliação entre o trabalho e o cuidado com os filhos, além de diminuir o desgaste físico e os custos financeiros com transporte; a possibilidade de melhor rendimento oferecida pela atividade de reciclagem em comparação com as outras ofertas de inserção desses trabalhadores; a complementação da aposentadoria; o pagamento do INSS que assegura benefícios importantes tais como a aposentadoria e a cobertura nos casos de doenças; o gostar do trabalho da reciclagem e da COMARP, percebido como mais autônomo, com menos cobranças e controles, realizado em ambiente agradável, marcado por relações afetivas e solidárias; o trabalho como “distração para a cabeça”, como “terapia”; o trabalho tido como honesto; o trabalho tido como aquele que contribui para a preservação ambiental, conferindo aos trabalhadores reconhecimento social para a sua profissão; e a possibilidade de encontrar objetos e valores no lixo.

Para o desligamento da associação contribuem, decisivamente: a baixa retirada, em função especialmente da pouca agilidade inicial, da queda de preços no mercado e da precariedade dos meios para realizar a triagem; a exposição ao sol em função das diferenças na estrutura física dos galpões; o trabalho ao sábado, que representa uma sobrecarga, principalmente para as mulheres que realizam as atividades domésticas nesse dia; o contato com o lixo, que é percebido como desagradável e aviltante; o excesso de esforço físico requerido e o caráter penoso do trabalho considerado como um “serviço pesado”, principalmente, no deslocamento dos *bags* e fardos para a pesagem e estocagem; a necessidade de afastamento do trabalho das mulheres em função da maternidade, agravada pela escassez de serviços públicos de creches; a falta dos direitos trabalhistas; algumas implicações das relações de gênero; o trabalho por produção e a remuneração variável que dificulta a construção de um projeto de vida a longo prazo; por fim, as regras, a centralização das decisões nas mãos da presidente e a baixa participação dos associados na gestão do empreendimento e todos os conflitos que daí advêm.

Parece-nos que grande parte dos fatores determinantes da desistência, vincula-se às condições precárias de viabilidade do empreendimento, gerando insatisfação entre os associados. A baixa receita obtida impede tanto que as retiradas sejam maiores quanto que se constituam fundos equivalentes ao 13º salário, às férias remuneradas e ao auxílio maternidade. Limitam também a aquisição de equipamentos capazes de minimizar ao caráter extenuante do trabalho, bem como a falta de cobertura do galpão obrigando os trabalhadores a triarem sob o sol.

Parece-nos que um novo estudo da organização da produção, a ser realizado por equipe multidisciplinar e em conjunto com os trabalhadores, poderia garantir, mesmo na atual condição da COMARP, algumas melhorias, principalmente da minimização dos esforços

físicos. Este novo estudo poderia levar em consideração as sugestões de alguns associados: o nivelamento do piso, a aquisição de carrinhos mais leves e de uma empilhadeira, a modificação na disposição dos locais de triagem de modo a deixar livre a circulação do carrinho e dos caminhões, um rebaixamento do piso onde se localiza a balança de modo a ficar no mesmo nível do piso.

No entanto, como já dissemos, o pequeno resultado financeiro da Associação dificulta tanto as reformas, quanto a aquisição de equipamentos. Todos os equipamentos da Associação, exceto a Kombi, foram obtidos por meio de projetos. Há uma dificuldade, por parte dos associados, de destinarem parte das sobras, quando estas existem, para reinvestimento no empreendimento.

Sendo o Programa de Coleta Seletiva realizado pelo poder público em parceria com as associações e cooperativas, entendemos também que esta relação da prefeitura com os empreendimentos deveria ser mais afinada. A coleta seletiva compõe as ações de saneamento básico. A prefeitura, responsável precípua pelo saneamento básico, deveria prover melhores condições de trabalho para as associações, levando-se em conta a contrapartida delas nos benefícios sociais. Os trabalhadores da reciclagem deveriam receber pelos serviços prestados e pela economia que proporcionam aos cofres públicos. Os trabalhadores da reciclagem reduzem os custos de aterro do lixo, geram renda e contribuem para a inclusão social. O relacionamento com a Prefeitura é ambíguo e insuficiente, pois, ao mesmo tempo em que fomenta a criação de associações e cooperativas, destinando a algumas delas espaço de funcionamento, como é o caso da COMARP, não age para garantir-lhes um funcionamento satisfatório: construir a cobertura do galpão 1, para citar apenas um, e promover frequentemente campanhas eficazes de mobilização social, tornando a população capaz de descartar adequadamente o material destinado a reciclagem.

Destacando a questão da melhoria da qualidade do material, faz-se necessário um estudo para entender as causas de tanto material impuro e impróprio que é encaminhado para a coleta seletiva. Conhecidas as causas, deveriam ser implantadas medidas de correção. Os associados reconhecem que houve avanço na qualidade do material, mas ainda assim, há muito que melhorar. Se, de fato, apenas os materiais recicláveis fossem encaminhados, com os devidos procedimentos de preparação do envio tal como a limpeza das embalagens de alimentos, o contato com o material poderia ser menos desagradável.

Outro aspecto que nos parece fundamental, seria a destinação, por parte da PBH/SLU, apenas da quantidade de material que a associação é capaz de triar. Tal quantidade deveria ser

definida pela associação, levando-se em conta a sua capacidade real de triagem, dentro de suas condições efetivas de trabalho. Dessa forma, não haveria tanto acúmulo de material, uma vez que, aquilo que não é triado, vai permanecendo no galpão e favorece a proliferação de vetores tais como ratos e baratas. O acúmulo, que tem sido constante, após a ampliação da coleta seletiva, também reduz o espaço de triagem, ocasionando outros problemas para a associação.

A prioridade dada aos trabalhadores aparece muito mais no discurso. No momento de se ampliar a coleta seletiva em Belo Horizonte, estes trabalhadores são alijados do processo. Empresas capitalistas, detentoras de grande poder econômico, passam a controlar a coleta. É fundamental, para que os empreendimentos da economia solidária se desenvolvam, que o estado retome para si o papel de regulador conferindo supremacia do interesse público sobre o privado e a prioridade do proveito coletivo em detrimento do individual no estabelecimento de contratos assim como a necessidade do reconhecimento dos catadores enquanto agentes da ação pública (RECH, 2008).

A consolidação de atores políticos e de um movimento social (o MNCR) foi um passo fundamental no sentido de exercer pressão sobre o Estado e reivindicar os interesses dos catadores. No entanto, parece-nos necessário ampliar compreensão da cisão entre “catadores históricos” e “trabalhadores da reciclagem em decorrência do desemprego”, que, a nosso ver, leva à competição por recursos, que são escassos, privilegia o acesso de apenas um grupo a esses recursos, repetindo assim o processo de exclusão. Seria possível a estes “dois grupos” somar esforços, saberes, experiências e estruturas para se fortalecerem?

Também seria interessante aprofundar as possibilidades de redução dos riscos à saúde, seja pela indicação de equipamentos coletivos e processos produtivos mais seguros, seja na experimentação de diversos tipos e modelos de equipamentos de proteção individual (EPI), na tentativa de escolha e adoção dos mais adequados.

Pinto (2006) entende que o momento inaugural de um empreendimento significa uma aposta coletiva, para além do desejo de assegurar o posto de trabalho, podendo gerar um marco institucional associado à participação e cooperação. No caso da COMARP, é interessante notar que os associados que participaram desse momento inaugural são os que avaliam a experiência de forma positiva, percebendo os avanços já obtidos. A participação da construção da história do empreendimento parece oferecer aos associados subsídios para a necessária compreensão das complexidades que a iniciativa encerra.

Os desafios são muitos. Embora sejam visíveis alguns avanços, tais como a possibilidade de realizar o trabalho com liberdade e de forma um pouco mais autônoma, a melhoria nas condições de trabalho e nas condições gerais de vida desses trabalhadores. Ainda há um longo caminho a ser percorrido até que possam viver de forma verdadeiramente digna, por meio do seu trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 20-26.
- ANSEMI, Maria Luiza, ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti e GOMES, Elizabeth Laus Ribas. Rotatividade dos trabalhadores de enfermagem nos hospitais do Município de Ribeirão Preto. *Rev. Panamericana de Salud Pública* 2 (1), p. 44-50, jul. 1997.
- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In DRUCK, G. e FRANCO, T.(orgs.) *A perda da razão social do trabalho – terceirização precarização*, São Paulo, Boitempo, p. 13- 22, 2007.
- AQUINO, Israel Fernandes de. JUNIOR, Armando Borges de Castilho e PIRES, THYRZA Schlichtng De Lorenzi. *A organização em rede dos catadores de materiais recicláveis na cadeia produtiva reversa de pós-consumo da região da grande Florianópolis: uma alternativa de agregação de valor*. Gest. Prod., São Carlos, v.16, n.1, p.15-24, jan-mar. 2009.
- BARROS, Vanessa Andrade de; PINTO, João Batista Moreira. Reciclagem: Trabalho e cidadania. In KEMP, Valéria Heloísa, CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (horas.). *Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008. p. 65-82.
- BARROS, Vanessa Andrade de; SALES, Mara Marçal; NOGUEIRA, Maria Luísa. Magalhães. Exclusão, favela e vergonha: uma interrogação ao trabalho. In GOULART, Iris. (org.) *Psicologia Organizacional e do Trabalho: Teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 323-335.
- BRASIL. IBGE. PNAD *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1985-1995*.
- BUONFIGLIO, Maria Carmela. Dilemas do trabalho no final do Século XX: Desemprego e precarização. In HORTA, Carlos Roberto; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. (horas.). *Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 48-57.
- CAMPOS, Cláudia Valentina de Arruda; MALIK, Ana Maria. *Satisfação no trabalho e rotatividade dos médicos do Programa de Saúde da Família*. Rev. de Administração de Empresa RAE – Rio de Janeiro, 42 (2), p. 347-368, março/abril, 2008.
- CAPITÃO, Cláudio Garcia e AMARAL, Anna Elisa de Villemor. A Pesquisa com Estudo de Caso. In: BAPTISTA, Makilim Nunes. *Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa*. Rio de Janeiro: LTC, p. 238-253, 2007.
- CARNEIRO, Eder Jurandir e CORRÊA, Petterson Ávila. A produção social da catação de lixo. In KEMP, Valéria Heloísa, CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (orgs.). *Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora p. 133-154, 2008.
- CLOT, Yves. *A função psicológica do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONCEIÇÃO, Márcio Magera. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo*. Campinas, SP: Editora Átomo, 2ª Ed., 2005.

COSTA, Bianca Lima. *Em busca de autonomia: A trajetória de mulheres na economia solidária*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC Minas, Belo Horizonte, 2007.

CRIVELLARI, Maria Tarchi, DIAS; Sonia Maria, e PENA, André de Souza. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In KEMP, Valéria Heloísa, CRIVELLARI; Helena Maria Tarchi (orgs.). *Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2008. p. 299-324.

CULTI, Maria Nezilda. *O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários*. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, S. Paulo. 2006.

DEMO, Pedro. *Dureza: Pobreza política de mulheres pobres*. Campinas: Autores Associados, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. *Pegada ecológica e sustentabilidade humana*. São Paulo: Gaia, 2002.

DOWBOR, Ladislau. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: Editora SENAC, n. 10, v. 1, 2002, 120 p. (Série Ponto Futuro)

EIGENHEER, Emílio Maciel. FERREIRA, João Alberto. ADLER, Roberto Rinder. *Reciclagem: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Infólio, 2005.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira, e NEVES, Magda de Almeida. Cidade e Trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (orgs.). *Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 83-108.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. As emancipações no presente e no futuro. In GAIGER, Luiz Inácio Germany (org.). *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 371-403.

GUERÍN, F. et al. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgard Blucher, Fundação Vanzolini, 2001.

KEMP, Valéria Heloísa. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (orgs.). *Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 23-48.

LE GUILLANT, L. Incidências psicopatológicas da condição de “empregada doméstica” In: LIMA, M. E. A. *Escritos de Louis Le Guillant: Da ergoterapia à psicopatologia do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2006, p. 242-286.

LIMA, Francisco de Paula Antunes; LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *Globalização e o Mundo do Trabalho*. Belo Horizonte, 1997. (23 p.). Não publicado.

LIMA, Francisco de Paula Antunes; OLIVEIRA, Fabiana Goulart de. Produtividade técnica e social das associações de catadores: por um modelo de reciclagem solidária. In KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (orgs.). *Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 225-248.

LIMA, Jacob Carlos. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. São Paulo: Terceira Margem, 2002.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes. *Os equívocos da excelência. As novas formas de sedução na Empresa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACEDO, Kátia Barbosa. *Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?* Rev. Psicologia e Sociedade, 18 (2), p. 62-71, maio/agosto. 2006.

NEVES, Magda de Almeida. *Trabalho e Gênero: permanências e desafios*. Rev. Sociedade e Cultura, v.9, nº 2. jul/dez.2006, p. 257-265

_____. Trabalho, Exclusão Social e Direitos. In HORTA, Carlos Roberto; CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. *Globalização, trabalho e desemprego: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 58-66.

NOMURA, Felícia Hiromi; GAIDZINSKI, Raquel Rapone. *Rotatividade da equipe de enfermagem: Estudo em Hospital-Escola*. Revista Latino Americana de Enfermagem. 2005. set-out, 13 (5), p. 648-653

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, João Roberto Lopes. *Economia Solidária: de volta à arte da associação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 3ª Ed., São Paulo: Contexto, 2002 (Coleção Economia).

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Avaliação preliminar das associações e cooperativas de trabalhadores de materiais recicláveis de Belo Horizonte*. Superintendência de Limpeza Urbana. Departamento de Projetos Especiais. p. 3.

RECH, Daniel. Os direitos e a função pública dos catadores e das catadoras de material reciclável. In KEMP, Valéria Heloísa; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi (orgs.) *Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 265-274.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 331-367.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRIGUEZ, César. Introdução: para ampliar os cânones da produção. In SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. p. 23-77.

SEBRAE MG. *Mercado do Setor da Reciclagem*. Agência de Desenvolvimento Solidário e, 2004. Pesquisa.

SILVA, Laurenicio Mendes. *Economia Popular Solidária: os processos formativos populares e a construção de uma nova cultura do trabalho*. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação). 2007.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In CATTANI, Antônio David (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125.

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Uma utopia militante: Repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998b.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e Trabalho não remunerado. In VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (org.) *A mulher brasileira nos espaços públicos e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura. In SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (orgs.). *A economia Solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-244.

VELLOSO, Marta Pimenta. *Os restos na História: percepções sobre resíduos*. Rev. Ciência & Saúde Coletiva, n.13, v.6, p.1953-1964, 2008.

ANEXOS

ANEXO A

Roteiro das entrevistas semiestruturadas

1. Nome
2. Idade
3. Onde mora
4. Possui filhos? Quantos? Moram com você?
5. Possui algum benefício de transferência de renda (Bolsa Família, Bolsa Escola)?
6. Há quanto tempo você está na Associação?
7. Como ficou sabendo da COMARP?
8. Por que veio trabalhar na COMARP?
9. Já tinha trabalhado com reciclagem antes?
10. Se não, como aprendeu a triar? Como foi aprender a triar?
11. Já tinha trabalhado antes? Se Sim, qual/quais trabalhos foram esses? Se sim, quais eram as vantagens e desvantagens desse trabalho?
12. O que acha do trabalho na COMARP? Quais são as vantagens e desvantagens desse trabalho?
13. Nesse tempo que você está na COMARP, você já viu alguém desistir de ficar?
14. Por que você acha que as pessoas saem da COMARP?
15. Por que você permanece na COMARP?
16. Já recebeu proposta para sair? Se sim, por que resolveu permanecer?

ANEXO B

Espaço de triagem – Galpão 1



Figura 1

Fonte: Patrícia Meireles Moisés

Galpão 1 – Espaço de Triagem



Figura 2

Fonte: Patrícia Meireles Moisés

Galpão 1 – Espaço de Triagem



Figura 2
Fonte: Patrícia Meireles Moisés

Galpão 1 – Espaço Coberto – Pesagem, Prensagem e Estocagem de papel



Figura 4
Fonte: Patrícia Meireles Moisés

Galpão 2 – Espaço de Triagem



Figura 5
Fonte: Patrícia Meireles

Galpão 2 – Espaço de Triagem



Figura 6
Fonte: Patrícia Meireles Moisés